



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA (PGEDA)
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE (EDUCANORTE)

SMILE DE SOUZA GOLOBOVANTE

**ESTADO, IGREJA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DITADURA: O
Instituto de Pastoral Regional na Formação de Lideranças na Amazônia
(1971 - 1977)**

BELÉM - PA
2025

SMILE DE SOUZA GOLOBOVANTE

**ESTADO, IGREJA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DITADURA: O
Instituto de Pastoral Regional na Formação de Lideranças na Amazônia
(1971 - 1977)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) do Doutorado em Associação Plena em Rede (EDUCANORTE), Polo Belém, na Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno.

BELÉM - PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G627e Golobovante, Smile de Souza.
ESTADO, IGREJA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE
DITADURA: O Instituto de Pastoral Regional na Formação de
Lideranças na Amazônia (1971 - 1977) / Smile de Souza
Golobovante, . — 2025.
143 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Alberto Damasceno
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-
Graduação em Educação na Amazônia, Belém, 2025.

1. Instituto de Pastoral Regional. 2. História das
Instituições Educacionais. 3. Aparelho Privado de Hegemonia.
4. Amazônia. I. Título.

CDD 370

SMILE DE SOUZA GOLOBOVANTE

**ESTADO, IGREJA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DITADURA: O
Instituto de Pastoral Regional na Formação de Lideranças na Amazônia
(1971 - 1977)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) do Doutorado em Associação Plena em Rede (EDUCANORTE), Polo Belém, na Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Damasceno (Orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^ª. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (Avaliador Externo)
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Prof. Dr. Francisco Willams Campos Lima (Avaliador Externo)
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Prof. Dr. Renato Pinheiro da Costa (Avaliador Externo ao Programa)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (Avaliador Interno ao Programa)
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

BELÉM - PA
2025

AGRADECIMENTOS

Ao longo do doutorado, encontrei apoio, inspiração e aprendizado em muitos lugares e pessoas. Cada conversa, leitura, desafio superado e conselho recebido foi essencial na construção deste trabalho e, sobretudo, no meu crescimento como pesquisador e professor. A tese não é uma obra solitária: ela carrega as marcas dos encontros, das trocas, das experiências compartilhadas e das redes de solidariedade que se teceram ao longo do percurso acadêmico.

Por isso, ao expressar minha gratidão genuína, não apenas reconheço o impacto que essas pessoas tiveram em minha trajetória, mas também reafirmo o valor da colaboração e do diálogo no fazer científico e na vida. O mérito deste trabalho compartilho com aqueles que, com generosidade, estiveram ao meu lado nessa caminhada.

Dessa forma, os agradecimentos que aqui registro não são meramente protocolares ou um ornamento retórico para esta tese. São, antes, um reconhecimento sincero e necessário a todos que, de diferentes formas, fizeram parte dessa jornada e a tornaram mais significativa.

Entre todas as pessoas que marcaram essa trajetória, minha maior gratidão é à minha mãe, Norma Golobovante. Mesmo tendo apenas a escolarização elementar, ela reconheceu na educação o caminho que deveria me colocar. Foi ela quem me incentivou a seguir estudando, quem me criticou quando necessário, quem cobrou resultados quando era preciso e quem me acalentou nos momentos de dificuldade e desânimo. Sua força e coragem diante dos desafios sempre foram inspiração para mim, e é com gratidão profunda que reconheço o impacto de sua presença em cada etapa do meu caminho. O legado que ela me transmitiu não está apenas no sangue ou na genética, mas na maneira como enxergo o mundo e compreendo a educação como um ato transformador. Nossa união é eterna, pois suas lições e seu amor seguem comigo em cada escolha, em cada superação, em cada conquista.

Gostaria de expressar minha gratidão e meu amor incondicional à minha filha, Bianca Golobovante, a expressão máxima do amor em minha vida. A ela dedico não apenas esta tese, mas cada esforço diário, cada superação, cada conquista. Ela é minha inspiração, minha força para seguir em frente e buscar ser um homem melhor e, assim, trabalhar por um mundo melhor, pois, ao sê-lo e ao buscá-lo, também contribuo para o seu crescimento, para seus projetos, sonhos e aspirações.

Quero que saiba que o papai estará sempre com você, acompanhando cada passo, torcendo por cada vitória e amparando em cada desafio. Meu amor por você é eterno e inabalável. Te amo!

Estendo esse reconhecimento à minha família Golobovante, que, ao chegar ao Brasil como migrantes, trouxe consigo, em suas malas, a esperança de uma vida melhor, fugindo das adversidades da guerra e da fome. Carrego em mim essa história de luta e resiliência, e sou grato por esse legado. Em especial, lembro com carinho e respeito os que já partiram: meus avós Orlando Golobovante (*in memoriam*) e Neuza Golobovante (*in memoriam*), minha tia Nilza Golobovante (*in memoriam*) e especialmente minha tia Neuzuila Golobovante (*in memoriam*), minha segunda mãe. Sei que, onde quer que ela esteja, ela deve estar orgulhosa de que o “garoto”, como me chamava, cresceu e se tornou doutor. Seu amor, cuidado e confiança em mim foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, e busco ser coerente com tudo que aprendi em família. Meu compromisso é seguir transmitindo esse legado e continuar sonhando e lutando por uma vida melhor, assim como eles fizeram antes de mim.

Também expresso minha profunda gratidão ao Professor Doutor Alberto Damasceno, um amigo e um grande companheiro — no sentido mais profundo do termo, pois tantas e tantas vezes compartilhamos do mesmo pão, da dificuldade e da superação. Seu papel em minha trajetória vai muito além da orientação acadêmica: o senhor é um artífice do professor e pesquisador que tenho me transformado e, sobretudo, do ser humano que busco ser. Sua generosidade intelectual, sua paciência e sua confiança em meu potencial foram fundamentais em momentos de incerteza. O senhor é uma grande referência, e sei que essas palavras são insuficientes para expressar tudo o que sinto e a imensidão de minha gratidão.

Minha jornada no PGEDA não foi solitária, foi na “barca” do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM), onde encontrei não apenas um espaço acadêmico de excelência, mas também laços de amizade e cumplicidade que tornaram essa caminhada mais leve, mais tranquila e verdadeiramente coletiva. Os ateliês e as bancas simuladas foram fundamentais para perceber nuances que um olhar embebido no objeto de pesquisa muitas vezes não consegue enxergar. Mas, além da rigorosidade acadêmica, foram as conversas e as risadas compartilhadas que tornaram as dores e as dificuldades mais palatáveis. A todos os membros do LAPEM, meu sincero obrigado. Me permito destacar três nomes: Jéssica Mesquita, Marcus Ribeiro e Suellem Pantoja: que o tempo solidifique nossos laços de amizade e realce o sabor dos *drinks*, cervejas e tira-gostos e que possamos seguir nos apoiando, dentro e fora da academia.

A trajetória acadêmica nunca esteve dissociada da militância, e é com gratidão que reconheço a importância dos companheiros de luta, Cláudio Puty, Edilson Rodrigues, Patrickssandres Silva e Sandro Batista entre tantos. Quando decidi iniciar o doutorado, foram

fundamentais me incentivando, mas, mais do que isso, compartilharam comigo a luta por direitos da classe trabalhadora, ajudando a forjar meu olhar e minha posição em defesa de uma educação que atenda aos interesses do povo em sua aspiração por ascensão social. A vocês, minha sincera gratidão.

A caminhada também foi fortalecida pelos amigos da Igreja, que me ensinaram a cultivar um olhar humano coerente com o cristianismo. Quero ressaltar a importância de Pe. Aldo Fernandes, que me levou para o IPAR e, a partir disso, nos tornamos amigos, obrigado por me ouvir, acompanhar e acolher. Ao Pe. Santiago Calzada, que me ensinou a olhar o mundo a partir dos oprimidos. A Dom Cid, o primeiro historiador que me inspirou. A Pe. Fábio, Pe. George, Dona Ana Macola, Dona Raimunda Elmesany, Dona Rosa Barbosa, Dona Diany e Sr. Jaime, que, cada um ao seu jeito, me ensinaram a compreender as limitações humanas e a seguir sempre em frente.

Também sou grato aos tantos companheiros de trabalho em todas as escolas por onde passei, até chegar ao SESI, onde estou hoje. As conversas, as divergências e os momentos festivos foram fundamentais em meu processo de amadurecimento. Em especial, agradeço ao Professor Doutor Marcelo Valente, que foi meu professor, meu diretor e um amigo de todas as horas. Tudo o que compartilhou comigo foi absolutamente essencial para que eu chegasse até aqui.

Portanto, todo o mérito desse trabalho, compartilho com todos que estiveram ou passaram ao meu lado nessa caminhada. A cada pessoa que contribuiu com palavras, gestos, críticas, incentivos ou simplesmente com sua presença, meu agradecimento é genuíno. Essa tese não é uma obra solitária: ela carrega as marcas desses encontros, dessas trocas e das redes de solidariedade que tornam o conhecimento um processo coletivo e humano.

A extensão deste agradecimento é a maior prova do amor e da presença de Deus em minha vida. Me sinto abençoado diante de tantas e tantas pessoas que passaram por meu caminho, que permaneceram, que me apoiaram, me ensinaram e me abraçaram nos momentos mais difíceis. Essas pessoas são a manifestação viva da presença divina, a prova de que Deus existe em minha vida e sempre esteve ao meu lado, colocando em meu percurso aqueles que, de diferentes formas, me ajudaram a chegar até aqui.

A cada um de vocês, minha eterna gratidão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dissertações e Teses de História das Instituições Educacionais	18
Quadro 2: Quadro de fontes documentais para pesquisa histórica	33
Quadro 3: Quadro de fundação das Dioceses e Prelazias do Pará e Amapá	47
Quadro 4: Pontos Fundamentais da Legislação sobre as Universidades Brasileiras (Lei nº 5.540/1968, Decreto-Lei nº 464/1969 e Decreto-Lei nº 477/1969)	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Rodovias da Amazônia: Belém-Brasília, Transamazônica e Santarém-Cuiabá	56
Figura 2: Documento do SNI (agência Belém) sobre a Infiltração comunista nos diversos setores de atividade (capa)	69
Figura 3: Documento do SNI (agência Belém) sobre a Infiltração comunista nos diversos setores de atividade (página 1)	70
Figura 4: Documento do SNI (agência Belém) sobre a <i>Infiltração comunista nos diversos setores de atividade (página 2)</i>	70
Figura 5: Ata de fundação do IPAR (frente)	87
Figura 6: Ata de fundação do IPAR (verso)	87
Figura 7: Diagrama das forças políticas e jurídicas que incidiram sobre o Curso de Teologia.....	97
Figura 8: Ofício de Dom Alano Pena em nome da CNBB datado de 22 de Março de 1976, solicitando renovação do convênio entre CNBB e UFPA.....	103
Figura 9: Ofício de Dom Alano Pena em nome da CNBB datado de 24 de Março de 1976, complementando o ofício de 22 de Março de 1976.....	104
Figura 10: Diagrama das diretrizes e regras eclesiais para a formação teológica.....	110
Figura 11: Ofício do SNI para a UFPA solicitando informações sobre o Curso de Teologia do IPAR ofertado na UFPA	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho
CENESC	Centro de Estudos de Comportamento Humano
CER-Norte II	Comissão Episcopal Regional - Norte II
CF	Campanha da Fraternidade
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferências Nacional dos Bispos do Brasil
CNLB	Conselho Nacional do Laicato do Brasil
CO	Círculos Operários
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DP	Departamento de Pastoral
ELC	Escola de Lideranças Cristãs
HUAC	House Committee on Un-American Activities
IPAR	Instituto de Pastoral Regional
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
LPPA	Linhas Prioritárias da Pastoral na Amazônia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOP	Movimento de Organização Popular
MLPA	Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PJ	Pastoral da Juventude
SPVEA	Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo da História da Educação, com ênfase temática na História das Instituições Educacionais, tendo como objeto a atuação político-educacional do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) na formação de lideranças na Amazônia entre os anos de 1971 e 1977. A análise teórica fundamenta-se na perspectiva de Gramsci (1982), incorporando as contribuições de Hobsbawm (1998), Thompson (1981) e Saviani (2007), em uma abordagem que privilegia a totalidade das interações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nessa perspectiva, a análise do IPAR permite situar a pesquisa no interior das articulações entre Estado, Igreja e Educação durante a ditadura militar, evidenciando as tensões, disputas e estratégias no campo educacional e teológico-pastoral que moldaram políticas públicas, práticas administrativas e formas de gestão voltadas à formação de lideranças eclesiais e sociais na Amazônia. Para a consecução da pesquisa, foi realizado um levantamento documental na sede da CNBB Regional Norte 2, na secretaria do IPAR e na Faculdade Católica de Belém. Complementarmente, consultaram-se os acervos do Arquivo Nacional, do Arquivo Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Centro de Documentação e Informação da CNBB Nacional, da Biblioteca do Mosteiro dos Monges Cistercienses de São José do Rio Pardo (SP) e da Biblioteca Pública Arthur Vianna. A documentação utilizada compreende documentos eclesiásticos, legislações, decretos, convênios, atas, resoluções, processos administrativos e notícias de jornais. A pesquisa demonstra que, entre 1971 e 1977, o IPAR constituiu-se como um enclave político-educacional, jurídico e teológico na Amazônia, atuando na formação de lideranças eclesiais e sociais comprometidas com a transformação da realidade regional. Sua atuação configurou-se como expressão de uma contra-hegemonia efetiva, consolidando-se como aparelho privado de hegemonia e, por sua natureza, como espaço de práxis pedagógica e teológico-política voltado à formação de intelectuais orgânicos alinhados às diretrizes do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e dos Encontros de Santarém e Manaus, em um contexto de dominação autoritária, marcado pela repressão estatal e pela exclusão socioeconômica.

Palavras-chave: Instituto de Pastoral Regional; História das Instituições Educacionais; Aparelho Privado de Hegemonia; Amazônia

ABSTRACT

This research lies within the field of the History of Education, with a thematic emphasis on the History of Educational Institutions, focusing on the political and educational engagement of the Instituto de Pastoral Regional (IPAR) in the formation of leadership in the Amazon region between 1971 and 1977. The theoretical framework is grounded in the perspective of Gramsci (1982), enriched by contributions from Hobsbawm (1998), Thompson (1981), and Saviani (2007), adopting an approach that privileges the totality of social, political, economic, and cultural interactions. From this perspective, the analysis of IPAR allows the investigation to be situated within the nexus of relations among the State, the Church, and Education during the Brazilian military dictatorship, highlighting the tensions, disputes, and strategies that shaped public policies, administrative practices, and managerial approaches directed toward the formation of ecclesial and social leadership in the Amazon. To achieve the research objectives, a comprehensive documentary survey was conducted at the headquarters of CNBB Regional Norte 2, the IPAR archives, and the Catholic Faculty of Belém. Additionally, collections from the National Archives, the Central Archive of the Federal University of Pará (UFPA), the Documentation and Information Center of the National CNBB, the Library of the Cistercian Monks of São José do Rio Pardo (SP), and the Arthur Vianna Public Library were consulted. The collected corpus includes ecclesiastical documents, legislation, decrees, agreements, meeting minutes, resolutions, administrative proceedings, and newspaper articles. The study demonstrates that between 1971 and 1977, IPAR emerged as a political-educational, legal, and theological enclave in the Amazon, playing a significant role in the training of ecclesial and social leaders committed to transforming the regional reality. Its actions constituted a concrete expression of counter-hegemony, establishing itself as a private apparatus of hegemony and, by its nature, a site of pedagogical and theological-political praxis aimed at forming organic intellectuals aligned with the orientations of the Second Vatican Council, the Medellín Conference, and the Santarém and Manaus Meetings, within a context of authoritarian rule marked by state repression and socioeconomic exclusion.

Keywords: - Regional Institute of Pastoral Ministry; History of Educational Institutions; Private Apparatus of Hegemony; Amazon Region.

RESUMEN

Esta investigación se inscribe en el campo de la Historia de la Educación, con un enfoque temático en la Historia de las Instituciones Educativas, y tiene como objeto de estudio la actuación político-educativa del Instituto de Pastoral Regional (IPAR) en la formación de liderazgos en la Amazonía entre los años 1971 y 1977. El análisis teórico se fundamenta en la perspectiva de Gramsci (1982), incorporando los aportes de Hobsbawm (1998), Thompson (1981) y Saviani (2007), en un enfoque que privilegia la totalidad de las interacciones sociales, políticas, económicas y culturales. Desde esta perspectiva, el análisis del IPAR permite situar la investigación dentro de las articulaciones entre el Estado, la Iglesia y la Educación durante la dictadura militar, evidenciando las tensiones, disputas y estrategias en el campo educativo y teológico-pastoral que moldearon políticas públicas, prácticas administrativas y formas de gestión orientadas a la formación de liderazgos eclesiales y sociales en la Amazonía. Para llevar a cabo la investigación, se realizó un levantamiento documental en la sede de la CNBB Regional Norte 2, en la secretaría del IPAR y en la Facultad Católica de Belém. Complementariamente, se consultaron los acervos del Archivo Nacional, del Archivo Central de la Universidad Federal de Pará (UFPA), del Centro de Documentación e Información de la CNBB Nacional, de la Biblioteca del Monasterio de los Monjes Cistercienses de São José do Rio Pardo (SP) y de la Biblioteca Pública Arthur Vianna. La documentación analizada comprende documentos eclesiales, legislaciones, decretos, convenios, actas, resoluciones, expedientes administrativos y noticias periodísticas. La investigación demuestra que, entre 1971 y 1977, el IPAR se configuró como un enclave político-educativo, jurídico y teológico en la Amazonía, actuando en la formación de liderazgos eclesiales y sociales comprometidos con la transformación de la realidad regional. Su actuación se constituyó como una expresión concreta de contrahegemonía, consolidándose como aparato privado de hegemonía y, por su naturaleza, como un espacio de praxis pedagógica y teológico-política orientado a la formación de intelectuales orgánicos alineados con las directrices del Concilio Vaticano II, de la Conferencia de Medellín y de los Encuentros de Santarém y Manaus, en un contexto de dominación autoritaria marcado por la represión estatal y la exclusión socioeconómica.

Palabras clave: - Instituto de Pastoral Regional; Historia de las Instituciones Educativas; Aparato Privado de Hegemonía; Amazonía.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Sobre as fontes históricas e nossos procedimentos metodológicos	30
1.2 Abordagem teórica e historiográfica e para análise.	35
1.3 Ementário da Tese	41
2. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CATOLICISMO AMAZÔNICO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA DÉCADA DE 1970: A RELAÇÃO ENTRE O IPAR E O CONTEXTO POLÍTICO-ECLESIAL E ECONÔMICO DA AMAZÔNIA.	43
2.1 A Amazônia na década de 70 sob a Ditadura Militar e a Influência da Teoria de Dependência.	53
2.2 Elementos constitutivos internos e externos do anticomunismo católico	59
2.3 Envolvimento dos EUA no Golpe Civil-Militar do Brasil e os desdobramentos na Igreja Católica.....	63
2.4 Relação da Igreja Católica com a Ditadura Militar na Amazônia.....	72
3. FUNDAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO IPAR NA DÉCADA DE 70: DISPUTAS E CONFLITOS NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NA AMAZÔNIA.	77
3.1 Cronologia do IPAR: Criação, institucionalização e sujeitos históricos.....	83
4. ENTRE O ESTADO E A IGREJA: O IPAR COMO PRODUTO DA MEDIAÇÃO ENTRE O AUTORITARISMO EDUCACIONAL E AS INOVAÇÕES TEOLÓGICO-PASTORAIS NA AMAZÔNIA (1971–1977)	96
4.1 Elementos que constituíram o convênio CNBB–UFPA e a configuração do curso de Teologia.....	98
4.2 Arcabouço da legislação brasileira e a Reforma Universitária (1968) e desdobramentos.	106
4.3 Diretrizes da Igreja Católica para a formação teológica.	109
4.4 Concepções formativas e teológicas do curso a partir dos encontros de Santarém (1972) e Manaus (1974).	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
FONTES DOCUMENTAIS	133
REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar esta tese, compartilho a questão epistemológica inicial com a qual me deparei acerca da relevância da História da Educação nos estudos e pesquisas sobre a Educação na região amazônica, sobretudo no que diz respeito à Gestão e às Políticas Públicas. Minha perspectiva para essa discussão parte do entendimento de que a História da Educação se constitui tanto como uma especialidade da Ciência da Educação quanto como uma abordagem própria da História, conforme fundamentado nas obras de Campos (2011), Nóvoa (1996) e Vidal (2003). Tal compreensão é essencial para a construção de uma visão holística das dinâmicas educacionais ao longo do tempo.

Nesse contexto, é importante afirmar que nossa epistemologia é política: a escolha dos objetos, das abordagens e dos referenciais teóricos está atravessada por posicionamentos ideológicos e disputas de sentido no campo intelectual. Essa premissa, inspirada na tradição crítica e gramsciana, orienta a nossa concepção de ciência como campo de lutas e construção de hegemonia cultural.

Além disso, reconhecemos que a História da Educação é um campo consolidado de pesquisa, com produção extensa e articulada em redes acadêmicas nacionais e internacionais. Sua legitimidade como área de investigação está refletida na diversidade de periódicos especializados, grupos de pesquisa, eventos científicos e referenciais teóricos que continuamente contribuem para sua renovação e aprofundamento.

Como especialidade da Educação, a História da Educação se destina a investigar o desenvolvimento educacional ao longo dos anos. Seu objetivo é analisar práticas, ideias, instituições e políticas educacionais, permitindo uma compreensão histórica que esclareça os sistemas educacionais, suas origens, trajetórias, transformações e sobretudo, seu papel crucial na formação de professores e na construção teórica da pedagogia. O conhecimento histórico, portanto, nos permite identificar desafios e oportunidades para a educação no presente e no futuro.

Como abordagem da História, a História da Educação utiliza métodos e conceitos históricos para analisar o passado educacional. Nesse contexto, a educação é compreendida dentro dos contextos social, político, cultural e econômico em que se desenvolveu. Para isso, a História da Educação se conecta com outras áreas do conhecimento, como a Filosofia da Educação, a Sociologia da Educação e a Política Educacional.

Dito isso, fica evidente que, ao investigar o passado, é possível obter uma perspectiva crítica sobre as continuidades, mudanças e consequências das políticas públicas, das práticas administrativas e da gestão educacional, especialmente no que diz respeito à interação entre

Estado, Igreja e Educação. Isso envolve a investigação das Instituições Educacionais, dos movimentos sociais, o desenvolvimento do ensino superior, as relações entre Estado e Igreja Católica, cuja dinâmica variou entre cooperação e conflito ao longo dos séculos, e a relação entre Igreja Católica e Sociedade na organização e na luta por direitos, especialmente o da Educação. Portanto, a reflexão histórica se configura como indispensável para compreender as complexidades e os desafios enfrentados pela educação, sobretudo na vasta extensão amazônica.

Nessa perspectiva, esta tese está inserida no campo da História da Educação, tendo como tema a História das Instituições Educacionais e como objeto de estudo a atuação político-educacional do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) na formação de lideranças na Amazônia durante os anos de 1971 e 1977. Neste estudo, compreendemos por “lideranças” tanto aqueles que se preparavam para o sacerdócio, quanto o laicato¹ que atuavam nas pastorais, organismos eclesiais e, também, em espaços da sociedade civil, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Conforme aponta Frigério (1996), no contexto analisado, o termo “agente de pastoral” abarcava sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos engajados na ação evangelizadora da Igreja. Assim, reconhece-se uma convergência entre os conceitos de “liderança” e “agente de pastoral”. No entanto, para fins analíticos e em consonância com o foco deste estudo, optamos por utilizar prioritariamente o termo lideranças, por sua abrangência tanto na dimensão eclesial quanto na incidência social dos sujeitos formados pelo IPAR no período investigado. Adotamos, para isso, a concepção gramsciana de intelectual orgânico (Gramsci, 1982), entendendo a liderança como expressão de sujeitos que, inseridos em seu meio, articulam valores, interesses e perspectivas de sua comunidade, contribuindo ativamente para a formação da consciência coletiva.

O recorte temporal adotado inicia-se em 1971, ano de fundação do Instituto de Pastoral Regional (IPAR), e estende-se até 1977, quando foi encerrado o convênio firmado entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse período abrange os dois convênios celebrados, em 1972 e 1976, e contempla o período de funcionamento da primeira turma do curso de Teologia, que ocorreu entre 1973 e 1977. Essa delimitação permite contextualizar a pesquisa no interior das articulações entre Estado, Igreja

¹ O laicato na Igreja Católica refere-se aos fiéis leigos — homens e mulheres batizados que não pertencem ao clero nem a ordens religiosas, ou seja, que não receberam as ordens do diaconato, presbiterado ou episcopado. Segundo a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II, os leigos são chamados a participar ativamente da missão da Igreja, tanto na vida do mundo quanto na comunidade eclesial. Essa participação inclui atividades como catequese, liturgia, coordenação de comunidades e ação social, especialmente em regiões com poucos ministros ordenados, como na Amazônia. A exortação apostólica *Christifideles Laici* reforça e valoriza essa atuação como expressão da corresponsabilidade dos leigos na missão evangelizadora da Igreja.

e Educação durante a ditadura militar, evidenciando as tensões, disputas e estratégias no campo educacional e teológico-pastoral que marcaram a formação de lideranças na Amazônia.

Diante disso, o problema de pesquisa que direciona o presente estudo é: Como se deu a atuação do IPAR na formação de lideranças na Amazônia entre 1971 e 1977? E para auxiliar na resolução do problema de pesquisa, formulamos como questões norteadoras: Qual a relação entre o IPAR e o contexto político-econômico e eclesial da década de 1970 na Amazônia, considerando os elementos constitutivos do catolicismo amazônico, os sujeitos históricos envolvidos, suas influências e implicações mútuas? Como se deu o processo de fundação do IPAR e as transformações institucionais pelas quais o instituto passou na década 70? Como o IPAR, entre 1971 e 1977, expressou a mediação entre o autoritarismo da legislação educacional do regime militar e as inovações teológico-pastorais da Igreja na Amazônia, e de que modo essa tensão moldou sua proposta de formação teológica-pastoral?

Por conseguinte, a tese central deste estudo postula que em um cenário regional permeado de conflitos entre o grande capital e setores excluídos da sociedade amazônica, agravado por um regime autoritário e violento como foi a ditadura militar brasileira, O IPAR configurou-se na Amazônia, entre 1971 e 1977, como um enclave político-educacional, jurídico e teológico resultante da mediação entre a legislação educacional da Reforma Universitária de 1968 e as diretrizes do Concílio Vaticano II (1962 a 1965), da Conferência de Medellín (1968) e dos Encontros de Santarém (1972) e Manaus (1974).

Diante disso, estabelecemos como objetivo geral analisar a atuação político-educacional do IPAR na formação de lideranças na Amazônia durante os anos de 1971 a 1977. Para a consecução do objetivo geral, estabelecemos objetivos específicos: relacionar o IPAR ao contexto político-econômico e eclesial da década de 1970 na Amazônia, partindo dos elementos constitutivos do catolicismo amazônico e identificando os sujeitos históricos, influências e dinâmicas que condicionaram e foram impactadas por sua atuação; investigar o processo de fundação do IPAR e as transformações institucionais pelas quais o instituto passou na década de 1970, identificando suas causas e efeitos; investigar como o IPAR, entre 1971 e 1977, expressou a mediação as exigências do autoritarismo legislação educacional e as inovações teológico-pastorais da Igreja na Amazônia, conformando uma proposta própria de formação teológica-pastoral.

É válido ressaltar que meu envolvimento com o IPAR se deu em razão da minha atuação como assessor² no módulo "História da Igreja na Amazônia" no curso de formação teológico-pastoral da Escola de Liderança Cristã (ELC) do IPAR.

A ELC é um curso modular destinado fundamentalmente ao laicato que funciona nas circunscrições eclesiais³ a pedido do Bispo Local, setor responsável pela formação do laicato ou pelo pároco⁴. As disciplinas deste curso são ministradas mensalmente em módulos com temas variados da ação pastoral⁵ da Igreja Católica, tais como: Exegese Bíblica, Análise de Conjuntura, Teologia Pastoral, Liturgia e Sacramentos, Cristologia, História da Igreja na Amazônia, Ética e Moral e Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

O IPAR abriga em sua comunidade acadêmica uma diversidade de membros, que incluem religiosos, religiosas, fiéis leigos, seminaristas, padres e ex-padres. Estes sujeitos atuam tanto na gestão do instituto quanto como professores e alunos. Além disso, estão envolvidos em atividades pastorais em paróquias e em diversos serviços, organismos e pastorais dentro das dioceses e prelazias do Pará e do Amapá, bem como da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Entre os diversos serviços, organismos e pastorais, destacam-se o Grito dos Excluídos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Campanha da Fraternidade (CF), as Comissões de Justiça e Paz (CJP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude (PJ), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Conselho Nacional do Laicato Do Brasil (CNLB), a Cáritas Brasileira e a Pastorais Sociais. Essas atividades estão engajadas em questões como direitos humanos, justiça social, preservação ambiental e assistência aos mais necessitados e marginalizados, desempenhando um papel importante na mobilização e conscientização da população sobre tais temáticas.

As atividades mencionadas alinham-se com a ação dos movimentos sociais, os quais são entendidos pela perspectiva de Gohn (2011) como manifestações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que possibilitam à população se organizar e expressar suas demandas. Assim, embora tenham uma base religiosa, os serviços, organismos e pastorais da Igreja podem ser considerados parte do espectro mais amplo dos movimentos sociais quando atuam de forma convergente.

² Termo usado no âmbito da Igreja Católica para designar professores, palestrantes e mediadores de cursos diversos.

³ As circunscrições eclesiais são essenciais na estrutura da Igreja Católica, representando divisões territoriais e administrativas para uma organização eficiente. Elas incluem Arquidioceses, Dioceses, Prelazias e Paróquias, cada uma com funções específicas na vida da igreja.

⁴ É o presbítero da Igreja Católica responsável por administrar uma Paróquia.

⁵ Trata-se do conjunto de ações e atividades da Igreja Católica na sociedade.

Sob nosso olhar, essa articulação não é mera coincidência; trata-se, ao contrário, de um fenômeno digno de atenção, que nos estimula a compreender historicamente a formação deste elo entre os serviços, organismos e pastorais da Igreja, e os movimentos sociais identificados no interior da comunidade acadêmica do IPAR pelos sujeitos que a integram.

Enfatizo que meu interesse inicial de pesquisa pelo IPAR decorre da minha atividade docente no instituto. É evidente que essa proximidade com o instituto me coloca sob “suspeita” aos que adotam a perspectiva objetivista, como a de Fustel de Coulanges, que defende que "Compreendemos melhor os acontecimentos e revoluções dos quais nada temos a temer nem nada a esperar" (Coulanges Apud Fico, 2012, p. 46). No entanto, esse temor objetivista não se justifica, pois não é papel do historiador definir o que é a "verdade histórica", mas sim estimular a reflexão sobre a multiplicidade de interpretações possíveis (Fico, 2012). É justamente na possibilidade de múltiplas interpretações acerca do meu objeto que reside a potência desse estudo para a História das Instituições Educacionais na Amazônia.

Trazer a trajetória do IPAR para uma investigação acadêmica é importante, primordialmente, por duas razões. Em primeiro lugar, pela possibilidade de uma compreensão holística da atuação político-educacional do instituto na formação de lideranças na Amazônia. Isso amplia o escopo para além da história institucional contida em obras comemorativas e memoriais, como o de Frigeiro (1996), que aborda a história política da instituição e de personalidades eclesiais de destaque.

A análise da trajetória do instituto tem o potencial e a aspiração de trazer novas perspectivas de estudo e reflexão sobre as Instituições Educacionais e a formação de lideranças na Amazônia, bem como sobre a atuação da Igreja Católica na região. Em segundo lugar, pelo potencial significativo do IPAR no âmbito da História da Educação na Amazônia, especialmente no que diz respeito à História das Instituições Educacionais.

Nesse sentido, realizamos um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o objetivo de reconhecer nas produções acadêmicas o campo de pesquisa e as possibilidades de diálogo. Utilizamos os descritores "História das Instituições Educacionais Religiosas" e "História da Formação de Lideranças" nos programas de pós-graduação em Educação, História e Ciências da Religião no Pará. Esse levantamento foi realizado entre os dias 1 de dezembro de 2023 e 9 de janeiro de 2024, resultando no quadro a seguir:

Quadro 1: Dissertações e Teses de História das Instituições Educacionais Religiosas

TÍTULO	TIPO	AUTOR	ANO	ORIENTADOR – PROGRAMA/IES
--------	------	-------	-----	------------------------------

A educação de mulheres no Colégio São José: 1950 – 1962.	Dissertação	Marilene Maria Aquino Castro Barros	2010	Maria Betânia Barbosa Albuquerque - PPGED/UEPA
Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960).	Dissertação	Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira	2017	Cezar Augusto de Castro - PPGED/UFGA
O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913).	Tese	Wellington da Costa Pinheiro	2017	Laura Maria da Silva Araújo Alves - PPGED/UFGA
Infância, crianças e experiências educativas no educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980).	Tese	Tatiana do Socorro Correa Pacheco	2017	Laura Maria da Silva Araújo Alves - PPGED/UFGA
A educação para ser boa deve ser religiosa”: romanização e civilização no projeto educativo do bispo dom Antônio de Macedo Costa para a Amazônia (1861 - 1890).	Tese	Benedito Goncalves Costa	2019	Sônia Maria da Silva Araújo - PPGED/UFGA
Atuação da Igreja Católica na prelazia de Cametá: o contexto da educação popular no período de 1980 a 1999.	Dissertação	Jose Rivaldo Arnaud Lisboa	2019	Benedita Celeste de Moraes Pinto - PPGEDUC/UFGA
Assembléia de Deus na Ilha do Combu: aspectos sócio-naturais de um pentecostalismo ribeirinho.	Dissertação	Wesley Cardoso de Sousa	2019	Manoel Ribeiro de Moraes Junior – PPGCR/UFGA
Práticas educativas das Congregações Filhas de Sant’Ana e Irmãs de Santa Doroteia na formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927).	Dissertação	Tayana Helena Cunha Silva	2020	Laura Maria da Silva Araújo Alves - PPGED/UFGA

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisarmos o “Quadro de Dissertações e Teses de História das Instituições Educacionais”, identificamos 8 estudos a partir dos descritores citados. É importante ressaltar que o número de trabalhos indicados na plataforma que pesquisamos, por si só, não justificaria a relevância de uma investigação. Da mesma forma, o fato de não termos encontrado nenhuma pesquisa específica sobre o IPAR também não se justificaria, uma vez que o instituto é um entre muitos que surgiram na Amazônia, em contextos e realidades distintas. O interesse por estudar e pesquisar um entre tantas Instituições Educacionais se fundamenta na subjetividade, na constituição ideológica, nos princípios, nos valores e nos interesses do pesquisador. Portanto, ter muitos ou nenhum estudo sobre uma determinada instituição educacionais religiosas não demonstra a relevância ou irrelevância da instituição ou do estudo.

No entanto, chamou-nos a atenção o fato de que os estudos sobre as instituições educacionais e temas correlatos não têm se dedicado à formação de lideranças na região, tampouco à formação no ensino superior ou à formação teológica de sacerdotes católicos — seja no período analisado, seja em períodos anteriores ou posteriores. Isso nos surpreende,

considerando a relevância histórica da atuação da Igreja Católica na região desde o início da colonização, sobretudo no campo educacional, como destaca Damasceno (2012). Tal constatação ressalta a importância de estudar a atuação do IPAR no que se refere à formação de lideranças, contribuindo, assim, para a ampliação do campo da História da Educação a partir da História das Instituições Educacionais, especialmente no contexto da ditadura brasileira.

Outro aspecto de relevância deste estudo está relacionado ao contexto da ditadura militar, o qual detém uma importância particular para a sociedade brasileira, demandando estudos e pesquisas que permitam a construção de narrativas históricas coerentes com as perseguições, silenciamentos, torturas, mortes e desaparecimentos feitos pelo Estado contra brasileiros e brasileiras que se opuseram à ditadura militar. Esses estudos devem contribuir para o amadurecimento e a preservação da memória histórica em torno desse sombrio período da história brasileira.

Explorar os mecanismos pelos quais a ditadura militar se estabeleceu e perpetuou não apenas nos auxilia a fortalecer e valorizar os valores democráticos, mas também nos alerta sobre o perigo do autoritarismo na relação entre Estado, Igreja e Educação, do qual advêm políticas públicas, práticas administrativas e gestão da educação. Isso proporciona percepções valiosas sobre as raízes de problemas sociais e políticos contemporâneos na região amazônica, tais como a degradação ambiental, os conflitos e disputas pela terra, e as desigualdades socioeconômicas, além de estimular a reflexão sobre questões fundamentais, como direitos humanos, liberdades civis e participação política. Essas questões permeiam a educação, especialmente as Instituições Educacionais, uma vez que suas comunidades acadêmicas, como parte do conjunto da sociedade, carregam as contradições, disputas e consciências em seus sujeitos.

Por isso, este estudo busca ir além das fronteiras religiosas que preservam memórias de personalidades e instituições em busca de legitimação no presente, enaltecendo um passado glorioso. Ao invés de aceitar passivamente tais narrativas, o historiador deve construir seu objeto com base em categorias analíticas e conceitos próprios, situando-o em uma teia de relações que reflita a complexidade do real. Historicizar, nesse sentido, não se reduz à descrição linear de eventos, mas implica uma interpretação crítica, informada teoricamente e atenta aos silêncios e disputas da memória. O historiador atua como sujeito ativo na produção do conhecimento histórico, lançando luz sobre as dinâmicas entre a experiência histórica, os sentidos atribuídos ao passado e as mediações que atravessam sua própria prática investigativa.

Como orienta Umberto Eco (2007), a elaboração de uma tese deve ser compreendida como uma oportunidade para “recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, não entendido como recolha de noções, mas como elaboração crítica de uma experiência” (Eco,

2007, p. 24). Portanto, nossa abordagem não se limitará à mera exploração do passado, mas se propõe a confrontar criticamente os sentidos atribuídos à trajetória do Instituto de Pastoral Regional (IPAR), considerando os sujeitos, as contribuições, as contradições e as disputas que atravessam nosso recorte temporal e objeto de pesquisa.

Esse esforço exige um referencial teórico-metodológico que permita a articulação entre a História das Instituições Educativas e a totalidade histórica em suas continuidades, rupturas e contradições. Eco destaca que fazer uma tese implica desenvolver a “capacidade para identificar os problemas, encará-los com método e expô-los segundo certas técnicas de comunicação” (Eco, 2007, p. 24), o que reforça a importância de uma abordagem crítica e dialética.

Nesse contexto, a teoria gramsciana mostra-se central para o campo da educação, ao considerar que as ideias, a cultura e a escola são também instrumentos de luta por hegemonia e não meros reflexos da infraestrutura econômica. Essa perspectiva está em sintonia com a concepção de pesquisa defendida por Eco, segundo a qual o estudante deve ir além da mera compilação, elaborando uma síntese própria a partir da análise rigorosa dos dados, o que exige “ordenar dados e pôr ordem nas próprias ideias” (Eco, 2007, p. 31).

Desse modo, a análise da trajetória do IPAR será guiada por uma metodologia que, conforme Eco adverte, “não se encerra na escolha de um tema, mas se estende à forma como este é desenvolvido e justificado no interior de um projeto coerente” (Eco, 2007, p. 27). Ao adotar esse caminho, pretende-se contribuir para uma compreensão mais crítica da educação na Amazônia e para o fortalecimento da reflexão historiográfica sobre as instituições que a constituem.

Como destaca Dore (2006), o interesse de Gramsci pela educação se aprofunda à medida que ele desenvolve uma análise mais complexa do Estado capitalista e rompe com interpretações mecanicistas do marxismo, que negligenciavam a força das ideias na transformação social, reduzindo-as a simples reflexos do domínio do capital. Gramsci passa a compreender a educação como parte central da luta pela hegemonia, articulada à construção de consensos e à formação de uma nova cultura.

A partir de seu pensamento, compreende-se que as instituições educacionais e os processos formativos são espaços estratégicos de formação da consciência crítica e de constituição de sujeitos históricos. Elas operam na disputa cultural e ideológica entre classes, podendo tanto reforçar quanto contestar a dominação. Gramsci afirma que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1999, p. 399), ressaltando que a luta política também se trava no campo educativo.

Instrumentalizar a teoria gramsciana para a História da Educação permite compreender essas instituições não como espaços neutros, mas como territórios onde se travam embates entre projetos de sociedade. Nesse sentido, escolas, universidades e centros formativos podem ser analisados como aparelhos privados de hegemonia, situados na sociedade civil e voltados à construção de consensos e à naturalização da ordem vigente.

Segundo Dore (2006), com base em Gramsci, a hegemonia não se mantém apenas pela coerção, mas sobretudo por meio da construção de consensos junto aos grupos subalternos. Para isso, permite-se certa organização e expressão dos interesses desses grupos por meio de partidos, sindicatos, imprensa e, especialmente, instituições educacionais. Estas passam a ter papel estratégico na conformação das subjetividades e na disputa por direção moral e intelectual no seio da sociedade civil.

Ao historicizar essas instituições, o pesquisador pode identificar como, em diferentes contextos, elas ora contribuíram para a reprodução das relações de dominação, ora para a formação de sujeitos contra-hegemônicos. Nesse sentido, a teoria gramsciana fornece um instrumental analítico potente para compreender a educação como instrumento de luta política e cultural, mobilizado tanto pelas classes dominantes quanto pelos subalternos.

A partir dessa perspectiva, conceituamos as instituições educacionais como estruturas formais do sistema de ensino — escolas, universidades, centros técnicos e de formação profissional — que organizam e sistematizam o saber, constituindo campos de disputa ideológica e cultural, atravessados pelas dinâmicas entre sociedade política e sociedade civil.

Sob esse enfoque, tais instituições — públicas ou privadas — podem ser compreendidas como aparelhos privados de hegemonia. Seu grau de autonomia, sobretudo no cotidiano das salas de aula, torna esses espaços estratégicos na formação de subjetividades, valores e sentidos que podem tanto sustentar quanto contestar a ordem social. Gramsci observa que "todo homem é um filósofo" (Gramsci, 1999, p. 415), indicando que o processo educativo é inseparável da formação da visão de mundo.

Nesses espaços, docentes e discentes ocupam posições centrais na reprodução ou contestação da hegemonia. Os professores, enquanto possíveis intelectuais orgânicos, são mediadores culturais e políticos, atuando como agentes de hegemonia ou contra-hegemonia conforme sua consciência crítica e inserção social. Os alunos, por sua vez, podem ser preparados para funções técnicas e dirigentes, que sustentam o *status quo*, ou, em certas brechas, tornar-se sujeitos críticos e transformadores.

A hegemonia ou contra-hegemonia manifesta-se não apenas nos discursos pedagógicos, mas também nas formas de gestão institucional, no currículo, nas metodologias de ensino, no

material didático e na cultura material escolar. Todas essas dimensões expressam projetos de classe em disputa. Como observa Dore (2006), inspirando-se em Gramsci, as ideologias não são simples aparências, mas expressões contraditórias da luta social, podendo ocultar ou revelar os conflitos em curso.

Contudo, nem sempre há congruência entre o projeto institucional e as práticas dos sujeitos que a compõem. Um estudante pode desenvolver consciência crítica mesmo em ambientes voltados à reprodução da hegemonia dominante — e o inverso também é verdadeiro. Essa tensão revela o caráter contraditório da escola enquanto aparelho privado de hegemonia. A luta política pode se manifestar internamente, por exemplo, entre a gestão escolar e os estudantes organizados em grêmios, disputando a direção moral da instituição.

O professor, como intelectual orgânico, pode desenvolver práticas pedagógicas que rompem com as diretrizes institucionais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos. Gramsci (1982) destaca que "a função dos intelectuais é a de organizar a massa e dar-lhe consciência de sua missão", ressaltando o papel transformador da atividade educativa.

No interior do Estado ampliado, conceito gramsciano que articula os aparelhos coercitivos da sociedade política com os mecanismos consensuais da sociedade civil, as instituições educacionais ocupam lugar estratégico. Em regimes autoritários, elas tendem a ser fortemente integradas à sociedade política, funcionando como instrumentos de controle direto. Nessas situações, o currículo e as práticas pedagógicas são moldados para atender às exigências da ordem autoritária, o que limita — mas não anula — a possibilidade de resistência.

Já em contextos democráticos, embora mecanismos de coerção simbólica ainda operem, há maior abertura à disputa de projetos pedagógicos diversos. Essa mudança reflete o deslocamento histórico da dominação capitalista, conforme aponta Dore (2006): a partir do fim do século XIX, a burguesia passou a exercer seu poder não apenas pela repressão, mas também pela construção de consensos, incorporando parcialmente os interesses dos grupos subalternos. Gramsci observa que “entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil [...] o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (Gramsci, 1999, p. 324), sublinhando essa articulação entre sociedade política e sociedade civil, combinando coerção e consenso na produção e disputa da hegemonia.

Compreende-se a sociedade civil como um espaço marcado por conflitos e disputas entre projetos antagônicos. As instituições educacionais, enquanto aparelhos privados de hegemonia, não apenas reproduzem o consenso dominante, mas também podem se tornar trincheiras de luta por uma nova hegemonia. Nelas, produzem-se sentidos, formam-se consciências e disputa-se a direção moral e intelectual da sociedade. Partindo dessa

compreensão, adotamos a perspectiva do materialismo histórico na ótica gramsciana para desenvolver uma história social da educação. Destacamos, nesse processo, a categoria de totalidade, entendida como uma "teia indivisível" em que todas as atividades humanas se interconectam, conforme aponta Hobsbawm (2009, p. 475).

Adotamos a teoria gramsciana como a leitura adequada para nosso objeto de pesquisa, compreendendo a relevância de Antonio Gramsci, cofundador do Partido Comunista Italiano. Sua produção intelectual, fundamentada no materialismo histórico, permite uma abordagem historiográfica centrada na totalidade, proporcionando uma compreensão mais profunda dos contextos históricos.

Saviani (2004) destaca a compreensão de Gramsci da teoria marxista como método orientado pela análise concreta de situações concretas, buscando a compreensão integral da realidade social. Ao alinhar o princípio da totalidade aos postulados de Gramsci (1978), destacamos a importância de analisar diversas áreas sociais para obter uma visão abrangente da realidade social.

No campo da História Social, a 'totalidade' é crucial, proporcionando uma perspectiva única na compreensão dos fenômenos históricos. Thompson (1981) enfatiza a necessidade de examinar de maneira abrangente o processo social, consolidando todas as narrativas setoriais em uma visão total. Essa abordagem holística vai além de relatos isolados, buscando entender as interações e influências mútuas entre diferentes atividades, reconhecendo a totalidade como um elemento essencial. Essa totalidade representa partes interdependentes que, juntas, formam um todo coerente.

Ao adentrarmos na esfera dos fenômenos sociais, a história é percebida como um processo concreto na vida de homens e mulheres, envolvendo as relações sociais estabelecidas entre eles e com a natureza por meio do trabalho. Essa visão abrangente destaca a interconexão entre os eventos sociais, proporcionando uma compreensão mais profunda e integrada do desenvolvimento histórico. Thompson (1981) é enfático ao indicar a trajetória de investigação da história social sob a ótica do materialismo histórico:

[...] o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma História 'setorial' (...), mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação (Thompson, 1981, p. 82).

Thompson conceitua o materialismo histórico como o estudo abrangente do processo social, sua abordagem integra narrativas setoriais para destacar a interconexão entre atividades,

revelando a lógica do processo e a racionalidade da causação, a análise considera a sociedade de forma ampla, explorando as relações entre diferentes atividades e suas influências recíprocas. A teoria marxista enfatiza a importância da totalidade, compreendida como uma composição complexa e inclusiva de partes interdependentes, formando um todo coerente e funcional, essa perspectiva totalizante influenciou o surgimento e desenvolvimento da história social, buscando uma análise científica e abrangente da sociedade.

Hobsbawm (1998) aborda as contradições inerentes ao modo de produção, alinhando-se à concepção de totalidade, ele reconhece o modo de produção como uma complexa totalidade de elementos inter-relacionados, substituindo a ideia de 'determinação' por 'hierarquia' e destacando conflitos internos; essa mudança conceitual ressalta a importância de considerar a totalidade das relações sociais, políticas e econômicas, reconhecendo a coexistência de diversas forças e interesses. A noção de totalidade proporciona uma compreensão mais rica e contextualizada das dinâmicas inerentes ao modo de produção proposto por Hobsbawm.

No cerne teórico e historiográfico deste estudo, que adota a perspectiva da totalidade, Gramsci (1978) é o fundamento e o guia. Os conceitos fundamentais da teoria gramsciana, como hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia, são essenciais para a compreensão da história social da educação em Instituições Educacionais, como o IPAR, analisando a relação entre educação, cultura e poder.

O sucesso dessa tríade teórica e historiográfica decorre do reconhecimento, segundo Gramsci (1978), de que a cultura é fundamental na formação das identidades sociais, constituindo um conjunto de práticas, valores, crenças e instituições que moldam a visão de mundo de uma sociedade. A cultura vai além da expressão artística ou intelectual, sendo um campo de luta política onde diferentes grupos sociais competem pela influência e legitimação, buscando a hegemonia.

A análise das Instituições Educacionais a partir dessa perspectiva, proporciona uma compreensão mais aprofundada de como a educação se insere em uma extensa rede de relações diversas e contraditórias, especialmente na região da Amazônia. Nesse contexto, o conceito de hegemonia, desenvolvido por Gramsci (2000), destaca a importância da cultura na formação das identidades sociais e na manutenção ou subversão do poder estabelecido. A hegemonia ocorre quando uma classe social consegue impor sua visão de mundo e interesses como universais, levando outras classes a aceitarem essa perspectiva e a se submeterem a ela. Conforme afirmou Gramsci:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram

de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (Gramsci, 2007a, p. 95).

Gramsci explora a dinâmica da hegemonia, ressaltando a combinação entre força e consenso para evitar a prevalência da força sobre o consenso. Essa estratégia busca criar a percepção de apoio da maioria. Ao se relacionar com aparelhos privados de hegemonia, como jornais, associações e Instituições Educacionais, destaca-se a importância desses dispositivos na construção e legitimação da hegemonia, reproduzindo sistematicamente os valores e interesses da classe dirigente ou formulando uma contra hegemonia da classe subalterna.

A proliferação desses aparelhos visa exercer influência abrangente na sociedade, destacando as intrincadas estratégias e disputas necessárias para consolidar a hegemonia em vários setores, especialmente na esfera educacional. É imperativo contextualizar o conceito gramsciano do Estado Ampliado, conforme expresso por Gramsci: "Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil" (Gramsci, 2014, p. 258). Nesse sentido, é essencial considerar a dialética, reconhecendo que, embora Estado e Sociedade possuam conceitos distintos, mantêm uma união orgânica, sociedade política e sociedade civil.

Os intelectuais orgânicos desempenham um papel crucial nos aparelhos privados de hegemonia, sendo responsáveis por formular, disseminar e legitimar a visão de mundo e os valores de classe. Cabe a esses intelectuais, dirigentes e organizadores das classes subalternas, contribuir para a superação dialética do fragmento em direção a uma visão de totalidade; sua posição social privilegiada lhes confere a capacidade de exercer influência sobre diferentes grupos sociais; sua atuação vai além de simplesmente refletir a complexidade das relações sociais; são agentes ativos na construção e perpetuação da hegemonia, desempenham um papel ativo na formulação de narrativas, moldando a consciência coletiva e influenciando a percepção dominante, especialmente em ambientes como instituições educacionais, mídia e outros espaços de socialização.

A compreensão desses agentes como peças-chave nos aparelhos privados de hegemonia é fundamental para uma análise histórica aprofundada das dinâmicas sociais e das lutas de classes que permeiam a construção da ordem social. Para isso, Gramsci sugere:

não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época. (Gramsci, 1999, p.110).

Gramsci destaca a importância de variar e apresentar argumentos de forma didática para ampliar a visão das massas, além disso, ressalta-se a necessidade de elevar progressivamente a cultura das massas, originando uma elite de intelectuais formada dentro da própria população, capaz de conectar teoria e prática, a partir disso, destaco a educação constante como fator crucial para desenvolver uma elite intelectual na sociedade. Os intelectuais orgânicos atuam nos aparelhos privados de hegemonia, formulando, difundindo e legitimando a visão de mundo e valores de classe, desempenham o papel de constituir um estrato médio entre líderes e massas, equilibrando-os em crises e promovendo a elevação das massas; são sujeitos históricos que moldam a consciência coletiva, consolidam a dominação cultural ou se engajam em disputas.

Neste sentido, com base em Gramsci (1978), é necessário compreender a importância dos intelectuais orgânicos e dos aparelhos privados de hegemonia na formação das identidades sociais e na manutenção ou subversão do poder estabelecido para analisar a relação entre educação, cultura e poder na história social da Amazônia em suas Instituições Educacionais, especialmente em uma instituição formadora de eclesiásticos.

A análise das Instituições Educacionais na Amazônia, sob a perspectiva dos conceitos de hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos, permite compreender como a educação está inserida em uma ampla rede de relações sociais. Essa abordagem possibilita entender como as classes utilizam os aparelhos privados de hegemonia para difundir sua visão de mundo, assim como a atuação dos intelectuais orgânicos nesse processo; essa perspectiva também auxilia na compreensão de como a educação na região é empregada para perpetuar as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que possibilita compreender como os movimentos sociais podem resistir e construir novas formas de educação e cultura, transformando a realidade social.

Dentro da perspectiva marxista, teoria e prática são indissociáveis, pois a transformação radical e profunda da sociedade é o objetivo central. Para enfrentar os desafios sociais, é necessário ter uma visão ampla e completa da realidade, pois só assim podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro, como afirma Konder (1981). Portanto, a compreensão da totalidade é essencial para uma análise crítica da sociedade e para propor soluções

transformadoras que considerem a complexidade das relações sociais e a interconexão entre as diversas esferas da vida social. Essa compreensão é fundamental para a análise histórica e para a produção de uma história social da educação na Amazônia, crucial para entender as especificidades e desafios históricos da região no campo educacional.

Ao incorporar esses conceitos neste estudo, nossa abordagem proporciona uma análise contextualizada do passado, permitindo a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldaram as sociedades ao longo do tempo. Tal perspectiva enriquece os estudos históricos ao não se limitar apenas aos eventos e protagonistas, mas também ao considerar as estruturas de poder e as ideias que permeiam diferentes épocas; essa abordagem é crucial ao estabelecer a relação intrínseca entre as mudanças sociais e a evolução da educação, uma vez que as transformações na sociedade impactam diretamente o sistema educacional.

Essa ideia coaduna-se com a perspectiva defendida por Saviani (2007), que destaca a importância da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária; para o autor, a educação não é apenas um meio de transmitir conhecimentos, mas também uma ferramenta fundamental para promover a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades sociais. Nesse contexto, Saviani enfatiza a necessidade de uma educação que vá além do simples acesso à informação, abrangendo aspectos que promovam a formação crítica e cidadã dos indivíduos; assim, as Instituições Educacionais tornam-se agentes ativos na construção de uma sociedade mais equitativa.

O IPAR deve ser compreendido primordialmente como uma Instituição Educacional, movendo-se junto com os sujeitos, a conjuntura, as atribuições regimentais e os interesses da hierarquia católica, mantenedores do instituto; a problemática nos conduziu a analisar e demonstrar a dimensão educativa dessa instituição em sua historicidade, identificando suas alterações e refletindo sobre suas causas e desdobramentos.

Sob essa ótica, torna-se relevante a abordagem de Rodriguez (2013) na caracterização da "instituição educativa" como uma organização social intrinsecamente moldada por um plano histórico e pedagógico, permeada por influências sociais e culturais do ambiente em que está inserida; essa perspectiva reflete a singularidade e a relevância das ações e atividades educativas do instituto em estudo.

Dessa forma, a investigação histórica pode contribuir para uma educação mais consciente e transformadora, buscando compreender e enfrentar os desafios da educação brasileira a partir de uma perspectiva mais ampla e crítica, conforme explicitado por Saviani (1997).

[...] historicidade do fenômeno educativo cujas origens coincidem com a origem do próprio homem, o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, já que o significado da educação está intimamente entrelaçado ao significado da História. E no âmbito da investigação histórico-educativa essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, uma vez que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica (Saviani, 1997, p.14).

Saviani destaca a relevância da interconexão entre educação e história, ressaltando o impacto do debate historiográfico na pesquisa educacional, ele salienta que investigar a história da educação implica examinar o fenômeno educativo em uma perspectiva histórica. No entanto, Saviani observa que a implicação do debate historiográfico na educação representa um desafio teórico, uma vez que as relações entre o ensino de história e outras dimensões não têm recebido a devida atenção por parte dos pesquisadores profissionais no campo da história; há uma falta de abordagem de questões teórico-metodológicas relevantes para a pesquisa histórico-educacional.

De outro lado, as dificuldades teóricas dos historiadores, como já foi apontado, se manifestam também, e até mesmo se poderia esperar que fosse em grau ainda maior, no caso dos educadores. Deve-se, porém, reconhecer que os investigadores-educadores especializados na História da Educação têm feito um grande esforço de sanar as lacunas teóricas, adquirindo competência no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E, ao menos no caso do Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, “historiadores de ofício” e não no sentido inverso (Saviani, 1997, p.14).

O autor aponta que os educadores enfrentam desafios teóricos mais intensos na pesquisa histórico-educacional em comparação com os historiadores; apesar disso, muitos pesquisadores-educadores têm se esforçado para preencher essas lacunas e estabelecer um diálogo sólido com os historiadores, sendo notável que, no Brasil, essa iniciativa tem partido dos educadores, não dos historiadores de formação.

Apesar das limitações teórico-metodológicas, a pesquisa histórico-educacional configura-se um campo de amplas possibilidades de pesquisa e estudo, a transição entre os campos da educação e da história requer uma abordagem cuidadosa e uma interconexão sólida entre as disciplinas. O desafiador diálogo entre educadores e historiadores, frequentemente liderado pelos educadores, evidencia uma colaboração concreta no cenário brasileiro, apesar das lacunas teórico-metodológicas.

Na elaboração de uma tese em História da Educação, a delimitação teórica desempenha um papel substancial, orientando a pesquisa e fornecendo o arcabouço conceitual necessário,

além de orientar metodologias e técnicas de análise de fontes, uma fundamentação teórica sólida contribui para identificar lacunas e desafios na área de estudo.

Dessa forma, uma base teórica robusta alimenta o ciclo contínuo de pesquisa, promovendo o avanço do conhecimento na história da educação, especialmente na Amazônia. A análise de práticas e instituições educacionais na região, como o IPAR, fornece informações valiosas sobre a interação entre educação e dinâmicas sociais, culturais e políticas; a história social da educação na Amazônia deve destacar a participação ativa dos sujeitos históricos, especialmente dos grupos subalternos, para uma interpretação mais crítica e plural do passado.

Essa perspectiva enriquece ainda mais nossa compreensão da intrincada trama histórica da educação na Amazônia ao longo das décadas analisadas, pois ao considerar as interações entre diferentes áreas sociais, políticas, econômicas e culturais, conseguimos identificar nuances importantes; ao integrar as contribuições teóricas de Gramsci, Hobsbawm, Thompson e Saviani, e ao adotar uma abordagem mais abrangente que considera as interações entre diversas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais, o estudo aprofunda nossa visão sobre o papel vital desempenhado pelas Instituições Educacionais na construção da identidade social e cultural amazônica.

O destaque para a participação ativa dos sujeitos históricos, especialmente dos grupos subalternos, oferece à pesquisa uma interpretação mais crítica e plural do passado educacional na Amazônia, contribuindo significativamente para o entendimento das dinâmicas sociais e históricas que moldaram a formação educacional na região ao longo do tempo, essa perspectiva abrangente não apenas oferece insights valiosos para a academia, mas também fornece subsídios relevantes para o desenvolvimento de políticas educacionais mais contextualizadas e inclusivas na Amazônia.

1.1 Sobre as fontes históricas e nossos procedimentos metodológicos

O estabelecimento de procedimentos metodológicos é fundamental para a pesquisa histórica-documental em estudos educacionais sobre Instituições Educacionais; é imprescindível desenvolver uma metodologia com procedimentos alinhados de forma coerente aos referenciais teóricos e historiográficos estabelecidos, isso permite ao pesquisador coletar, analisar e interpretar documentos históricos, memórias e depoimentos, fornecendo percepções e condições de análise sobre a fundação, desenvolvimento e contexto em que as instituições se inseriram ao longo do tempo. Ao empregar métodos adequados, o pesquisador tem acesso a conflitos, tendências e padrões, compreendendo os diferentes aspectos que influenciaram a

formação e transformação dessas instituições, desse modo, a metodologia desempenha um papel crucial na produção de conhecimento sobre a história da educação e suas instituições.

Uma das etapas primordiais deste estudo consistiu na formulação da metodologia, a qual envolveu o estabelecimento de ferramentas teóricas, conceituais e instrumentais que guiarão todo o percurso investigativo. Conforme destacado por Colares (2012), a metodologia é entendida como um elemento ligado a uma determinada visão de realidade, desempenhando o papel de mediador no processo de entendimento, estruturação, desenvolvimento e tradução dos fenômenos sociais em análise. Portanto, a determinação da metodologia é definitivamente influenciada pela postura epistemológica adotada pelo pesquisador, direcionando a maneira como o conhecimento é buscado e interpretado.

A escolha da metodologia em um estudo transcende meramente a seleção de técnicas e procedimentos; ela ecoa na própria essência do processo de pesquisa; o compromisso com uma dada orientação epistemológica molda o caminho trilhado pelo pesquisador na busca por entendimento e esclarecimento dos complexos fenômenos sociais, ao abraçar conscientemente uma metodologia específica, o pesquisador reconhece a interconexão entre sua visão de mundo e as ferramentas empregadas para desvendar os intrincados enigmas da sociedade.

No âmbito deste estudo, o primeiro esforço foi realizar uma pesquisa bibliográfica com foco no contexto político-econômico, histórico e eclesial das décadas de 70, realizamos também uma pesquisa bibliográfica sobre temas correlatos. Estruturamos nossa pesquisa bibliográfica em quatro elementos: História da Educação e das Ideias Pedagógicas, baseando-nos nas contribuições de Saviani (2007) e Gadotti (2003); História Econômica da Amazônia, adotando as perspectivas fornecidas nas obras de Berta Becker (2004) e Edna Castro (2017); no que concerne à História da Igreja, utilizamos os postulados de Dussel (1989), Matos (2003), Souza (2022) e Mata (2007); e referências teóricas e historiográficas em Gramsci (1978), Thompson (1981) e Hobsbawm (1998).

É importante apontar que a pesquisa bibliográfica desempenha um papel central na etapa seguinte, que foi o nosso levantamento documental, uma vez que ela se configura como uma base essencial para a interlocução com as fontes documentais e o contexto estabelecido diante do recorte temporal da pesquisa, sua importância transcende a mera investigação e construção do arcabouço de conhecimento histórico, estendendo-se à disseminação e assimilação desse conhecimento; dentro dessa perspectiva historiográfica, a literatura se revela um instrumento primordial para apreender a complexa dinâmica sociocultural e reinterpretar temas previamente explorados em diferentes momentos históricos, os quais fortalecem novos questionamentos e desenvolvimentos, para isso, torna-se imperativo que haja clareza acerca do conceito de fonte

histórica:

Denomina-se fonte histórica todo documento trabalhado pelo historiador em sua busca de conhecimento sobre o passado. Tal noção inclui uma outra, a de registro [...]. Assim, o termo registro, que no dicionário tem uma multiplicidade de significados, está sendo utilizado como uma forma de guardar, de comprovar a existência de algo, de servir como atestado, portanto, de documentar uma experiência coletiva, ação ou sentimento. Assim, os registros do passado também podem ser considerados fontes históricas. [...] os registros, ou documentos históricos, comprovam que algo existiu no passado, nos comunicam de diferentes maneiras um conjunto variado de atividades sociais. Entretanto, acima de tudo os documentos comprovam a existência de relações sociais e, mais do que isso, são suportes de relações sociais (Mauad; Cavalcante, 2010, p. 29).

Destaca-se aqui que a fonte histórica é qualquer documento utilizado pelo historiador na análise do passado, o texto enfatiza o "registro" como meio de documentar experiências individuais e coletivas, contudo, é preciso ressaltar que o historiador deve questionar e criticar a fonte histórica durante sua análise, embasando-se em seu referencial teórico e historiográfico para sustentar a narrativa histórica. Isso implica uma compreensão das operações historiográficas essenciais, como a identificação e crítica das fontes, interpretação, contextualização, corroboração de fontes, análise crítica, periodização, causa e efeito, e construção da narrativa.

Ao desvendarmos as camadas da história da educação por meio dessas fontes históricas, desbloqueamos percepções que enriquecem nosso entendimento sobre a evolução das Instituições Educacionais, a transformação dos métodos e práticas de ensino, ideias pedagógicas, gestão das instituições e a dinâmica dos aprendizados acumulados ao longo do tempo.

Nesse sentido, nossa pesquisa utilizou uma ampla variedade de fontes documentais: documentos eclesiásticos, legislações, decretos, convênios, atas, resoluções, processos administrativos e matérias jornalísticas. A partir desse levantamento, foi constituído o corpus documental que serviu de base sólida para a análise subsequente. Para tanto, a coleta ocorreu na sede da CNBB Regional Norte 2, na secretaria do IPAR e na Faculdade Católica de Belém. Complementarmente, foram consultados os acervos do Arquivo Nacional, do Arquivo Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Centro de Documentação e Informação da CNBB Nacional, da Biblioteca do Mosteiro dos Monges Cistercienses de São José do Rio Pardo (SP) e da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Após a leitura inicial, avançamos para a organização do corpus documental da pesquisa histórica. Nessa etapa, estabelecem-se os elementos fundamentais do quadro de análise. Primeiramente, inclui-se a indicação do ano ou período histórico em que a fonte foi produzida ou está relacionada, fornecendo um enquadramento

cronológico relevante. Em seguida, procede-se à classificação dos documentos, considerando a tipologia das fontes, como documentos, fotografias, mapas, jornais, entre outros, e à sua identificação.

A indicação do título do documento também é realizada, podendo já estar explicitada no próprio documento; caso não esteja, o pesquisador deverá atribuir um título conciso e objetivo. Essa etapa é fundamental para facilitar a posterior recuperação e referência dos documentos durante o desenvolvimento da pesquisa, garantindo uma organização sistemática e coerente do corpus documental.

Outro aspecto importante é a descrição da fonte, que se destina a fornecer uma visão concisa e informativa das características essenciais de cada fonte utilizada, incluindo um breve resumo de seu conteúdo e quaisquer informações relevantes para sua compreensão; esta descrição serve como um guia rápido para a natureza e conteúdo de cada fonte, facilitando a identificação e recuperação eficiente dos documentos ao longo da pesquisa. Esses procedimentos resultaram no quadro de fontes documentais para pesquisa histórica:

Quadro 2: Quadro de fontes documentais para pesquisa histórica.

ANO	CLASSIFICADOR	TÍTULO	DESCRIÇÃO
1964	Notícia de Jornal	Manifesto ao Povo do Pará	"Manifesto ao Povo do Pará" publicado na Folha do Norte em 2 de abril de 1964, encomendado pelo Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), General Orlando Ragem, ao Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, foi assinado por lideranças políticas em apoio ao Golpe de 64.
1965	Decreto Conciliar	<i>Optatam totius</i>	Aprovado pelo Concílio Vaticano II, o documento tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais e universais para a formação sacerdotal em âmbito global. Nele, são delineadas as bases estruturais da formação dos futuros presbíteros, contemplando dimensões como a espiritualidade, a filosofia, a teologia, a pastoral e a introdução às ciências humanas.
1970	Documento normativo universal	Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis	Elaborado pela Congregação para a Educação Católica, o documento detalha e sistematiza a aplicação do decreto <i>Optatam Totius</i> para todos os países, oferecendo uma "plataforma universal" para os planos de formação sacerdotal.
1971	Ata	Ata de fundação do Instituto de Pastoral Regional	A Ata de Fundação do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) foi elaborada em uma reunião dos bispos do Pará e Amapá. O documento formaliza a criação do IPAR, destacando seus propósitos, objetivos e estrutura organizacional.
1971	Documento adaptativo e normativo nacional	Complementação para o Brasil das «Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal»	aprovada pela CNBB e pela Santa Sé, tem como função adaptar a <i>Ratio Fundamentalis</i> à realidade brasileira, respeitando suas especificidades culturais, sociais e pastorais.
1972	Convênio	Convênio da CNBB – UFPA para criação do curso de teologia	

1973	Resolução	Resolução do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA nº 158, de 19 de junho de 1973.	Estabelece as normas do concurso vestibular para o curso de teologia da Universidade Federal do Pará.
1973	Resolução	Resolução do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA nº 159, de 19 de junho de 1973.	Define o Currículo Pleno do Curso de Teologia.
1973	Resolução	Resolução do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA nº 160, de 19 de junho de 1973.	Constitui o colegiado do curso de Teologia
1976	Processo	Processo de Revisão do Convênio da CNBB – UFPA para criação do curso de teologia	Iniciado com a solicitação da CNBB à UFPA para revisão do convênio de 1972, visando corrigir imprecisões sobre vestibular, remuneração docente, horários e situação de alunos especiais, resultando na reformulação do acordo em 1976.
1977	Processo	Processo de Denúncia (e rescisão) do Convênio da CNBB – UFPA para criação do curso de teologia	Documenta a denúncia e a rescisão do convênio entre CNBB e UFPA, conforme cláusulas previstas, com justificativas institucionais e implicações para o encerramento do curso de Teologia na universidade.
1972	Nota	Nota de Pe. Savino sobre o Encontro de Santarém.	Nota redigida pelo Pe. Savino Monbelli emitida pela rádio de Santarém no dia 29 de maio de 1972 às 12:15 horas por ocasião do encontro inter-regional de Santarém.
1972	Documento final de encontro.	Documento de Santarém (1972): linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia.	O "Documento de Santarém (1972)" estabeleceu diretrizes para a pastoral na Amazônia, pautadas nos princípios da evangelização libertadora e encarnação na realidade. Prioridades pastorais incluíram formação de agentes, comunidades cristãs de base, pastoral indígena e atuação em estradas e frentes pioneiras. O documento impactou a implementação de ações pastorais na região, refletindo compromisso com justiça social e promoção dos mais desfavorecidos.
1975	Notícia de Jornal	Reportagem do jornal "O Liberal" de 10 de agosto de 1975, intitulada "Um Estranho na Amazônia em Desenvolvimento: Teologia"	A reportagem sugere uma abordagem crítica ou peculiar sobre o papel da Teologia na região, indicando a possível estranheza ou singularidade do fenômeno naquele contexto. Aborda a interação entre a Teologia e as dinâmicas locais, assim como o papel desempenhado pelo IPAR, CNBB e UFPA.
1975	Ofício	Ofício da Agência Belém do Serviço Nacional de Informações (ABE/SNI) solicitando informações sobre o curso de Teologia na UFPA.	A Agência Belém do Serviço Nacional de Informações, em atenção à reportagem do jornal "O Liberal" de 10 de agosto de 1975, intitulada "Um Estranho na Amazônia em Desenvolvimento: Teologia", solicita informações sobre as atribuições da CNBB, IPAR e UFPA, bem como detalhes sobre a atuação dos professores no curso de Teologia.
1976	Ofício	Ofício do Gabinete do Reitor em resposta às solicitações da Agência Belém do Serviço	No ofício em resposta, o gabinete do Reitor encaminha, em anexo, cópia do Convênio firmado entre a UFPA e a CNBB em 9 de novembro de 1972, a fim de elucidar os questionamentos acerca das atribuições da

		Nacional de Informações (ABE/SNI).	universidade e da conferência episcopal em relação ao curso de Teologia.
1976	Ofício	Ofício do Gabinete do Reitor em resposta às solicitações da Agência Belém do Serviço Nacional de Informações (ABE/SNI).	No ofício em resposta, o gabinete do Reitor informa que apenas os Padres Jacob Wilhelmos Vanwiden e Savino Mombelli são os únicos professores atuando no curso de Teologia, por indicação do IPAR, nas disciplinas de Introdução à Teologia e Introdução ao Mundo Bíblico. O restante do quadro docente pertence à universidade.
1977	Regimento Interno	Regimento interno do conselho diretor do IPAR.	O Regimento Interno do Conselho Diretor do IPAR (Instituto de Pastoral Regional) estabelece as normas e diretrizes para o funcionamento desse órgão, composto por três bispos, dos quais um será designado como Presidente e outro como secretário.
1986	Lista	Lista de Infiltração comunista nos diversos setores de atividades.	Lista elaborada pela Agência Belém do Serviço Nacional de Informações (ABE/SNI) sobre atuação de ‘comunistas’ em diversas organizações no Pará, professores e alunos do IPAR foram listados na seção “Infiltração comunista nos meios e movimentos religiosos, particularmente católico.
1996	Memorial	IPAR: 25 anos de Atuação na Amazônia 1971 – 1996.	Elaborado pela então diretora do IPAR, Tea Frigerio, o memorial comemorativo pelos 25 anos do instituto é uma obra abrangente que faz notas sobre a história institucional, destaca as grandes personalidades que atuaram no instituto, apresenta os planos de ação da época e inclui números indicadores da atuação do IPAR.
2022	Memorial	IPAR: 50 anos de serviço na formação das lideranças cristãs da Igreja na Amazônia	Elaborado pelo Padre Daniel Nascimento Campos Filho, da Diocese de Macapá, o memorial não foi publicado e faz anotações sobre a história institucional. Destaca as grandes personalidades que atuaram no instituto e apresenta testemunhos de alunos, professores e dirigentes do IPAR ao longo dos 50 anos de existência da instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse quadro visa garantir a seleção, a organização e a compreensão das fontes históricas, estabelecendo, assim, as bases sólidas para as análises subsequentes em relação ao objeto de pesquisa.

1.2 Abordagem teórica e historiográfica e para análise.

Para a construção de nossa abordagem teórica e historiográfica, partimos do reconhecimento de que a educação, como prática social institucionalizada, está profundamente vinculada às estruturas históricas que lhe conferem forma e função. Essa perspectiva nos permite compreender o campo educacional como um espaço de reprodução e, potencialmente, transformação das relações sociais. Nessa direção, destacamos a contribuição de Saviani, que esclarece:

Do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica (Saviani, 2010, p. 13).

Tal formulação reforça que o ato de investigar em História da Educação demanda a análise das estruturas sociais que influenciam o sistema educativo, sempre situadas em um contexto histórico específico. Isso significa considerar os momentos históricos nos quais se configuram as instituições escolares, as políticas públicas e os projetos pedagógicos — contextos marcados por disputas ideológicas, arranjos institucionais e dinâmicas de poder que conformam a educação como parte de um processo mais amplo de reprodução social, em consonância com os marcos estruturais da sociedade, e atentos às condições concretas — econômicas, culturais e políticas — que conformam e tensionam o papel da educação nos diferentes períodos históricos.

Dito isso, deve-se considerar que desde o século XIX, a História consolidou-se como uma forma de conhecimento pretensamente autônoma e científica, permitindo-nos compreendê-la a partir de uma epistemologia elaborada como reflexão filosófica sobre o conhecimento científico (Vasconcelos, 2009). Sob essa ótica, nossa perspectiva epistemológica postula, por meio de uma postura crítica, a necessidade de ultrapassar as aparências imediatas presentes nas fontes históricas, reconhecendo que o imediato e aparente são parciais e particulares.

Nessa perspectiva, nossa abordagem historiográfica busca alcançar uma realidade aparentemente oculta, mas ampla e estrutural, que permeia nosso objeto de estudo, o que subsidiará o esforço de responder às questões de investigação da pesquisa, exigindo capacidade reflexiva e criativa não só na forma como se compreende o objeto, mas também nas relações que se podem estabelecer entre ele e seu contexto, a partir das fontes e do modo como o estudo será desenvolvido.

Nesse escopo, concentramos nossa atenção na identificação das contradições, representações, narrativas e perspectivas presentes nas fontes, interpretando-as criticamente à luz do materialismo histórico-dialético, conforme delineado por Gramsci (1978). Esse arcabouço teórico fornece os elementos necessários para analisar os processos históricos a partir das relações entre as condições materiais e as relações sociais de produção, esta perspectiva possibilita a análise da interação entre a educação e a formação social e econômica, concebendo a educação como um reflexo das contradições e, conseqüentemente, das lutas que permeiam a sociedade.

A escolha dessa abordagem teórica se justifica pela importância da análise crítica das fontes documentais para compreender as transformações históricas e sociais em suas múltiplas determinações e contradições; a abordagem do materialismo histórico-dialético concebe a história como um processo dialético de contradições e transformações, sendo fundamental para a compreensão da dinâmica social e histórica da educação. Portanto, a perspectiva gramsciana é essencial para entender as formas de dominação e resistência presentes na sociedade em relação ao objeto desse estudo, bem como para compreender o papel da cultura na luta política.

Partindo da perspectiva gramsciana, nossa análise busca compreender de forma crítica as relações sociais e históricas, utilizando o materialismo histórico-dialético; direcionamos nosso foco para a atuação política e educativa do IPAR, explorando como o instituto promoveu sua formação educativa através da intersecção entre formação cultural e práxis política.

Nessa perspectiva, a atuação cotidiana dos Padres na Igreja Católica pode ser analisada considerando a concepção de intelectual orgânico; esses líderes religiosos desempenham um papel multifacetado, intermediando entre a instituição eclesiástica e a comunidade; podemos observar Padres que estão vinculados à classe dirigente, exercendo influência sobre estruturas sociais e ideológicas, consolidando valores estabelecidos, por outro lado, há Padres que se identificam com a classe subalterna, representando os interesses das comunidades marginalizadas. Assim, a figura do Padre como intelectual orgânico revela-se como um elemento dinâmico, capaz de articular diferentes posições sociais e desempenhar um papel relevante na configuração das relações de poder e nas dinâmicas sociais. Reconhecemos a importância da luta cultural na formação humana, e é sob essa ótica que examinamos o papel da instituição educacionais nesse contexto.

Nesse sentido, à luz de Antonio Gramsci (1978), para quem a luta cultural é vista como parte essencial da formação humana, o conceito de cultura abrange não apenas manifestações artísticas e intelectuais, mas também práticas cotidianas, relações sociais e formas de organização social, sendo um elemento central na formação humana e na construção de uma sociedade mais igualitária, na qual as diferentes vozes e expressões culturais sejam valorizadas e respeitadas.

Esse entendimento coaduna com as concepções da Teologia da Libertação, na medida em que esta teologia reconhece a força histórica dos pobres, contribuindo para que eles tomem consciência de que sua pobreza não é transcendente, não é natural, mas sim consequência de forças econômicas e, por conseguinte, sociais e políticas que os exploram para enriquecer à custa deles, tornando-os assim pobres, não no sentido evangélico, mas no sentido da exploração no modo de produção capitalista.

A teoria de Gramsci (1978) aborda a formação humana de forma intrinsecamente vinculada à sua teoria política, enfatizando a indissociabilidade entre conhecimento histórico, práxis política, luta cultural e processos de formação humana. Para ele, a formação humana não ocorre de forma isolada, mas sim em permanente interação com o contexto social, político e cultural. A formação humana não se resume a um processo individual, mas sim coletivo, ocorrendo dentro das relações sociais e das lutas culturais presentes na sociedade; nessa medida, a cultura é um espaço de síntese das lutas entre os diversos projetos em disputa, sendo ao mesmo tempo parte integrante da formação humana.

Ao analisar o IPAR como uma instituição educacional amazônica dedicada à formação de lideranças, especialmente padres - inserida em um contexto de repressão política e controle ideológico impostos pelo regime militar-, é fundamental considerar não apenas suas atividades educativas, mas também seu papel na resistência cultural e na promoção de uma consciência crítica diante do autoritarismo.

No entanto, é importante destacar que Gramsci (1978) criticava visões fatalistas da história e da política, defendendo a ideia de que a formação humana e o desenvolvimento social são influenciados pela vontade e pela ação dos indivíduos e não apenas por leis naturais ou estruturas pré-determinadas. Desse modo, buscava uma abordagem mais ativa e engajada de formação humana, destacando a práxis política e a luta cultural como elementos fundamentais.

Essa relação é fundamental na obra de Gramsci, pois ele acreditava que a compreensão da história e a ação política eram elementos essenciais para a transformação revolucionária da sociedade, na medida em que o conhecimento histórico era visto como ferramenta necessária para a análise das estruturas sociais, das relações de poder e das dinâmicas de mudança ao longo do tempo.

Por outro lado, a ação política baseada em uma reflexão crítica sobre a realidade era crucial para a transformação social, uma vez que os indivíduos, enquanto intelectuais, não devem apenas interpretar o mundo, mas também transformá-lo por meio de suas ações, aplicando o conhecimento histórico na ação concreta para promover mudanças na sociedade. Esse modo de ver o mundo pode ser identificado na concepção formativa formulada a partir do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e do Encontro de Santarém, adotada pelo Instituto na formação de seus alunos.

Em suma, a articulação do conhecimento histórico com a práxis política é imprescindível para capacitar os indivíduos a compreenderem as estruturas de poder, as contradições sociais e as possibilidades de transformação, por isso, a cultura não deve ser

entendida apenas como um conjunto de manifestações artísticas e intelectuais, mas sim como um campo de disputa ideológica e de construção de hegemonia entre diferentes grupos sociais.

Esta disputa pressupõe uma batalha pela produção e difusão de ideias, valores e representações que moldam as percepções e comportamentos das pessoas, em um ambiente de conflito e resistência, onde diferentes grupos sociais lutam pela legitimação de suas visões de mundo e pela imposição de sua hegemonia sobre o restante da sociedade: “No âmbito da organização da cultura - considerando os tipos de associações e os diversos níveis de hierarquização -, estão sendo gerados os produtos culturais e os processos de formação, seja das elites intelectuais ou dos de *baixo*” (Vieira, 1999, p. 63).

Por isso, na concepção de Gramsci, a luta cultural vai além dos intelectuais, abrangendo todos os homens e mulheres através da ideia de uma cultura popular ativa e participativa. Nesse contexto, as classes subalternas assumem um papel fundamental como protagonistas no processo de produção cultural e na construção de novas formas de expressão e resistência. Ao engajarem-se nessa luta, os indivíduos não apenas se tornam agentes de transformação social, mas também desenvolvem consciência crítica e capacidade de resistência diante das ideologias dominantes.

Por essa razão, buscamos analisar as condições materiais e as relações sociais que moldaram a educação no recorte temporal estabelecido nesta pesquisa; isso implica considerar as transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas e como elas se refletiram na educação. Logo, essa abordagem possibilita uma análise crítica da organização, discursos e práticas pedagógicas adotados em diferentes momentos da história, identificando as contradições e as lutas presentes nas relações de poder na educação.

Do nosso ponto de vista, a categoria gramsciana de ‘hegemonia’ é fundamental para compreender como determinadas ideias e valores se estabelecem como dominantes em contextos históricos específicos, influenciando políticas institucionais, instituições e práticas educativas. Portanto, é importante examinar as estratégias de construção e manutenção da hegemonia por parte dos grupos dominantes, bem como as formas de resistência e luta por parte dos grupos subalternos. Adicionalmente, essa categoria nos permite entender a possibilidade de resistência e disputa por parte dos setores subalternos. Gramsci (2000) destaca a importância dos “aparelhos privados de hegemonia” na disputa cultural da sociedade.

Dentro desses aparelhos privados de hegemonia, está a função crucial de moldar uma visão de mundo, que pode variar de acordo com quem detém o controle: seja a classe dirigente ou a classe subalterna. É nesse contexto que a figura do “intelectual orgânico” ganha relevância. Segundo Gramsci (2000), o intelectual orgânico é aquele que se compromete com a luta cultural

e a construção da hegemonia, podendo contribuir tanto para a perpetuação das relações de dominação da classe dirigente quanto para uma perspectiva crítica e emancipadora da classe subalterna. A abordagem gramsciana na história da educação possibilita a compreensão das disputas entre a classe dirigente e as classes subalternas no âmbito cultural e educacional.

Dentro desse quadro teórico, na análise de documentos consideramos central o contexto histórico para obter uma compreensão aprofundada do ambiente em que os documentos foram produzidos, isso abrange o estudo das condições sociais, políticas e econômicas da época, bem como dos conflitos e lutas de classes presentes na sociedade em questão. Tal abordagem denominamos "análise dialética", uma vez que trata os documentos de forma dialética, levando em consideração as contradições e as transformações históricas presentes nos mesmos e, assim, torna-se fundamental a identificação das contradições internas dos documentos, bem como as contradições entre os documentos e o contexto mais amplo.

Na análise dos documentos, identificar as relações de poder presentes nas fontes analisadas requer uma observação cuidadosa das posições sociais e políticas dos autores dos documentos, dos sujeitos mencionados no documento, bem como dos interesses e visões de mundo implícitos ou explícitos neles. As relações de poder, primordiais para nosso objeto de estudo, estão intimamente ligadas à infraestrutura e à superestrutura dentro do modo de produção capitalista; no contexto do capitalismo, essas relações são complexas, enraizadas nas estruturas econômicas e sociais da sociedade, e ao mesmo tempo são influenciadas e contestadas por meio das instituições e práticas culturais.

Na etapa final de contextualização e interpretação, torna-se necessário situar os resultados da análise dos documentos dentro de um quadro teórico e histórico mais amplo, implicando uma interpretação dos dados obtidos à luz do materialismo dialético na perspectiva gramsciana, visando a compreender as transformações sociais, as contradições e os processos de luta política presentes na sociedade em análise; essa abordagem pode servir de referência para pesquisas futuras nas áreas de Educação e História, especialmente aquelas que buscam uma análise crítica e materialista da Educação.

Nossos procedimentos metodológicos e nossa abordagem teórica e historiográfica para análise visam a subsidiar um estudo que contribua para a História da Educação, especialmente para compreender os processos econômicos, sociopolíticos e culturais que influenciaram a educação na Amazônia durante a ditadura militar. Ao examinarmos a trajetória político-educacional do IPAR, uma das Instituições Educacionais da Igreja Católica que atua na formação de lideranças, especialmente padres, podemos compreender melhor como a educação foi empregada nesse contexto como ferramenta de transformação social na região amazônica,

além de analisar as disputas, as relações de poder, a organização e as estratégias educacionais adotadas pela instituição.

1.3 Ementário da Tese

Esta tese é composta por quatro capítulos e considerações finais, a pesquisa articula elementos do campo da História da Educação, da História da Igreja e da formação teológico-pastoral na Amazônia.

Na introdução, primeiro capítulo, apresentamos o objeto de estudo, a delimitação temporal (com ênfase entre os anos de 1971 e 1977), os fundamentos teórico-metodológicos e a justificativa da pesquisa. Abordamos a importância do IPAR enquanto instituição que operou na interseção entre os campos político, educacional e religioso, contribuindo para a formação de lideranças comprometidas com a realidade amazônica. Também se expõem os objetivos da tese e a questão central da investigação, que trata da relação entre Igreja, Estado e educação no processo de institucionalização do ensino teológico.

O segundo capítulo contém a análise da relação entre o IPAR e o contexto político, econômico e eclesial da Amazônia na década de 1970, tomando como ponto de partida os elementos constitutivos do catolicismo amazônico. Com base em fontes históricas e bibliografia especializada, discutimos como a atuação do IPAR esteve condicionada por dinâmicas estruturais e, ao mesmo tempo, exerceu influência sobre os processos sociais e eclesiais da região. Evidenciamos a presença de sujeitos históricos diversos — bispos, religiosos, leigos e intelectuais — cujas práticas revelam um campo de disputas em torno da evangelização, da política e da formação religiosa em um contexto de intensas transformações.

No terceiro capítulo, o foco recai sobre o processo de fundação do IPAR e as transformações institucionais pelas quais o instituto passou ao longo da década de 1970. Investigamos a origem da instituição, os conflitos que marcaram sua constituição e as mudanças em sua estrutura e funcionamento, com destaque para as disputas internas na Igreja e os impactos das conjunturas políticas autoritárias do período. Analisamos as causas e os efeitos dessas transformações, bem como o modo como elas incidiram na formação de lideranças e na proposta pedagógica do IPAR, especialmente no tocante à formação de seminaristas, religiosos e agentes de pastoral.

O quarto capítulo possui a análise sobre os convênios firmados entre a CNBB (Regional Norte II) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), examinando como o IPAR se consolidou como fruto da mediação entre o autoritarismo educacional da legislação universitária do regime militar e as inovações teológico-pastorais da Igreja Católica, inspiradas pelo Concílio Vaticano

II, pela Conferência de Medellín e pelo Encontro de Santarém. Discutimos como essa tensão se materializou na estrutura curricular do curso de Teologia e na disputa por hegemonia entre a lógica estatal e os projetos eclesiais de formação, revelando o IPAR como um espaço híbrido, onde se entrecruzam tradição, renovação e resistência.

Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da pesquisa, reafirmando o papel do IPAR como uma experiência singular no campo da educação teológico-pastoral na Amazônia. Ressaltamos o caráter ambíguo e conflituoso da atuação do instituto, situado entre a normatividade eclesial, as exigências legais do Estado e os desafios concretos da realidade amazônica. Na conclusão da tese apontamos as contribuições do estudo para o campo da História da Educação e da Igreja no Brasil, e propomos caminhos para investigações futuras que deem continuidade à reflexão sobre as interfaces entre educação, religião e política na região.

2. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CATOLICISMO AMAZÔNICO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA DÉCADA DE 1970: A RELAÇÃO ENTRE O IPAR E O CONTEXTO POLÍTICO-ECLESIAL E ECONÔMICO DA AMAZÔNIA.

Para melhor entender a atuação político-educacional do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) na formação de Lideranças na Amazônia entre 1973 e 1977, é imprescindível evidenciar a relação desse instituto com o contexto político-econômico e eclesial das décadas de 1970. Nessa perspectiva, é preciso apresentar três elementos constitutivos do “catolicismo amazônico” que antecederam o recorte temporal abordado por este estudo: a religiosidade popular amazônica, a diocesanização do território e a conferência episcopal como articuladora político-religiosa.

Esses elementos não apenas influenciaram, mas moldaram profundamente a Igreja Católica e o catolicismo amazônico, ajudando a conformar, em uma perspectiva ampla, a atuação tanto da Igreja enquanto instituição como de seus membros, esses aspectos se desenvolveram na Igreja na Amazônia desde o início da colonização em 1616, culminando no período estudado, durante o qual o IPAR empreendeu formação teológica às lideranças, especialmente visando à preparação de futuros padres que atuariam frente aos desafios específicos da região, com uma abordagem mais contextualizada e comprometida com a realidade local.

Em primeiro lugar, o processo de formação da “religiosidade popular amazônica” teve início com a colonização e evangelização na região, cujo marco inicial foi a expulsão dos franceses do Maranhão em 1615 e a fundação da cidade de Belém em 1616, que viria a ser tornar o ponto de irradiação da colonização portuguesa e evangelização em toda a Amazônia, conforme aponta Damasceno (2012). A chegada das ordens religiosas, como os franciscanos, carmelitas, mercedários e jesuítas, impulsionou a evangelização, resultando na fundação de 63 aldeamentos para catequizar e “civilizar” os povos indígenas, conforme destacado por Mata (2007); no entanto, é importante salientar que a atuação das ordens religiosas na colônia portuguesa estava submetida ao Regime do Padroado⁶.

Segundo Chambouleyron e Bombardi (2014), no âmbito da colonização, a captura de indígenas pelos portugueses para dar suporte ao processo de exploração ocorria por meio dos

⁶ De acordo com Lima (2014), o padroado foi um conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis ibéricos e, posteriormente, aos imperadores do Brasil. Esse sistema jurídico permitia à Coroa controlar os assuntos religiosos, incluindo administração, jurisdição e finanças. Na prática, os padres, religiosos e bispos eram considerados funcionários da Coroa portuguesa, o que tornava a religião uma questão de Estado. A gestão do padroado era dividida entre a Mesa de Consciência e Ordens, responsável por litígios e questões religiosas, e o Conselho Ultramarino, encarregado de assuntos civis e comerciais. Essa estreita ligação entre a Igreja Católica e os governos português e espanhol teve um impacto significativo na colonização e nas atividades missionárias. O regime de padroado no Brasil foi encerrado com a Proclamação da República em 1889.

“descimentos” e das “guerras justas”, resultando na dizimação de muitos povos indígenas. Damasceno e Miranda (2020) destacam que a atuação das ordens religiosas, especialmente os jesuítas, em relação aos indígenas, contrariava os interesses coloniais portugueses, que utilizavam a mão de obra indígena para explorar as terras amazônicas. Essa relação entre as ordens religiosas, os indígenas e os portugueses deixou marcas profundas na história da região, contribuindo para moldar sua religiosidade e cultura.

A resistência indígena na Amazônia, mesmo diante da violência dos colonizadores portugueses, não se restringiu apenas à beligerância, mas também incorporou aspectos culturais, como hábitos alimentares, costumes e a religiosidade, que se misturaram ao catolicismo ibérico e se combinaram com elementos culturais africanos trazidos pelos escravizados na região; esse processo resultou na formação de uma cultura e religiosidade híbrida, sentimental e devocional na Amazônia, conforme observado por Mata (2007), e, apesar da subjugação e opressão, tanto indígenas quanto africanos conseguiram manter suas crenças e tradições vivas, que em grande parte subsistem na “religiosidade popular amazônica” e configuram um legado cultural valioso não apenas para a região, mas também para o mundo.

A “religiosidade popular amazônica” foi se consolidando ao longo do tempo, em meio à intervenção portuguesa, devido à participação ativa de leigos, leigas, irmandades e confrarias. Segundo Mata (2007), esses grupos desempenharam um papel fundamental ao sustentar e fortalecer um catolicismo amazônico de caráter devocional e familiar, centrado na devoção a Nossa Senhora em suas diferentes denominações, santos e santas, novenas, procissões e festividades; por exemplo, o culto a Nossa Senhora de Nazaré e o Círio de Nazaré em Belém, bem como a Marujada de São Benedito em Bragança, no Pará, são expressões dessa “religiosidade popular amazônica”. No entanto, essa forma de catolicismo era independente da Igreja oficial, o que acarretou consequências significativas para o crescimento da fé católica na região.

O segundo elemento, a “diocesanização do território”, deve ser considerado em uma perspectiva nacional, conforme ressaltado por Aquino (2012). Para o autor, essa dinâmica desempenha um papel basilar na configuração da estrutura eclesiástica do Brasil, uma vez que consolidou uma abrangente territorialidade religiosa para intervenções jurisdicionais eclesiásticas, envolvendo a criação e organização de diversas unidades eclesiásticas, como arquidioceses, dioceses, prelazias e paróquias. Tais unidades, espaços de poder de um clérigo específico, não são estáticas e estão sujeitas a alterações ao longo do tempo, além de representarem espaços geográficos, as unidades eclesiásticas também são instituições que promovem e disseminam as doutrinas católicas, garantindo a soberania da Igreja e sua

influência na sociedade. Desse modo, a diocesanização transcende o âmbito religioso, possuindo uma dimensão político-teológica que a coloca em constante interação, por vezes conflituosa, com outras instituições e o Estado, mantendo um delicado equilíbrio de tensões no contexto social e político do país.

No processo de diocesanização, é importante considerar o fenômeno da paroquialização que o precedeu e que teve início com a política pombalina. Segundo Damasceno (2007), a política pombalina se caracterizou por restrições e hostilidades a algumas ordens religiosas, culminando na expulsão dos Jesuítas a partir de 1759. Esse movimento, conforme destacado por Neves (2021), resultou em um enfraquecimento da atuação da Igreja Católica, intensificado pela escassez de um clero diocesano capaz de suprir a ausência dos religiosos expulsos pelo governo português para a manutenção e funcionamento da instituição.

Posto isso, o Regime do Padroado, que estabelecia a submissão da Igreja Católica ao Estado, conforme destacado por Karsburg e Vendrame (2021), foi apontado por Neves (2021) como um obstáculo para a expansão das dioceses e paróquias no Brasil. É importante considerar o retorno das ordens religiosas masculinas à região amazônica ainda durante o período imperial, a partir de 1840, como os Capuchinhos em 1843, os Franciscanos em 1870 e os Espiritanos em 1885, conforme observado por Mata (2007), o que contribuiu posteriormente para a diocesanização; porém, com a queda do regime monárquico e a instauração da República em 1889, o cenário político e religioso passou por transformações. Após 1890,

a Santa Sé assumiu a responsabilidade pela fundação de novas dioceses (...) Os primeiros resultados das avaliações e conferências acerca da criação de novas dioceses no Brasil se manifestaram no ano de 1892 quando o papa Leão XIII criou por meio da bula *Ad universas orbis ecclesias*, de 27 de abril, as dioceses do Amazonas, Curitiba, Niterói e Paraíba, além de elevar o Rio de Janeiro à condição de Arquidiocese com a divisão do Brasil em duas Províncias Eclesiásticas: a Setentrional, com sede em Salvador; e, a Meridional, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Foi a primeira ação efetiva no processo de diocesanização com o aumento do número de dioceses de 12 para 16 (Aquino, 2012, p. 156).

Com o fim do padroado, a Igreja Católica reuniu as condições para iniciar o processo de diocesanização do território, caracterizado pela expansão de suas estruturas de atuação no Brasil. Essa expansão se concretiza por meio da criação de circunscrições eclesiais, dioceses e prelazias, as quais não apenas conferem “legitimidade territorial” à presença e atuação da Igreja em diferentes regiões, mas também desempenham um papel crucial como espaços para a articulação de práticas e a disseminação de concepções teológico-políticas; dessa forma, o processo de diocesanização revela nuances importantes nas relações entre o estado republicano, a Igreja e a sociedade brasileira, sobretudo a partir do final do século XIX; nesse sentido, no

início do processo de diocesanização, a Amazônia ocupou um papel central, destacado pelo protagonismo de Dom Antônio Macedo Costa, pela importância da Diocese do Pará e pela criação da Diocese do Amazonas em 1892.

Dom Macedo Costa, bispo da Diocese do Pará desde 1860, inspirado no ultramontanismo, enfrentou conflitos decorrentes do Regalismo, tendo um papel crucial na chamada Questão Religiosa de 1872, o que resultou em sua prisão em 1874. A atuação de Dom Macedo deve ser compreendida no âmbito da Romanização que, na concepção de Mata (2016), consistiu em um lento afastamento da Igreja Católica da monarquia brasileira, culminando com o fim do regime do Padroado e a aproximação da Igreja Católica no Brasil a Roma e ao Papa.

Com isso, é relevante ressaltar sua participação no advento da República na elaboração do Decreto 119-A de 1890, que proibiu a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em questões religiosas, garantindo a plena liberdade de culto e extinguindo o padroado, especialmente devido à sua boa relação com o Ministro da Justiça Rui Barbosa, de quem Macedo foi professor.

O reconhecimento da importância da atuação de Dom Macedo e da Amazônia na diocesanização é evidente na primeira designação e nomeação de bispos para a Igreja do Brasil na Era Pós-Padroado em 26 de junho de 1890, quando Dom Macedo foi transferido da Diocese do Pará para a Arquidiocese de Salvador, tornando-se assim Arcebispo Primaz do Brasil. Ao mesmo tempo, o decreto nomeou Dom Jerônimo Tomé da Silva para a Diocese do Pará, evidenciando a importância de Dom Macedo e da Diocese do Pará nesse contexto histórico.

A importância da Amazônia no processo de diocesanização é evidenciada pela bula "*Ad universas orbis ecclesias*" de 27 de abril de 1892, do papa Leão XIII, que criou quatro dioceses no Brasil, entre elas a do Amazonas, a segunda na região amazônica. Além disso, Belém foi elevada a Arquidiocese e sede metropolitana em 1º de maio de 1906, pela bula "*Sempiternum Humani Generis*" do Papa Pio X.

A expansão das estruturas da Igreja Católica na Amazônia continuou com a chegada de ordens religiosas masculinas que se somaram às já presentes na região: Dominicanos em 1897, Agostinianos Recoletos em 1899, Maristas em 1903, Barnabitas em 1903, Beneditinos em 1909, Missionários da Sagrada Família em 1912, Salesianos em 1915, Preciosíssimo Sangue em 1929, Pontifício Instituto para as Missões Estrangeiras (PIME) em 1948, Xaverianos em 1961. A atuação dessas ordens religiosas foi fundamental para a diocesanização se materializar na Amazônia, através da criação das Prelazias e Dioceses nos estados do Pará e Amapá, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3: Quadro de fundação das Dioceses e Prelazias do Pará e Amapá

ANO	UNIDADE CRIADA	LOCALIZAÇÃO DA SEDE	DOCUMENTO DE CRIAÇÃO	ATUAÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS	MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO
1903	Prelazia Territorial de Santarém	Santarém, PA	Decreto " <i>Romari Pontifices</i> " do Papa Pio X em 21 de setembro de 1903.	Confiada à Ordem dos Frades Menores, chamados de Franciscanos, somente em 1908.	Foi elevada a diocese em 16 de outubro de 1979 pelo Papa João Paulo II, passando a denominar-se Diocese de Santarém. Em 6 de novembro de 2019, o Vaticano anunciou que o Papa Francisco elevou Santarém à Sé Metropolitana e, portanto, Arquidiocese.
1911	Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia	Santíssima Conceição do Araguaia, PA	Decreto da Sagrada Congregação Consistorial em 18 de julho de 1911.	Confiada à Ordem dos Pregadores, também conhecida como Ordem Dominicana.	Em 20 de dezembro de 1969, pelo Decreto " <i>Cum Urbs</i> " da Sagrada Congregação para os Bispos, a sede da prelazia foi transferida para a cidade de Marabá, passando a denominar-se Prelazia de Marabá. Em 14 de julho de 1976, por decreto da Santa Sé, a Prelazia de Marabá foi dividida, sendo restaurada a sede da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia, enquanto Marabá permaneceu como prelazia. Em 16 de outubro de 1979, pela bula " <i>Cum Praelatura</i> " do Papa João Paulo II, a Prelazia de Conceição do Araguaia foi elevada a Diocese.
1928	Prelazia do Gurupi	Bragança, PA	Bula " <i>Romanus Pontifex</i> " do Papa Pio XI em 14 de abril de 1928.	Confiada à Ordem dos Barnabitas.	Em 3 de fevereiro de 1934, por decreto da Sagrada Congregação Consistorial, a prelazia passou a denominar-se Prelazia do Guamá. Em 16 de outubro de 1979, pela bula " <i>Cum Praelatura Guamensis</i> " do Papa João Paulo II, foi elevada a diocese, com o nome de Diocese do

					Guamá. Em 13 de outubro de 1981, por decreto da Sagrada Congregação para os Bispos, a diocese passou a denominar-se Diocese de Bragança do Pará.
1928	Prelazia do Marajó	Marajó, PA	Bula " <i>Romanus Pontifex</i> " do Papa Pio XI em 14 de abril de 1928.	Confiada à Ordem dos Agostinianos Recoletos.	--
1934	Prelazia do Xingu	Xingu, PA	Bula " <i>Animarum Bonum Postulat</i> " do Papa Pio XI em 16 de agosto de 1934.	Confiada à Ordem dos Missionários do Preciosíssimo Sangue.	Em 6 de novembro de 2019, o Papa Francisco extinguiu a Prelazia Territorial do Xingu, dividindo o seu território. Com a Bula Pontifícia " <i>Tanquam Fidei Nomen</i> ", criou a Diocese de Xingu-Altamira, com sede na cidade de Altamira, no Pará. Com a Bula " <i>Super Humanas Vires</i> ", criou a Prelazia do Alto Xingu-Tucumã, com sede na cidade de Tucumã, também no Pará.
1949	Prelazia de Macapá	Macapá, AP	Bula " <i>Unius Apostolicae Sedis</i> " do Papa Pio XII em 1 de fevereiro de 1949.	Confiada ao Pontifício Instituto das Missões (PIME).	Pela bula " <i>Conferentia Episcopalis Brasiliensis</i> " do Papa João Paulo II, a prelazia foi elevada à diocese em 30 de outubro de 1980.
1952	Prelazia de Cametá	Cametá, PA	Constituição Apostólica " <i>Providentissimi Consilium</i> " do Papa Pio XII em 29 de novembro de 1952.	Confiada à Ordem dos Lazaristas	Em 6 de fevereiro de 2013, o Papa Bento XVI elevou a prelazia à dignidade de Diocese.
1957	Prelazia de Óbidos	Óbidos, PA	Bula " <i>Cum Sit Animorum</i> " do Papa Pio XII em 10 de abril de 1957	Assim como Santarém, de quem se desmembrou, foi confiada à Ordem dos Frades Menores, conhecidos como Franciscanos, em 1958.	Em 9 de novembro de 2011, o Papa Bento XVI, por meio da Constituição Apostólica Obidensis, elevou a prelazia à dignidade de diocese.

1961	Prelazia de Abaeté do Tocantins	Abaetetuba, PA	Bula " <i>Quandoquidem Novae</i> " do Papa João XXIII em 25 de novembro de 1961.	Foi confiada aos cuidados da Sociedade de São Francisco Xavier para as Missões Estrangeiras, conhecida como Xaverianos.	Em 8 de agosto de 1981, o Papa João Paulo II, pela bula " <i>Qui ad Beatissimi</i> ," elevou a prelazia à dignidade de diocese.
1963	Prelazia de Ponta de Pedras	Ponta de Pedras, PA	Bula " <i>Animorum Societas</i> " do Papa Paulo VI em 25 de junho de 1963.	Confiada à Companhia de Jesus, conhecida como os Jesuítas.	O Papa João Paulo II elevou a diocese por meio da bula " <i>Cum Praelatura</i> " em 15 de outubro de 1979.
1969	Prelazia de Marabá	Marabá, PA	Decreto " <i>Cum Urbs</i> " da Sagrada Congregação para os Bispos, de 20 de dezembro de 1969, transferiu a sede da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia para Marabá e alterou o nome para Prelazia de Marabá.	Quando a sede da Prelazia de Conceição do Araguaia foi transferida para Marabá em 1969, a prelazia era governada desde 1951 pelo dominicano Dom Luís António Palha Teixeira. Ele foi sucedido por outro dominicano, Dom Alano Pena, que governou Marabá desde 1976, quando ainda era uma prelazia, sendo o primeiro bispo diocesano após a elevação a diocese em 1979, até 1985.	Em 14 de julho de 1976, por decreto da Santa Sé, a Prelazia de Marabá foi dividida, sendo restaurada a sede da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia, enquanto Marabá permaneceu como prelazia. Em 16 de outubro de 1979, o Papa João Paulo II, pela bula " <i>Cum Praelatura</i> ", elevou a Prelazia de Marabá à dignidade de diocese.
1988	Prelazia de Itaituba	Itaituba, PA	Bula " <i>De Peramplis Quidem</i> " do Papa João Paulo II em 6 de julho de 1988	Assim como Santarém, de onde se desmembrou, e Óbidos foi confiada à Ordem dos Frades Menores, conhecidos como Franciscanos, em 1958.	--
2019	Prelazia de Alto Xingu-Tucumã	Tucumã, PA	Foi canonicamente erigida em 6 de novembro de 2019 pelo Papa Francisco	Tendo como primeiro prelado Dom Jesús María López Mauleón, frei da Ordem dos Agostinianos Recoletos.	Em 6 de novembro de 2019, o Papa Francisco extinguiu a Prelazia Territorial do Xingu e, a partir do seu território, com a Bula " <i>Super Humanas Vires</i> ", criou a Prelazia

					do Alto Xingu-Tucumã, com sede na cidade de Tucumã, no Pará.
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

As exceções às circunscrições eclesiásticas do Pará e Amapá instituídas pela atuação das ordens religiosas inicialmente como prelazias são a Arquidiocese de Belém e a Diocese de Castanhal. A Arquidiocese de Belém foi criada como diocese desmembrada pela Bula “*Copiosus in Misericórdia*” do Papa Clemente XI, datada de 04 de março de 1719, desmembrada da então Diocese do Maranhão, a pedido de Dom João V de Portugal, com o nome de Diocese de Santa Maria de Belém. Tornou-se a quinta no Brasil, compreendendo o território equivalente à Amazônia Legal atualmente; a Diocese de Castanhal foi criada pelo Papa João Paulo II em 29 de dezembro de 2004, com território desmembrado da Arquidiocese de Belém do Pará e da Diocese de Bragança do Pará.

A diocesanização é um processo contínuo que perdura até os dias de hoje e consiste no fortalecimento da Igreja através da institucionalização territorial, mediante a criação de circunscrições eclesiásticas. Nesse processo, destaca-se também a presença das congregações religiosas femininas, que desempenharam um papel significativo na diocesanização da região amazônica. Segundo Mata (2007), as ordens femininas desempenharam um papel crucial no processo de diocesanização, especialmente nas áreas da educação, assistência social e evangelização. Destacam-se nesse contexto as Dorotéias, Filhas de Sant’Ana, Capuchinhas, Dominicanas, Irmãs de São José, Sacramentinas, entre outras; suas atuações abrangeram diversos campos, incluindo hospitais, leprosários, colégios, orfanatos, escolas e missões indígenas.

Ainda segundo Mata (2007), foram criadas as chamadas “Fundações Amazônicas”, congregações religiosas femininas criadas na região para atender às demandas e necessidades locais, uma vez que as congregações já existentes não conseguiam supri-las totalmente: as Terceiras Regulares Capuchinhas, em 1903; as Missionárias da Imaculada Conceição, em 1910; as Filhas do Coração Imaculado de Maria, em 1916; as Missionárias de Santa Terezinha, em 1954, juntamente às Legionárias Rainha dos Corações, em 1944; e as Missionárias do Coração Eucarístico em 1964.

Como observado, a diocesanização foi um processo de fortalecimento e expansão da presença da Igreja Católica por meio de suas estruturas que funcionaram como centros de assistência e educação, mas também desempenharam um papel fundamental na consolidação

da presença religiosa e na disseminação dos valores e ensinamentos da Igreja, tanto pelo clero diocesano quanto pelas ordens religiosas masculinas e femininas. As várias estruturas, como dioceses, prelazias, hospitais, leprosários, colégios, orfanatos, escolas e missões indígenas, enfrentaram desafios significativos devido à vasta extensão geográfica, diversidade cultural, escassez de recursos financeiros e humanos, falta de infraestrutura adequada, bem como demandas e conflitos sociais e econômicos complexos, tornando a diocesanização um processo complexo.

É possível inferir que a capacidade da Igreja Católica de se adaptar e estabelecer parcerias com o Estado e os diversos setores da sociedade fortaleceu suas estruturas e sua importância na região. No entanto, a diocesanização não é um processo concluído, pois continua a se expandir com avanços estruturais, como a criação da Faculdade Católica de Belém, em 2016; a elevação da Diocese de Santarém à Arquidiocese, em 2019; e a criação da Prelazia de Alto Xingu-Tucumã, em 2019. Por outro lado, também ocorreram retrocessos, como o fechamento do Colégio Salesiano do Carmo, em 2020, e da Escola Salesiana do Trabalho, em 2024.

O terceiro elemento distintivo do catolicismo amazônico é a atuação da “Conferência Episcopal como articuladora político-religiosa” da Igreja na região frente à sociedade e ao governo brasileiro; isso se deve à relevância dos encontros inter-regionais dos bispos católicos amazônicos, que remontam à década de 50, mas ganharam especial destaque durante a Ditadura Militar, especialmente na década de 70, período relevante para o escopo desta pesquisa.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 1952, com o propósito de organizar a atuação da Igreja Católica no Brasil, que, até então, estava fragmentada em diversas Arquidioceses, dioceses e prelazias pelo país. Essa iniciativa foi liderada por Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro e assistente nacional da Ação Católica Brasileira (Costa, 2014). Segundo Schallenmüller (2011), Dom Hélder Câmara desempenhou um papel crucial como um dos principais articuladores da Conferência, pois acreditava na importância de fortalecer os laços entre o episcopado para aprimorar a atuação da Igreja diante do Estado e da sociedade brasileira.

A CNBB tornou-se a quinta conferência episcopal do mundo, contando com a participação de bispos representantes de diversas correntes dentro da Igreja (Costa, 2014). Assumindo uma posição central na Igreja brasileira, a CNBB tornou-se o porta-voz da hierarquia eclesial perante o governo federal e a sociedade brasileira, especialmente em relação aos desafios e planos pastorais, consolidando o poder da Igreja Católica no país (Schallenmüller, 2011).

No entanto, em julho de 1952, antes da fundação da CNBB, que ocorreria somente em outubro do mesmo ano, os bispos da Região Amazônica iniciaram a tradição de se reunirem para analisar e tomar posição em relação à realidade amazônica e sua atuação na região:

se encontravam regularmente para discutir assuntos de interesse comum e, também, para trocar experiências, haja vista que o exercício do ministério episcopal nesta vasta região periférica exigia um intercâmbio e uma ajuda mútua maior do que nas regiões com uma infraestrutura e meios de comunicação mais consolidadas (Arenz; Vasconcelos, 2014, p.178).

O primeiro encontro ocorreu durante o 2º Congresso Eucarístico de Manaus, convocado pelo então núncio Apostólico, D. Carlo Chiarlo, motivado pela Ação Católica Brasileira (Mata, 2017). A partir da fundação da conferência episcopal, essas reuniões adquiriram uma dimensão política e religiosa significativa, os encontros inter-regionais refletiam o desejo de unidade, colegialidade e responsabilidade compartilhada diante dos desafios enfrentados pela região.

Esses encontros evidenciam a vitalidade da Igreja e sua conexão com aqueles que foram marginalizados dos planos econômicos para a região. Entretanto, é importante ponderar até que ponto esses encontros, efetivamente, repercutiram nas Arquidioceses, Dioceses e Prelazias, considerando as fragmentações teológicas, políticas, educativas e pastorais internas diante do contexto político-econômico e eclesial, o que evidencia, em nossa análise, as disputas de poder em seu interior.

Ainda assim, a Igreja católica, diante da realidade histórica, tem sido capaz de se manter ativa na Amazônia, enfrentando os desafios conjunturais da região no século XX, um período denominado como "Era dos Extremos"⁷ por Hobsbawm (1984), que é especialmente relevante para nosso objeto de estudo, considerando o impacto de fatos, acontecimentos e processos superestruturais que o marcaram, tais como o anticomunismo, reforçado pelo Macarthismo, e a

⁷ Para Hobsbawm, a "Era dos Extremos" refere-se ao período que abrange o século XX, mais precisamente desde o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 até a queda do bloco soviético e o fim da Guerra Fria em 1991. Nesse período, Hobsbawm argumenta que o mundo testemunhou uma série de eventos históricos marcantes, como as duas guerras mundiais, a Grande Depressão, a ascensão e queda do fascismo e do nazismo, a Guerra Fria, os movimentos de independência em diversas colônias, a expansão do comunismo, entre outros. Hobsbawm acreditava que esse século foi caracterizado por extremos ideológicos, políticos e sociais, em que diferentes forças se confrontaram de maneira intensa. Ele analisou a ascensão e a queda dos regimes totalitários, bem como o impacto dessas ideologias e conflitos na sociedade e na política global. Além disso, ele explorou as transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram ao longo desse período e o impacto dessas mudanças na vida das pessoas em todo o mundo. A "Era dos Extremos" representa a visão de Hobsbawm sobre um século turbulento e cheio de contradições, no qual as ideologias extremas moldaram a história e tiveram um impacto profundo nas condições sociais e políticas da época.

disposição dos EUA em apoiar golpes militares e governos ditatoriais na América Latina com vistas à realização de seus interesses econômicos, evidenciado pela Operação Brother Sam⁸.

Porém, após o golpe civil-militar de 1964 e a consequente implementação da política econômica e de ocupação, especialmente relacionada aos grandes projetos na Amazônia, emergiram sujeitos históricos no âmbito da Igreja Católica desempenhando papéis de grande relevância na região, na qual a atuação desses sujeitos foi marcada por antagonismos e controvérsias impulsionadas pela divergência de posicionamento e interpretação do cenário político-econômico e eclesial na década de 70. Entre esses sujeitos, destacam-se os padres Savino Mombelli, Luis Pinto, Bernardo Hoyo, Jean Hebette, e os bispos católicos Alberto Gaudêncio Ramos, Alano Pena⁹ e Milton Correia Pereira.

A análise da atuação político-educacional do IPAR na formação de Lideranças na Amazônia entre 1973 e 1977 perpassa pela necessidade de contextualizá-la a partir dos elementos que moldaram o catolicismo na região amazônica. Dentro desse panorama, o Instituto se destacava como uma instituição educacional que não apenas era influenciada por esses elementos, mas também exercia influência sobre eles. Ao fornecer formação teológica e pastoral às Lideranças, podemos inferir que o Instituto não só fortaleceu a presença da Igreja na região, mas também contribuiu para a consolidação e aprimoramento dos próprios elementos que definiram o catolicismo amazônico, desse modo, compreender a atuação do IPAR requer uma análise holística que leve em consideração não apenas seu impacto educativo, mas também seu papel na interação dinâmica com os elementos fundamentais que moldaram a identidade católica na Amazônia.

2.1 A Amazônia na década de 70 sob a Ditadura Militar e a Influência da Teoria de Dependência.

A sociedade amazônica, marcada por sua diversidade populacional, peculiar e composta por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e população urbana, apresenta uma intrincada e específica rede de relações econômicas, sociais e culturais. Durante a Ditadura

⁸ A Operação *Brother Sam* foi um apoio da Marinha dos EUA aos militares que depuseram João Goulart em 31 de março de 1964. Consistiu no deslocamento da frota do Caribe para o litoral brasileiro. O apoio logístico foi solicitado por Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil, para auxiliar na derrubada do governo Jango. Embora os EUA tenham autorizado o envio de armas e equipamentos militares, nada disso aconteceu. O golpe foi bem-sucedido, sem resistência do governo. Jango optou pelo exílio no Uruguai diante da vitória militar.

⁹ Dom Alano Pena, nascido no Rio de Janeiro em 7 de outubro de 1935, frade dominicano, foi o primeiro diretor do IPAR a partir de 1973 até sua nomeação em 1975 como bispo auxiliar de Belém-PA. Em 1976, foi transferido para a Diocese de Marabá-PA, onde permaneceu até 1985. Após esse período, assumiu a Diocese de Itapeva-SP, governando-a entre os anos de 1985 e 1993. Em 1993, foi nomeado Bispo da Diocese de Nova Friburgo-RJ, onde permaneceu até 2003, quando foi nomeado Arcebispo de Niterói-RJ. Permaneceu nessa posição até 2011, quando renunciou por ter alcançado a idade limite de 75 anos, passando para condição de arcebispo emérito de Niterói.

Militar, essas relações foram impactadas, tendo suas contradições aprofundadas e intensificadas pelos planos de valorização econômica implementados na região, isso resultou no aprofundamento das desigualdades e conflitos. Desse modo, para construir uma visão mais abrangente sobre a região e seus desafios diante da formação de Lideranças, é necessário compreender essa teia de complexidade que a caracteriza.

As intervenções político-econômicas na Amazônia durante os governos civil-militares pós-golpe de 64 foram impulsionadas pelo aumento da atividade madeireira, devido à abertura de estradas na região, facilitando o acesso a extensas reservas de madeira valiosa na terra firme da Amazônia. Nas décadas seguintes, surgiram grandes polos de produção de madeira, beneficiados por incentivos oficiais para a conversão de florestas em áreas destinadas à agropecuária (Valdiones *et al.*, 2022).

A exploração mineral também desempenhou um papel relevante, de acordo com Santos (2002), até a década de 1960. O conhecimento do subsolo amazônico era limitado, com poucos relatórios de pesquisadores concentrados nos grandes rios, e a atividade mineral centrada na produção de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) no Amapá, além de garimpos de diamante, ouro e cassiterita.

Ainda conforme Santos (2002), a partir da década de 1960, a política de integração da Amazônia e os incentivos fiscais atraíram capitais e migrantes, impulsionados pelo cenário pós-Guerra e pela Guerra Fria, a busca por recursos minerais estratégicos cresceu, levando grandes empresas multinacionais a investirem na Amazônia, visando ao seu potencial mineral para futuros usos estratégicos.

Santos (2002) ainda aponta que, na década de 1970, o "choque do petróleo" reduziu a demanda por minerais, porém, o ouro, desvinculado do dólar, valorizou-se, tornando-se o principal foco da mineração. A oferta aumentou com programas de prospecção, resultando em uma transferência da exploração mineral para países do terceiro mundo, devido à exaustão de fontes e aos controles ambientais bem mais rigorosos nos países desenvolvidos, por isso:

Dentre as várias formas de intervenção sobre a região Amazônica, destaca-se, a partir da década de 1970, no Brasil, a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos (...) As empresas transnacionais instaladas na América Latina, e, especialmente na Amazônia, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infra-estrutura oferecida pelos governos desenvolvimentistas, fiscalização ambiental incipiente e etc), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias primas. Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior

prejuízo social e ambiental) os seus recursos naturais. A busca desenfreada pela geração de divisas e suas correspondentes práticas, tendem a submeter, pela desigualdade expressa nas relações de troca do mercado mundial, as sociedades de economia subordinada, como o são aquelas situadas em toda região amazônica, a uma exploração cada vez mais implacável, o que rebate, direta e indiretamente, nas condições de vida de milhares de indivíduos (Nascimento; Silva; Alves. 2013, p. 5-6).

A instalação de grandes projetos minero-metalúrgicos na América Latina, especialmente na Amazônia, possibilitou às empresas transnacionais aproveitarem incentivos fiscais e a política de desregulamentação para produzir matéria-prima a baixo custo. Essa matéria-prima era enviada aos países mais desenvolvidos, onde era processada; contudo, o mercado cartelizado controlava o ciclo produtivo, influenciando os preços das matérias-primas.

Nesse contexto, a busca por divisas levou os países em desenvolvimento a extrair mais recursos naturais, resultando em prejuízos sociais e ambientais, impactando negativamente as condições de vida na Amazônia. Posteriormente, a tecnologia substituiu o controle do suprimento mineral como estratégia de desenvolvimento, transformando os minerais em commodities sujeitas às leis de mercado. Tal mudança reforçou a dependência desses países em desenvolvimento, agora sujeitos às flutuações do mercado global, aprofundando os desafios socioeconômicos e ambientais enfrentados pela região amazônica.

Outro efeito resultante desse período foi a exaustão e superlotação da infraestrutura urbana das principais cidades amazônicas, como Belém, Manaus, Santarém, Tucuruí e Marabá. Isso ocorreu devido à política de ocupação que atraía pessoas de todas as regiões do país, motivadas pelas intervenções político-econômicas do governo federal na Amazônia, envolvendo grandes projetos, obras significativas e a promessa de colonização. Esses fatores criavam a ilusão de melhores condições materiais de subsistência, porém é necessário considerar que a ocupação da Amazônia,

se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. A esse padrão associam-se duas características básicas da ocupação regional. Primeira, a ocupação se fez invariavelmente e ainda hoje se faz a partir de iniciativas externas. Segunda, a importância da Geopolítica, que explica o controle de tão extenso território com tão poucos recursos. A Geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes foram via de regra mal sucedidos na sua implementação, não conseguindo estabelecer uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por estratégias de intervenção em locais estratégicos, de posse gradativa da terra (*uti possidetis*) e da criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central (Becker, 2005, p. 135).

A perspectiva de um grande desenvolvimento econômico na região não se concretizou naquele contexto, uma vez que o padrão histórico na ocupação da região ocorreu de maneira

intermitente, caracterizado por períodos de intensa atividade seguidos por longos períodos de estagnação. A ocupação, em grande parte, foi motivada por impulsos econômicos relacionados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, e essa motivação originou-se de iniciativas externas, indicando que agentes externos desempenharam um papel significativo nesse processo. Além disso, a Geopolítica foi determinante ao conformar um extenso território controlado com recursos limitados, de modo que não chegaram a ser estabelecidas bases econômicas e populacionais estáveis para garantir a soberania sobre a área.

Na perspectiva de integrar a Amazônia ao restante do país por meio do modal rodoviário, foram construídas várias estradas federais, tais como a BR-010, também conhecida como Rodovia Belém-Brasília; a BR-230, também chamada de Rodovia Transamazônica; e a BR-163, Rodovia Longitudinal do Brasil, com 3.579 km em sua extensão total. O trecho que liga a capital do Mato Grosso, Cuiabá, a Santarém, no Pará, é denominado Rodovia Cuiabá-Santarém, com 1.780 km de percurso. Essas rodovias representam não apenas um dado de infraestrutura, mas também elemento fundamental que contribuiu para moldar o cenário econômico, social e cultural da região na década de 70.

Figura 1: Mapa das Rodovias da Amazônia: Belém-Brasília, Transamazônica e Santarém-Cuiabá



Fonte: Fearnside, 2022, p. 241.

Ao traçarmos os caminhos dessas vias, torna-se evidente que o desenvolvimento rodoviário teve uma função importante na intrincada história da Amazônia: as estradas não apenas desbravaram acessos e fomentaram o comércio, mas também geraram desafios ambientais e sociais. A expansão humana ao longo dessas rotas influenciou diretamente ecossistemas e comunidades locais, suscitando questões fundamentais sobre sustentabilidade e preservação; a colonização, tanto nas imediações das estradas federais quanto nas vicinais destinadas a esse fim, resultou em desmatamento indiscriminado, exacerbado pela implementação de projetos agropecuários financiados por entidades como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Brasil.

Os impactos daquilo que se denominou “progresso”, impulsionado por intervenções político-econômicas durante o período de governo ditatorial na Amazônia se mostraram particularmente devastadores, especialmente em uma região de extrema relevância para a biodiversidade global. O contexto autoritário acentuou a intensidade das ações empreendidas, resultando em consequências alarmantes para o meio ambiente e as comunidades locais.

A busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, de suma importância para garantir um futuro sustentável para a Amazônia e para todo o planeta, tornou-se pauta para os movimentos sociais na região; as entidades representativas das populações tradicionais, sindicalistas, movimento estudantil e parte da Igreja Católica, alinhada à teologia da libertação e ao ímpeto renovador do Concílio Vaticano II, engajaram-se nesse debate.

Para compreender as intervenções político-econômicas do governo civil-militar na Amazônia, notadamente os "grandes projetos" minerais, abertura de estradas, obras monumentais e projetos agropecuários, é relevante recorrer à Teoria da Dependência proposta por Furtado (1959) que, ao analisar as relações econômicas entre a economia industrial dos países centrais e as economias primárias como dos países da América do Sul, ressalta a tendência constante para diferentes formas de exploração.

A observação dessa dinâmica possibilita inferir das consequências desse tipo de relação, destacando-se a inclinação das economias industriais em inibir o crescimento das economias primárias, essa dinâmica foi reproduzida internamente no Brasil e especificamente na Amazônia. Entretanto, para uma compreensão aprofundada desse processo de desenvolvimento, precisamos “identificar os agentes responsáveis pelas decisões estratégicas e

reconhecer os fatores estruturais que condicionam a propagação dos efeitos de tais decisões” (Furtado, 1983, p. 81) no contexto da economia mundial.

Assim, compreender o desenvolvimento ou, no caso da Amazônia, a dependência, requer uma análise da estrutura econômica e dos sujeitos, bem como de suas coadunações, que tomam decisões nesse cenário histórico e implicam na construção de uma trajetória autônoma tanto para o país quanto para a região, promovendo uma compreensão mais abrangente e contextualizada desses processos.

A Teoria da Dependência, procurava explicar as relações estruturais de subordinação entre economias centrais e periféricas, ultrapassando as transações comerciais para incluir a transferência desigual de valor, a dependência tecnológica e o papel dos investimentos estrangeiros. Furtado (1972) destacou o subdesenvolvimento como uma estrutura histórica específica, resultante da forma como o capitalismo se expandiu e se enraizou na periferia, criticando o modelo desenvolvimentista que ignorava essas condicionantes estruturais.

Conforme Furtado, não houve nas economias subdesenvolvidas “uma correlação entre os aumentos da produtividade, engendrados pela elevação da relação capital-trabalho e pela adoção de novas técnicas de produção, e o crescimento da massa salarial, fatores esses que estão na base das economias industriais modernas” (Furtado, 1972, p.27); na prática, essa perspectiva subordinava a economia latino-americana, especialmente a amazônica, à economia internacional.

Ao compreender a teoria da dependência e conectá-la à teologia da libertação, fica mais evidente e justificável o ímpeto das Lideranças na Amazônia na década de 70, pois essas lideranças, atuando como intelectuais orgânicos, impulsionadas pelo espírito renovador do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, possuíram uma atuação significativa na definição das posições da Igreja frente às intervenções político-econômicas na região.

Hoje, podemos inferir que essas intervenções foram conduzidas sem a devida compreensão da realidade local por parte das autoridades federais, resultando na redução da Amazônia a uma mera fronteira¹⁰ em expansão, limitada a interesses externos à região e desconsiderada das complexidades locais. Isso contribuiu para desafios adicionais, subestimando o papel vital que a região desempenha em termos socioambientais e culturais.

¹⁰ O conceito de fronteira, segundo Oliveira Filho (1979), ultrapassa a mera delimitação geográfica e abrange uma análise mais complexa. O conceito de fronteira não se refere apenas à demarcação física entre áreas, mas sim a um modelo teórico que pressupõe uma totalidade composta por partes heterogêneas e com diferentes dinâmicas de funcionamento. Nesse contexto, a fronteira é um mecanismo que estabelece de maneira regular e complementar as relações entre essas partes, podendo abranger tanto áreas intranacionais quanto aquelas que associam regiões pertencentes a diferentes países. Dessa forma, a fronteira é compreendida como um elemento crucial na correlação e interação entre distintas parcelas de uma totalidade, indo além de uma simples delimitação espacial.

Ao longo do período da Ditadura Militar (1964-1985), o governo brasileiro, segundo a perspectiva de Becker (1991), empreendeu estratégias para ocupar economicamente a Amazônia, almejando sua integração ao país, pois a região era encarada como uma vasta reserva global de energia e de recursos naturais, sendo, por isso, considerada estratégica para o Estado. Todavia, a falta de planejamento e investimento a relegou a um papel de válvula de escape para os problemas de outras regiões, resultando em consequências adversas, como a precarização da qualidade de vida, degradação ambiental e conflitos sociais.

Paralelamente, na década de 70, a Igreja Católica confrontou desafios significativos na formação de padres na Amazônia, em um cenário marcado pela Ditadura Militar e suas intervenções político-econômicas, escassez de investimentos em educação, transporte e desenvolvimento econômico, o que obstaculizou a formação local de seminaristas e padres.

O surgimento do Instituto de Pastoral Regional buscou superar tais obstáculos, enfrentando contradições e debates teológicos, em um contexto de condições políticas e sociais complexas na região. A presença militar e a exploração desenfreada dos recursos naturais acentuaram desigualdades, impactando a formação e atuação dos líderes religiosos na Amazônia. Diante desse cenário, a Igreja Católica buscou adaptações para formar padres comprometidos com os direitos humanos e a justiça social.

Nesse contexto particular, a história da educação na Amazônia ganha destaque ao se analisar as instituições e práticas educativas que, a seu modo, refletem as transformações sociais em curso. Dessa maneira, a formação de padres e Lideranças pelo IPAR durante a Ditadura Militar representa um capítulo significativo, pois contribui para elucidar os impactos ambientais e sociais decorrentes de projetos que, na história, revelaram-se prejudiciais à grande maioria da população amazônica.

Para compreender a intrincada relevância da atuação histórica, política e educativa do Instituto de Pastoral Regional na formação de Lideranças na Amazônia entre os anos de 1971 e 1977, faz-se necessário compreender aspectos centrais da conjuntura nacional e internacional, tais como: os elementos constitutivos internos e externos do anticomunismo católico; o engajamento dos EUA no Golpe Civil-Militar do Brasil e seus desdobramentos no âmbito da Igreja Católica; e a relação da Igreja Católica com a Ditadura Militar na Amazônia.

2.2 Elementos constitutivos internos e externos do anticomunismo católico

O anticomunismo católico desempenhou um papel crucial na promoção de antagonismos e disputas teológicas e educativas, influenciando significativamente a atuação da Igreja Católica na Amazônia durante a década de 70, categorizando-se como:

[...] uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo etc. (Rodeghero, 2002, p. 464).

O fenômeno do anticomunismo é uma representação do comunismo elaborada por sujeitos, entidades e governos anticomunistas, a partir de imagens que se repetem ao longo do tempo e que relacionam “o comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, que representam estes como vermes, abutres, polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão” (Rodeghero, 2002, p. 464). Tal representação, carregada de conotação negativa, apresenta imagens e metáforas negativas, associações pejorativas, condenação moral, atribuição de intolerância e extremismo, além de uma retórica fortemente emotiva, configurando-se como uma força mobilizadora, organizadora e educativa sobre a Igreja, composta por elementos internos e externos intrinsecamente ligados à conjuntura da Guerra Fria.

No entanto, segundo Viana e Araújo (2022), desde a segunda metade do século XIX, percebe-se a preocupação da hierarquia católica com as ideias comunistas, embora esse temor tenha assumido "forma mais expressiva a partir da experiência russa quando os bolcheviques tiveram maior repercussão" (Viana; Araújo, 2022, p. 111). No Brasil este processo revelou e revela:

[...] a persistência de certos temas e imagens em épocas diferentes; analisando grupos e instituições que no Brasil se dedicavam às campanhas anticomunistas (como foi o caso da Igreja Católica, dos integralistas, do Exército, da Cruzada Brasileira Anticomunista, de diversos órgãos imprensa, do aparato policial, etc.); mostrando que o anticomunismo assumiu diferentes papéis e formas em conjunturas específicas, como naquelas em que ele parece ter sido mais intenso, de 1935 a 1937 e de 1961 a 1964. O conjunto de análises pontuais mostra, enfim, que o anticomunismo esteve presente nas disputas políticas brasileiras de grande parte do século XX. Uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou

multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo (Rodeghero, 2002, p. 465-466).

A Igreja Católica empenhou-se na luta contra o comunismo e, segundo Pereira (2008), ela utilizava sua estrutura e influência para disseminar sua posição em relação ao comunismo por meio de diversos meios, como jornais, rádio, escolas e sermões dominicais. Por outro lado, merece destaque sua preocupação com movimentos operários de inspiração anarquista, socialista e comunista. Segundo Tavares (2020), a partir de 1932, a Igreja criou os Círculos Operários¹¹, sendo o primeiro criado na cidade de Pelos, no Rio Grande Sul, pelo padre Leopoldo Beltrano, para oferecer educação, lazer e assistência médica aos trabalhadores, formando líderes sindicais alinhados à doutrina social da Igreja.

O anticomunismo católico, assim, assumiu um papel significativo não somente no discurso, mas nas práticas da Igreja no Brasil, conferindo-lhe espaço de participação na discussão política nacional. A Igreja desenvolveu uma literatura especializada, exemplificada pela revista "A Ordem" e pelo Centro D. Vital, com o intuito de promover a formação religiosa das elites governantes (Velloso, 1978). Uma das características marcantes do anticomunismo católico era a associação do comunismo ao liberalismo, entendido pela Igreja como uma expressão do poder político burguês capaz de potencialmente conduzir ao comunismo na medida em que

[...] a condenação do liberalismo já era a tônica de documentos como o Silabus, de Pio IX, escrito no contexto do Vaticano I (...), ela continuou se manifestando em outros documentos como a Rerum Novarum, de 1891 e a Quadragesimo Anno de 1931. Em todas essas encíclicas o liberalismo era condenado pelos seus tons materialistas, pelo primado da razão sobre a fé, pela destruição de valores morais, pelo desprezo à autoridade constituída, pelo não respeito aos direitos da Igreja. O liberalismo prepararia o caminho para algo pior que ele, o socialismo e o comunismo (Rodeghero, 2002, p. 469).

A condenação do liberalismo pela Igreja Católica em diversos momentos históricos, como evidenciado nas bulas e encíclicas dos Papas Pio IX e Leão XIII, foi fundamentada na crítica à sua abordagem materialista, na prevalência da razão sobre a fé, na erosão dos valores morais e na falta de respeito à autoridade, mas foi o Pio XI que fundamentalmente apontou o liberalismo como um precursor do socialismo e do comunismo:

¹¹ Os Círculos Operários são organizações católicas de trabalhadores que surgiram no Brasil a partir da década de 1930, com o objetivo de oferecer suporte e assistência aos trabalhadores, promovendo valores sociais e morais alinhados com a doutrina social da Igreja Católica. Esses círculos visavam criar um espaço de solidariedade e apoio mútuo entre os trabalhadores. Eles contribuíram para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e para fomentar um sentido de comunidade baseado em valores cristãos, sendo uma parte significativa da história do movimento operário católico.

Non vi sarebbero né socialismo né comunismo se coloro che governavano i popoli non avessero disprezzato gli insegnamenti e i materni avvertimenti della Chiesa: essi invece hanno voluto, sulle basi del liberalismo e del laicismo, fabbricare altri edifici sociali, che sulle prime parevano potenti e grandiosi, ma ben presto si videro mancare di solidi fondamenti, e vanno miseramente crollando l'uno dopo l'altro, come deve crollare tutto ciò che non poggia sull'unica pietra angolare che è Gesù Cristo. (Pio XI, 1937, s/p.)

O Papa Pio XI apresenta, fundamentalmente nessa encíclica, uma crítica direta ao liberalismo e à sua visão de organização social, implicando que sua falta de base sólida levaria inevitavelmente ao fracasso e, por extensão, abriria caminho para ideologias como o socialismo e o comunismo. Essa perspectiva é importante para compreender o anticomunismo católico no Brasil, que ganhou força na década de 1930 devido à repercussão das denúncias de perseguições religiosas durante a Guerra Civil Espanhola e na União Soviética, além de eventos como a Intentona Comunista de 1935.

A Liga Eleitoral Católica foi criada em 1932, por iniciativa do Cardeal Dom Sebastião Leme e do líder católico Alceu Amoroso Lima, com o propósito de unificar o eleitorado católico e promover a eleição de candidatos que estivessem alinhados aos princípios sociais da Igreja (Lima, 2019). A Liga destacou-se por sua ênfase na luta contra o comunismo, ao mesmo tempo em que defendia importantes pautas sociais, como o ensino religioso opcional nas escolas e a preservação da propriedade privada (Rodegheiro, 2002).

Este movimento refletia a crescente influência da Igreja Católica na política brasileira da época, em um contexto marcado por intensos debates ideológicos e sociais. Ainda assim, é importante notar que houve vozes dissidentes dentro da Igreja Católica no Brasil em relação ao anticomunismo, como a do Padre Jesuíta Bertrand de Margerie, que expressou um contraponto ao anticomunismo e uma nova possibilidade de compreensão sobre o marxismo.

O jesuíta afirmava que “o marxismo é incompreensível para quem não conhece os mistérios do cristianismo” (Margerie, 1965, p. 75), sugerindo assim que os defensores do anticomunismo, ao criticarem o marxismo, paradoxalmente revelavam uma falta de entendimento sobre o próprio cristianismo. Essa ideia aponta uma correlação entre marxismo e cristianismo e, portanto, a necessidade de compreender e conciliar o contexto cultural e as ideias religiosas para entender plenamente as ideologias políticas, incluindo o marxismo.

Essa diversidade de opiniões dentro da Igreja Católica reflete a complexidade das questões políticas e sociais da época, evidenciando a existência de diferentes perspectivas e abordagens dentro da instituição em relação ao ideário comunista. As divergências existentes provocaram debates na sociedade brasileira acerca da identidade e soberania nacional, participação política e perseguições ideológicas, debates que se estendiam também a outros

temas cruciais, sobretudo em tempos ditatoriais, como a luta pela terra e a reforma agrária, a defesa dos direitos humanos, a proteção dos povos tradicionais e também questões concernentes à Igreja Católica, como as perspectivas educativas para a formação de Lideranças, especialmente padres, atuação pastoral e debates teológicos a partir das diretrizes do Concílio Vaticano II.

Assim sendo, o anticomunismo configurou-se como um elemento central para delinear a atuação da Igreja Católica no Brasil e na Amazônia, assim como a interação entre o governo ditatorial e a Igreja, que se encontrava dividida entre os que apoiavam e os que se opunham ao regime, o que resultou em uma oscilação entre colaboração e conflito. Além disso, é de suma importância analisar o papel dos Estados Unidos no Golpe Civil-Militar brasileiro e os desdobramentos desse evento na Igreja Católica; a compreensão dessas questões é fundamental para estabelecer a relação do IPAR com esse cenário político-econômico e eclesial das décadas de 1970, identificando os atores envolvidos, suas influências e as implicações mútuas decorrentes.

2.3 Envolvimento dos EUA no Golpe Civil-Militar do Brasil e os desdobramentos na Igreja Católica.

O envolvimento dos Estados Unidos no Golpe e, consequentemente, no Regime Militar do Brasil, ao apoiar os militares e os setores civis desse movimento, assim como as implicações políticas, ideológicas e econômicas desse contexto na Igreja Católica, são aspectos cruciais para uma análise abrangente da conjuntura brasileira na década de 70. Essa conjuntura deixou um legado complexo e profundo na história do Brasil, com impactos significativos na cultura política e na luta por direitos, especialmente os direitos humanos, além de provocar divisões e interpretações diversas no interior da Igreja Católica, gerando conflitos internos e questionamentos sobre o papel da igreja na defesa dos direitos humanos e da justiça social. Ademais, é importante ressaltar a tradição de golpismo das forças armadas, especialmente do exército, que se evidenciou ao longo da história política brasileira, contribuindo para a instabilidade institucional, na medida em que

os militares provocaram ou foram agentes decisivos em todas as crises institucionais do país – aqui entendidas como crises políticas que afrontam a constituição. Essa duradoura tradição sempre se expressou pela ruptura da legalidade com o uso da força das armas e se fundamentou na suposição de superioridade dos militares em relação aos civis, vistos como despreparados e que, por essa razão, caberia tutelar (Fico, 2021, p. 09).

Os militares desempenharam um papel decisivo nas crises políticas do Brasil, marcadas pela violação constitucional e pelos golpes de estado. Essa atuação política das Forças Armadas pode ser compreendida como uma tradição inventada, conforme descrita por Hobsbawm e Ranger (1984), a qual consiste em um conjunto de práticas simbólicas, geralmente reguladas por regras ou amplamente aceitas, com o objetivo de estabelecer certos valores e comportamentos por meio da repetição. No contexto brasileiro, essa tradição inventada pelos militares é caracterizada pelo uso do aparato militar e pela quebra da legalidade e da hierarquia em relação ao poder executivo, ao qual compete constitucionalmente o comando das Forças Armadas.

Essa tradição é sustentada pela crença na superioridade dos militares sobre os civis, os quais são frequentemente considerados como necessitados de tutela militar devido ao seu despreparo; assim, o golpe de 1964 configura-se, em nossa análise, como a culminância de um triste e persistente histórico de fragilidade institucional e tradição golpista por parte dos militares no Brasil. Essa postura coadunava-se com os interesses dos Estados Unidos para a América Latina, uma vez que:

Os EUA, sem dúvida alguma, tiveram responsabilidade pelo estabelecimento e sustentação de muitas ditaduras em vários países da América Latina, ao apoiarem as facções políticas mais dóceis aos seus interesses econômicos e políticos. Não se pode negar, naturalmente, que os golpes de Estado que as instituíram foram, em larga medida, desencadeados por facções militares que trataram de resolver problemas de política interna, uma vez que a crise de poder, devido à rigidez do regime presidencialista, não encontrava solução dentro dos limites constitucionais. Entretanto, a partir de 1960, a tendência das Forças Armadas para intervir como instituição no processo político da América Latina não decorreu apenas de fatores endógenos, inerentes aos países daquela região. Constituiu, na verdade, muito mais um fenômeno de política internacional continental que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc., uma vez que fora determinada, em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos, a partir daquela época, promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, particularmente por meio da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contrainsurreição e da ação cívica. Tanto isso é certo que a manifestação das Forças Armadas, em princípio, visou, sobretudo, ditar decisões diplomáticas, modificar diretrizes de política exterior, e ocorreu geralmente nos países cujos governos se recusavam a romper relações com Cuba. É daí o surto militarista, com a propagação dos golpes de Estado, que tinham como principal fonte de inspiração a Junta Interamericana de Defesa (Bandeira, 2014, p. 104-105).

É indiscutível que os Estados Unidos desempenharam um papel significativo no estabelecimento e apoio a ditaduras na América Latina, promovendo intervenções políticas que favoreciam seus interesses, como foi o caso do Brasil. Os golpes de Estado não foram apenas iniciativas das Forças Armadas locais, mas também resultado das mudanças na estratégia de segurança dos EUA, que priorizava identificar o "inimigo interno" e difundir doutrinas contra

insurgentes, levando à propagação de regimes militares, especialmente em países que não rompiam relações com Cuba, demonstrando a importância do anticomunismo para o governo estadunidense.

No Brasil, a ditadura também influenciou significativamente o desenvolvimento econômico, as estruturas institucionais e as dinâmicas sociais do país, por meio de programas e planos econômicos controversos, tais como o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e o Programa de Integração Nacional (PIN). Esses planos evidenciam a continuidade, durante a Ditadura Militar, da implementação do nacional-desenvolvimentismo.

Durante toda Ditadura Militar, a incidência do nacional-desenvolvimentismo sobre o meio ambiente implicou em perdas de vegetação nativa e reduções da biodiversidade, gerando alterações climáticas, modificações no solo e poluição atmosférica. Houve a necessidade de expansão urbana em razão do crescimento demográfico ao longo das décadas do século XX, tendo sido apropriada, em partes, a ação estatal direcionada ao desenvolvimento socioeconômico, a partir da industrialização, obras de infraestrutura e instituição de direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, o predominante foco no crescimento econômico e a manutenção das estruturas sociais vitrificaram o status quo do cenário de desigualdades e exclusões, além de terem acentuado a dependência do país ao capital do Norte global. As, portanto, fracassadas experiências de desenvolver o país — haja vista o enorme endividamento público (Moren; Oliveira, 2022, p. 68-69).

Portanto, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo ditatorial, ao priorizar o crescimento econômico em detrimento do meio ambiente e da justiça social, desdobrou-se em perda de vegetação, redução da biodiversidade e aprofundamento das desigualdades. Além disso, acentuou a dependência econômica do país em relação aos países do Norte global e o aumento do endividamento público, evidenciando o fracasso desse modelo de desenvolvimento; ainda durante esse período, a imagem do país no exterior era maculada pelos conhecidos crimes contra os direitos humanos e a censura e pelo descaso governamental com a questão ambiental, evidenciado, segundo Moren e Oliveira (2022), pela desflorestação e extrativismo em larga escala. Ademais, o regime militar exerceu um profundo impacto na política brasileira, deixando um legado de polarização política e conflitos que devem ser contextualizados dentro do contexto da Guerra Fria e do fenômeno do anticomunismo, sobretudo impulsionado pelo Macartismo.

O Macartismo surgiu nos Estados Unidos entre 1950 e 1957, caracterizando-se pela intensa repressão ao ideário comunista e pela campanha de temor em relação à influência e à suposta espionagem soviética ultrapassando os limites territoriais dos EUA e alcançando países como o Brasil (Santos, 2019), inicialmente associado à patrulha anticomunista liderada pelo

senador norte americano Joseph Raymond McCarthy¹², o Macarthismo deixou um legado de medo, desconfiança e restrições aos direitos civis no país; esse fenômeno foi impulsionado por diversos fatores relacionados ao "americanismo" e à expansão após a Segunda Guerra Mundial (Santos, 2019). Essa ideologia, centrada no individualismo competitivo, nos direitos individuais, na iniciativa privada e na religião, foi promovida como uma forma de combater o comunismo, visto como uma ameaça aos valores americanos. A polarização ideológica durante a Guerra Fria aprofundou a percepção do comunismo como um inimigo, resultando em uma intensa luta contra essa ideologia nos Estados Unidos:

o inimigo — comunismo soviético — era considerado tão diabólico que em nome de sua destruição poderia até se arriscar a destruição da própria civilização com o uso das armas atômicas. Além disso, a União Soviética não era apenas inimiga nos campos militares, da economia e da geopolítica. Ela era uma inimiga ideológica comprometida, em teoria, com a igualdade social e econômica e com a socialização dos meios de produção, o que colocava um desafio a uma nação como os Estados Unidos, comprometida com o capitalismo (Rodeghero, 2002, p. 468).

Esse clima de medo e acirramento ideológico da Guerra Fria influenciou tanto as políticas internas quanto as externas dos Estados Unidos, especialmente sua relação com os países da América Latina, levando a medidas repressivas e intensificação da vigilância, como as executadas pelo *House Committee on Un-American Activities* (HUAC), que desempenhou um papel central nesse contexto:

Em 1945 se tornou o primeiro comitê permanente encarregado de investigar propaganda e atividades consideradas subversivas e "não-americanas". De 1945 a 1957 realizou pelo menos 230 audiências nas quais mais de três mil pessoas testemunharam. Seus alvos variaram ao longo do período. Em 1948, por exemplo, investigou a alegada infiltração comunista em agências do governo federal, recolhendo informações que possibilitaram a condenação do ex-oficial do Departamento de Estado, Alger Hiss. Em 1951, investigou a infiltração comunista na indústria cinematográfica. No ano seguinte, prestou mais atenção aos sindicatos e também lançou um ataque a duas instituições norte-americanas Harvard University e Massachusetts Institute of Technology por elas não terem suspenso professores do seu quadro docente que foram considerados comunistas. Em 1953, o comitê convocou para depoimentos o ex-presidente Truman e o ex-secretário de Estado James Byrnes, que se recusaram a comparecer (Rodeghero, 2002, p. 469).

¹² Foi um político norte-americano nascido em 1908 em Wisconsin. Inicialmente membro do Partido Democrata, mais tarde ingressou no Partido Republicano. Ele foi senador de Wisconsin de 1947 a 1957. McCarthy se destacou durante a Guerra Fria ao proferir um discurso em 1950, alegando possuir uma lista de membros do Partido Comunista e de uma rede de espionagem dentro do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Isso o tornou uma figura pública proeminente, conhecido por suas investigações agressivas e acusações de subversão comunista dentro do governo federal, alimentando o chamado "Terror Vermelho" ou "Macartismo". Durante seu período no Senado, McCarthy e sua equipe conduziram uma série de investigações que resultaram em acusações generalizadas de espionagem e simpatia comunista, levando a uma atmosfera de histeria e delações. O "Macartismo" desde então tornou-se sinônimo de práticas antidemocráticas do governo, visando reprimir opiniões políticas consideradas desfavoráveis sob pretexto de segurança nacional.

O HUAC conduziu audiências e investigações com o objetivo de combater o comunismo nos Estados Unidos, contribuindo assim para a disseminação do anticomunismo que já existia na sociedade norte-americana. O Comitê assumiu um papel central na busca por supostos simpatizantes comunistas, suas investigações levaram a um clima de desconfiança generalizada e à criação de listas, nas quais indivíduos considerados "subversivos" eram impedidos de encontrar trabalho ou exercer suas atividades profissionais.

Durante a Guerra Fria, a relação dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente com o Brasil, foi marcada por uma série de eventos que refletiram as tensões ideológicas e estratégicas da época. Um exemplo notório foi o apoio dado pelos EUA ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil, sob a justificativa de conter a expansão comunista na região, esse suporte incluiu financiamento à oposição e organização de grupos contrários ao governo, demonstrando a prioridade dada à contenção do comunismo, mesmo que às custas de abusos cometidos pelos militares (Joffily, 2018).

A geopolítica anticomunista dos EUA na América Latina mostrou seus limites diante das violações de direitos humanos perpetradas pelos regimes aliados, de acordo com Joffily (2018). Embora houvesse pressões internas, como audiências no Congresso para expor tais violações e propostas de leis para condicionar a ajuda externa ao respeito pelos direitos humanos, o governo dos EUA continuou a apoiar esses regimes autoritários em nome da segurança nacional, levando a um conflito entre os poderes executivo e legislativo dos EUA sobre a política externa, com críticas internas e internacionais crescentes às ações do país na região. O dilema entre promover os direitos humanos e manter aliados contra o comunismo ilustrou a complexidade das relações durante a Guerra Fria, especialmente no contexto da América Latina.

A ascensão de Jimmy Carter à presidência marcou uma mudança na retórica, com uma maior priorização dos direitos humanos na política externa dos EUA, porém, as preocupações com segurança e interesses econômicos ainda influenciavam a abordagem do governo, como evidenciado pelo apoio contínuo aos militares argentinos durante sua própria crise política (Joffily, 2018). No final das contas, a relação entre os EUA e a América Latina durante a Guerra Fria foi moldada por um equilíbrio delicado entre interesses geopolíticos, estratégias anticomunistas e preocupações com direitos humanos, essa interação complexa deixou um legado de tensões e controvérsias que continuaram a ecoar nas relações hemisféricas por décadas.

A relação entre os Estados Unidos e o Brasil durante a Guerra Fria foi marcada por intensos debates políticos e intrigas internacionais, um evento emblemático desse período foi a

“Operação *Brother Sam*”, que revelou a disposição dos EUA em apoiar um golpe no Brasil; mas é preciso considerar que essa operação foi fruto de um processo político e diplomático que iniciou com a:

desestabilização do presidente eleito João Goulart, iniciada durante a administração Kennedy, à tomada de poder pelos militares, concluída no início do governo de Lyndon Johnson, o golpe militar no Brasil de 1964 teve importante participação dos EUA. O apoio consubstanciou-se no financiamento da oposição nas eleições de 1962, no suporte a governadores críticos ao governo, na propaganda política, na organização de grupos contrários ao governo, no planejamento do golpe, na montagem da não deflagrada Operação *Brother Sam*, no pronto reconhecimento do governo militar recém-empossado e na generosa ajuda financeira oferecida no pós-golpe. A tomada do poder pelos militares no Brasil foi interpretada pela opinião pública estadunidense como uma defesa da democracia contra um ataque comunista. O Departamento de Estado orquestrou um esforço de desinformação junto à imprensa e ao Congresso, para assegurar que não prevalecesse uma visão negativa do evento e para que a participação dos EUA na empreitada permanecesse desconhecida (Joffily, 2018, p. 63).

O apoio dos Estados Unidos ao Golpe de 64 contra o governo de João Goulart foi justificado pela narrativa do governo estadunidense de que o golpe representava uma defesa da democracia contra o comunismo. Entretanto, vale ressaltar que o governo de João Goulart jamais poderia ser classificado no quadro do espectro comunista, por isso o Departamento de Estado empreendeu grandes esforços para manipular a opinião pública americana e manter a participação dos EUA no golpe em segredo.

A Operação *Brother Sam* foi um elemento importante que comprovaria o apoio e a participação dos Estados Unidos no golpe contra Goulart e no Regime Militar que se seguiu; a intervenção dos Estados Unidos na política brasileira e em outros países latino-americanos, sob o pretexto do anticomunismo e da defesa da democracia, revelar-se-ia como parte essencial de seu projeto imperialista e de sua política externa para a América Latina, o que frequentemente causava embaraços, como, por exemplo:

Quando iniciaram os expurgos de simpatizantes do governo de João Goulart e as violências contra os setores oposicionistas, incluindo prisões ilegais, a diplomacia estadunidense teve de enfrentar um dilema que seria uma constante em sua política externa: dar sustentação ao aliado anticomunista, comprometendo a coerência de sua retórica democrática e legalista e arriscando-se a alimentar o antiamericanismo, ou distanciar-se do governo que ajudara a colocar no poder, enfraquecendo sua influência política no país. No caso brasileiro, como em outros, optou-se pela primeira alternativa. Até o Ato Institucional no 5, raras tinham sido as vozes nos EUA que haviam se levantado para criticar o envolvimento do país no golpe. Com a nova medida, porém, a imprensa estadunidense começou a pressionar a Casa Branca para que se manifestasse contra o que considerava uma “total ditadura militar” (Joffily, 2018, p. 63-64).

No Brasil, o anticomunismo encontrou terreno fértil em um contexto político instável e na crescente polarização ideológica, sendo a Igreja Católica uma instituição importante nesse cenário de "Guerra Fria", onde o anticomunismo se tornou uma força ideológica mobilizadora significativa à medida que a polarização política se intensificava. Na Amazônia, membros do clero e fiéis católicos foram investigados e perseguidos sob suspeita de simpatia ou envolvimento com o comunismo, conforme o documento abaixo:

Figura 2: Documento do SNI (agência Belém) sobre a *Infiltração comunista nos diversos setores de atividade (capa)*

CONFIDENCIAL

ACE Nº 2326/82

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE BELÉM

ENCAMINHAMENTO Nº 0739/116/ABE/82

DATA : 17 AGO 82

ASSUNTO : INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE

REFERÊNCIA : PB Nº 067/16/AC/82, de 08 JUN

ORIGEM : ABE/SNI (PRG Nº 003148/82)

DIFUSÃO : AC/SNI

ANEXO : 06 (SEIS) RELAÇÕES DE ELEMENTOS INFILTRADOS

Em atendimento ao Pedido de Busca da referência, esta AR encaminha 06 (seis) relações de elementos comunistas, esquerdistas e/ou contestadores do regime, infiltrados nos diversos setores de atividade.

Toda Pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção do sigilo. (Art. 12 do R.C.I.D. nº 79.009/77)

CONFIDENCIAL

Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

Figura 3: Documento do SNI (agência Belém) sobre a *Infiltração comunista nos diversos setores de atividade* (página 1)

AGÊNCIA DE BELÉM			
INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS MEIOS E MOVIMENTOS RELIGIOSOS, PARTICULARMENTE CATÓLICOS			
Nº DE ORDEM	N O M E	ÓRGÃO OU ENTIDADE INFILTRADA	OBSE (A CAR)
01	MATHEUS HENRIQUIS ANTONIUS OTTERLOO	COORDENADOR REGIONAL DA FASE	Militante PC DO
02	JOÃO MARIA VAN DOREN	PÁROCO DA IGREJA N. S. APARECIDA, EM BE- LÉM/PA.	
03	JOÃO ANTONIO BEUKEDON	PÁROCO DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO, EM BE- LÉM/PA.	
04	LUIZ ANTONIO PENA (DOM ALANO MARIA PENA)	BISPO DIOCESANO DE MARABÁ/PA.	
05	BERNARDO HOYOS MONTOYA	IGREJA DE SANTO ANTONIO, EM BELEM/PA.	
06	RICARDO REZENDE FIGUEIRA	CPT-TOCANTINS/ARAGUAIA	
07	PAULO CÉSAR FONTELES DE LIMA		Apesar de cont- clero "progress- Advogado da CPT
08	IVALDO PINTO DE AZEVEDO (FREI LUIZ PINTO DE AZEVEDO)	SEMINÁRIO PIO X DE SANTARÉM/PA.	
09	SAVINO MORELLI	PÁROCO DA IGREJA DE SANTA MARIA GORETTI, EM BELEM/PA.	
10	CARLOS AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO		Não é mais adv- gional Norte II
11	ADEMIR MARTINS DOS REIS	CPT DE MARABÁ/PA.	Militante PC DO
12	DORNÉLIO DA SILVA	CPT - REGIONAL NORTE II	IDEM
13	EMMANUEL WAMBERGUE	CPT - REGIONAL NORTE II SECRET. GERAL	IDEM
14	EUNICIANA DA SILVA AZEVEDO	CPT - REGIONAL NORTE II	IDEM
15	FELISBERTO ASSUNÇÃO DAMASCENO	IDEM	IDEM
16	IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA	IDEM	IDEM
17	MADELEINE BEDRAN CARVALHO	IDEM	IDEM
18	HAZARE MARIA SA DE AZEVEDO	IDEM	IDEM
19	PAULO ROBERTO DA SILVA PEDROSO	IDEM	IDEM
20	SEBASTIÃO SANTOS DA SILVA FILHO	IDEM	IDEM
21	ANA MARIA GUIMARÃES	CPT - TOCANTINS/ARAGUAIA	Militante PC DO
22	FREDRIC MATHIAS SCHNIETERS (FREI JOÃO)	DIOCESE DE SANTARÉM/PA.	

Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

Figura 4: Documento do SNI (agência Belém) sobre a *Infiltração comunista nos diversos setores de atividade* (página 2)

AGÊNCIA DE BELÉM			
INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS MEIOS E MOVIMENTOS RELIGIOSOS, PARTICULARMENTE CATÓLICOS			
Nº DE ORDEM	N O M E	ÓRGÃO OU ENTIDADE INFILTRADA	OBSE (A CAR)
23	CICERO ROBERTO DE ARAÚJO	PÁROCO DA IGREJA DE N.S. DO BOM REMÉDIO, EM BELEM/PA.	
24	CLEMENT MONTANG	VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE RIO MARIA/PA.	
25	DAVID GONZAGA LAREDO	PÁROCO DA IGREJA DE N.S. DA CONCEIÇÃO, EM BELEM/PA.	
26	DOPOTHY MAE STANG	PARÓQUIA DE NOVA JACUNDÁ/PA.	
27	EDILBERTO DE MOURA SENA	DIOCESE DE SANTARÉM/PA.	
28	ELENA LOI	CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL - RE- GIONAL NORTE II.	
29	FRANCISCO DORTMANS	VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE NOVA TIMBOTEUA/PA.	
30	GREGORY ROBERT JOERIGHT	VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE MONTE ALEGRE/PA.	
31	HELDER SOARES BEDENDO	DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA.	
32	HELENA SOARES MELO	IDEM	
33	HENDRIKUS HUBERTUS ANTONIUS NIENHUIS	PÁROCO DA IGREJA DE S. SEBASTIÃO, BELEM.	
34	HENRIQUE MARQUES DA SILVA	DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA.	
35	HUBERT RIALAND	DIOCESE DE MARABÁ/PA.	
36	JACOBUS WILHELMUS VAN WINDEN	PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, EM BELEM/PA.	
37	JEAN LOUIS CONSTANT PURGUY	VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE XINGUARA/PA.	
38	JORGE CUSTERS	PÁROCO DA IGREJA DE S. JORGE, EM BELEM/PA.	
39	MANOEL ANTÃO DE AVIZ	VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE CURUÇÁ/PA.	
40	MANOEL BORGES DA SILVEIRA	VIGÁRIO CAPITULAR DE CONC. ARAGUAIA/PA.	
41	PATRICK JOSEPH HANRAHAN	BISPO DIOCESANO DE CONC. DO ARAGUAIA/PA.	
42	PAULO JOANIL DA SILVA	VIGÁRIO DA PARÓQUIA DE NOVA JACUNDÁ/PA.	
43	PETER JOHN MCCARTHY	DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA.	
44	RAIMUNDO POSSIDÔNIO CARRERA DA MATA	PÁROCO DA IGREJA DE SANTO ANTONIO, BAIRRO DO COQUEIRO, EM BELEM/PA.	
45	ROBERT MARIE JOSEPH DE VALICOURT	DIOCESE DE MARABÁ/PA.	

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Nesse documento, estão relacionadas personalidades importantes do Instituto de Pastoral Regional (IPAR), como Dom Alano Pena, Bernardo Hoyos Montoya, Luiz Pinto de Azevedo, Savino Mombelli e Raimundo Possidonio Carrera da Mata; porém, a ausência de Dom Alberto Ramos na lista de investigados nos causa estranheza, considerando a importância do cargo de Arcebispo tanto na dimensão de governo da sede da província eclesiástica - a mais importante circunscrição eclesiástica - quanto na dimensão política e religiosa para a sociedade e as estruturas de poder, como no caso do governo ditatorial brasileiro, isso abre um leque de possibilidades para inferências.

Pode-se inferir que o Arcebispo esteja alheio ao contexto político brasileiro ou que esteja cooperando, seja de forma direta ou indireta, conforme afirma Coimbra (2009), todavia, a presença de diretores, professores e alunos do IPAR na lista de investigados evidencia a relevância do IPAR e dos indivíduos que nele atuavam na formação de futuros padres e lideranças, além disso, revela a vigilância exercida pelo Regime Militar por meio dessas ferramentas, como listas de monitoramento, relatórios e ofícios sobre instituições religiosas.

É interessante observar a constância da denominação “comunista” para designar toda ação religiosa, educativa ou política que se contrapunha, ou não estava alinhada ao regime militar. O anticomunismo serviu como justificativa para a repressão política, com prisões, torturas e assassinatos de pessoas consideradas ameaças ao regime, nesse contexto, a postura da Igreja Católica foi contraditória, com alguns líderes e setores da hierarquia apoiando o regime militar, enquanto outros se posicionavam em defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Portanto, o anticomunismo afetou diversos grupos sociais e instituições, incluindo a Igreja Católica, promovendo uma onda de perseguição política e estigmatização que deixou um legado duradouro, destacando os desafios enfrentados pelas sociedades democráticas no combate a ideologias “extremistas” e na defesa dos direitos individuais e da liberdade de expressão.

O anticomunismo esteve presente tanto na Igreja Católica brasileira quanto na política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Nos EUA, o Macarthismo e o HUAC foram reflexos da intensa repressão política aos comunistas - impulsionada pela ideologia nacional do "americanismo" e pela polarização ideológica da época - no Brasil. A Igreja Católica também adotou uma postura anticomunista, preocupada com os movimentos operários e com a disseminação das ideologias socialistas e comunistas; esse contexto político instável no Brasil, culminou no Golpe Civil-Militar de 1964, no qual os Estados Unidos estiveram dispostos a

intervir e apoiar, como revelado pela Operação Brother Sam. Tal disposição para intervir reflete a mentalidade imperial dos EUA e sua busca por dominação e estabilidade na América Latina, frequentemente às custas dos direitos humanos e da democracia.

A prática intervencionista dos Estados Unidos na América Latina representa uma negação do direito à autonomia e do direito de existência dos povos subalternizados. Ao longo desse período histórico, torna-se evidente a interferência e a imposição do poder americano, reforçando a necessidade de compreender as dinâmicas geopolíticas e os desafios enfrentados pelas nações latino-americanas em sua busca por soberania e autodeterminação.

Nesse contexto turbulento, a Igreja Católica, como uma das instituições mais influentes e articuladas do país, desempenhou um papel complexo por meio das circunscrições eclesiais, da conferência episcopal e de outros organismos e pastorais. Nessa circunstância, o IPAR, instituição educacional responsável pela formação acadêmica de futuros padres e lideranças, ganha destaque.

Na nossa perspectiva gramsciana, o instituto é entendido como um Aparelho Privado de Hegemonia sobre o qual podemos inferir que exerce influência na formação e na disseminação de valores teológicos, sociais e morais, por conseguinte, esse espaço torna-se disputado por diferentes setores da Igreja, refletindo as lutas internas pelo controle ideológico e pela legitimidade, nessa condição, enquanto alguns setores eclesiais, em consonância com o anticomunismo, observavam com apreensão as políticas sociais e trabalhistas de Goulart, outros religiosos engajavam-se na busca pela justiça social, alinhando-se a movimentos populares.

2.4 Relação da Igreja Católica com a Ditadura Militar na Amazônia.

O Golpe de 1964 inaugurou um dos períodos mais sombrios da história do Brasil, com implicações políticas, sociais e culturais duradouras na sociedade e, no processo de sua instalação, é importante ressaltar que, embora seja,

inegável o protagonismo da cúpula das Forças Armadas, sobretudo do Exército, no golpe e na consolidação do novo regime, a fácil vitória dos militares golpistas seria impensável sem a participação de amplos setores da sociedade civil liderados pelos políticos conservadores, empresários, fazendeiros e, entre outros atores e instituições, pela maioria dos membros da hierarquia da Igreja Católica e meios de comunicação de massas. Setores que lutaram durante anos, sobretudo a partir de 1961, contra os reformistas-populistas e contra a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Petit, 2014, p. 181).

Ou seja, o golpe de 1964 foi resultado de uma coalizão civil-militar, pois os civis também tiveram papel preponderante na promoção do golpe junto com os militares,

participando ativamente, por exemplo, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como também afirmou Fico (2013), no entanto, após o Golpe Civil-Militar de 1964, seguiu-se uma Ditadura Militar. Dito isso, é pertinente argumentar que o regime que se seguiu não pode ser plenamente descrito como civil-militar, mas sim como militar, essa perspectiva se justifica pela análise de Petit (2015), que salienta o controle exercido pelas Forças Armadas sobre as principais instituições do Estado brasileiro ao longo de 21 anos.

Ademais, como enfatiza Fico (2014), a natureza dos eventos históricos não é determinada apenas pelo apoio político, mas sim pela participação efetiva dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, Napolitano (2014) observa que, embora o regime militar tenha contado com amplos setores sociais como aliados e beneficiários, os militares sempre mantiveram o controle decisório do poder. Nesse cenário, a Igreja Católica assumiu um papel significativo e complexo pois, a hierarquia católica, preocupada com a crescente influência do comunismo e com as reformas sociais implementadas pelo governo de João Goulart, encontrou-se em uma encruzilhada.

No Pará, enquanto alguns membros da Igreja apoiavam abertamente o nefasto golpe e a intervenção militar conforme noticiado pelos jornais 'A Província do Pará' em 7 e 16 de abril de 1964 e 'O Liberal' de 22 de abril de 1964, como foi o caso do Arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos que, “além de mostrar seu apoio irrestrito ao golpe de Estado, destacou-se pelo seu empenho em tentar evitar a ‘infiltração comunista’ nas instituições da Igreja Católica” (Petit, 2016, p.30), outros adotaram uma postura crítica e insurgente, apoiando aqueles que se aventuravam na oposição, como os padres Alúcio Neno, Diomar Lopes e Moisés Lindoso, envolvidos com a Pastoral Operária, Movimento de Educação de Base (MEB), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Nesse sentido, é importante também destacar a atuação de Milton Correia Pereira¹³, Bispo Auxiliar de Belém, que defendeu os jovens da JEC e da JUC, além dos padres que estavam sendo presos, perseguidos e ameaçados pelo Regime Militar, e aconselhou Frei Betto a retirar-se de Belém para evitar a prisão (Petit, 2014).

O grau de engajamento da Igreja Católica no Golpe Civil-Militar de 64 e sua relação com o Regime Militar revelam as tensões internas da instituição, as ligações com as elites

¹³ Dom Milton Correia Pereira nasceu em Cametá, Pará, em 1919, e faleceu em 1984, aos 64 anos. Foi ordenado padre em 1943 por Dom Jaime Câmara. Entre 1962 e 1967, atuou como bispo auxiliar de Belém. Em 1967, foi nomeado bispo da Diocese de Garanhuns, em Pernambuco, pelo Papa Paulo VI. Em 1973, tornou-se arcebispo coadjutor de Manaus. Em 1981, foi designado arcebispo metropolitano de Manaus pelo Papa João Paulo II

conservadoras, sejam elas econômicas ou políticas, e a influência política exercida por setores religiosos nesse momento crucial da história brasileira.

No âmbito político, a ascensão dos militares ao poder provocou mudanças profundas no cenário paraense. No Pará, houve a emergência de novos atores individuais, como Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, e, por conseguinte, a reorganização das lideranças políticas no estado, decorrente da extinção dos partidos políticos, incluindo o poderoso Partido Social Democrático (PSD), pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resultando no subsequente estabelecimento do bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como partido de apoio ao Regime Militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como partido de oposição moderada.

No entanto, é relevante salientar que o PSD, força política baratista fundada pelo próprio Tenente-Coronel Magalhães Barata, enfraqueceu-se com a cassação dos mandatos do Governador Aurélio do Carmo e do Prefeito de Belém Moura Carvalho, fragmentando-se na adesão ao bipartidarismo. A maioria de seus correligionários do interior do estado aderiu à ARENA, enquanto os de Belém se filiaram ao MDB (Petit; Velarde, 2013).

Concomitante ao contexto político-econômico e eclesial brasileiro e amazônico, nos países da América Latina que também vivenciavam ditaduras, Frei Betto (apud Lacerda, 2010) aponta o surgimento de diversos movimentos, a partir dos anos 70, que partiram da premissa de renovação da Igreja Católica e adoção de novos modelos pastorais, tais como 'sacerdotes do terceiro mundo', 'sacerdotes pelo socialismo' e 'Igreja Popular', presentes em países como Chile, Argentina, Uruguai e El Salvador, desvinculando-se da hierarquia tradicional da Igreja. Porém, no Brasil, as dinâmicas foram distintas, e a comunhão eclesial nunca foi rompida, por isso é compreender a Igreja no Brasil dentro do contexto eclesial latino-americano, impulsionada pelo Concílio Vaticano II.

Na América Latina, o episcopado com o anseio de pôr em prática as diretrizes estabelecidas pelo Concílio, convocou a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que foi realizada na cidade colombiana de Medellín, em 1968 e, dez anos depois, a III Conferência Geral do Episcopado realizada em Puebla/México (1978) [...] As atividades que surgiram no contexto da renovação que se seguiu ao Concílio Vaticano II finalmente começaram a influenciar a Igreja em todo o continente. Quando os bispos se reuniram em Medellín, adotaram novas resoluções que, pela primeira vez, não só denunciavam as estruturas existentes, acusando-as de terem como base a injustiça, a violação dos direitos fundamentais da população e a violência institucionalizada, mas também afirmavam a solidariedade da Igreja com a aspiração do povo à libertação de toda a servidão (Portella; Carvalho, 2022, p.212).

A partir desses encontros episcopais, emergiu o compromisso da "opção preferencial pelos pobres" e o reconhecimento, por parte dos bispos, da legitimidade da insurreição

revolucionária em determinadas circunstâncias (Löwy, 2016), isso revela, em nossa análise, uma percepção essencial considerando a história da América Latina e as posturas da Igreja Católica diante das contradições e conflitos no continente ao longo da segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Na Amazônia, o contexto eclesial do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín foi sistematizado no Encontro Inter-regional de Santarém em 1972, ocorrido em plena ditadura militar:

O encontro pastoral em Santarém representa, sem dúvida alguma, uma mudança significativa na vida de uma Igreja local que estava até então impregnada de um paternalismo expressivo e pouco inserida na complexidade da realidade social, política, étnica e cultural, como também na própria vastidão do espaço geográfico. O documento final, resultado de um longo e lento processo de tomada de consciência por parte dos bispos da região, dá testemunho do esforço de dotar a Igreja amazônica de uma nova dinâmica para, de um lado, responder aos novos conceitos eclesiológicos, querigmáticos, litúrgicos e catequéticos e, de outro lado, posicionar-se diante da introdução autoritária de grandes projetos desenvolvimentistas por parte de governo central (Arenz; Vasconcelos, 2014, p.191).

Diante do contexto eclesial delineado a partir do Concílio Vaticano II e suas adaptações na América Latina pela Conferência de Medellín e na Amazônia pelo Encontro de Santarém, contrastava-se com a realidade da Província Eclesiástica de Belém, liderada pela Arquidiocese de Belém sob a liderança de Dom Alberto Ramos¹⁴ "uma das principais lideranças morais e intelectuais dos conservadores paraenses" (Petit, 2016, p. 30). Esse contraste com os ares críticos e renovadores do Concílio aprofundou-se especialmente após a ascensão ao Papado de João Paulo II, que representou para a Igreja uma restauração e o retorno à grande disciplina:

Ele não se caracteriza por uma reforma, mas por uma contra-reforma. Ele representa a tentativa de sustar um processo de modernização (aggiornamento) que irrompera na Igreja a partir dos anos 60 e que estava tomando conta de toda a cristandade. João Paulo II, a pretexto de salvaguardar a identidade católica, deu uma freada vigorosa neste processo (Boff, 2014, p. 1).

Essa dicotomia teológica estabelecida no interior da Igreja Católica entre os que se dedicam à interpretação crítica da realidade e à implementação das diretrizes do Concílio Vaticano II, e os adeptos das concepções do Papa João Paulo II, é crítica em nosso objeto de

¹⁴Alberto Gaudêncio Ramos, nascido em Belém do Pará em 30 de março de 1915, foi um bispo católico brasileiro destacado. Ordenado sacerdote em 1939, desempenhou diversos cargos importantes na hierarquia católica, incluindo o de Bispo da Diocese do Amazonas em 1948. Em 1952, tornou-se o arcebispo mais jovem do mundo ao ser designado para a Província Eclesiástica de Manaus. Em 1957, assumiu como arcebispo da Arquidiocese de Belém do Pará. Conhecido por sua erudição, foi membro da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Conselho de Cultura do Pará. Participou ativamente do Concílio Vaticano II. Renunciou ao cargo em 1990 e faleceu em 1991, sendo sepultado na Catedral Metropolitana de Belém. Durante seu mandato, construiu várias instituições e atraiu diversas congregações religiosas para a Arquidiocese de Belém, além de publicar obras como "Cronologia Eclesiástica do Pará" e "Quatro Dias com o Papa".

pesquisa, pois constitui a base justificativa que orientava a gestão, as ideias pedagógicas e a prática educativa do IPAR, assim como as ações pastorais na realidade da Amazônia, bem como na relação da Igreja com a Ditadura Militar e os movimentos de resistência ao regime.

Desde os primórdios da colonização, a Igreja Católica exerceu um papel determinante na conformação da educação na Amazônia, inicialmente por meio da catequese e, posteriormente, por meio de instituições confessionais. Com o passar dos séculos, essa presença foi se adaptando às dinâmicas sociais, culturais e políticas da região, consolidando um catolicismo amazônico marcado pela religiosidade popular, pela diocesanização e pela ação articuladora da hierarquia eclesial. Na década de 1970, em meio ao agravamento das desigualdades sociais, ao avanço de grandes projetos de exploração econômica e ao endurecimento do regime militar, a Igreja na Amazônia redefiniu suas estratégias pastorais, priorizando a formação de agentes comprometidos com os direitos humanos e a justiça social.

Foi nesse contexto que se fortaleceu o Instituto de Pastoral Regional (IPAR), concebido pelos bispos do Pará e Amapá como resposta institucional aos desafios históricos e às urgências pastorais da região. Alinhado às diretrizes do Concílio Vaticano II, às inspirações da Teologia da Libertação e aos princípios de uma pedagogia libertadora, o IPAR constituiu-se como um espaço formativo voltado à emancipação das lideranças locais. Em meio às dificuldades logísticas, à escassez de recursos e à vigilância sistemática da ditadura, o Instituto não apenas resistiu, mas se afirmou como um ator político-educacional relevante, ampliando a presença da Igreja junto às populações historicamente marginalizadas da Amazônia.

Sua trajetória, entrelaçada às disputas internas da Igreja e aos embates com o Estado autoritário, revela não apenas um esforço de adaptação, mas sobretudo uma vontade de transformação da realidade regional. O IPAR inseriu-se criticamente nas tensões entre fé e política, tradição e mudança, espiritualidade e compromisso social, articulando sujeitos e práticas capazes de responder aos desafios do tempo presente.

Com base nesse panorama, cabe agora aprofundar a análise sobre os caminhos que levaram à criação do IPAR e as transformações institucionais que marcaram sua consolidação, especialmente durante a década de 1970, quando se firmaram suas diretrizes teológico-pedagógicas e seu compromisso com a formação de lideranças para a Amazônia.

3. FUNDAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO IPAR NA DÉCADA DE 70: DISPUTAS E CONFLITOS NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NA AMAZÔNIA.

Para traçar a cronologia do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) utilizaremos como fonte principal o livro memorial comemorativo dos 25 anos do IPAR denominado “IPAR: 25 anos de atuação na Amazônia 1971-1996”, escrito por Tea Frigerio¹⁵ (1996). Além disso, consultamos documentos dos arquivos da CNBB e do IPAR, assim como anuários católicos das dioceses, prelazias e arquidioceses brasileiras, articulando-os com o referencial teórico e metodológico citado anteriormente.

É fundamental destacar que a criação do IPAR se deu em um contexto de implementação de projeto de exploração de recursos naturais articulado com uma estratégia de controle territorial através de uma extensa rede de comunicações, abrangendo satélites, aeroportos e rodovias, como a Belém-Brasília¹⁶ e a Transamazônica¹⁷.

Esse cenário foi moldado, inicialmente, pela criação da Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, representando um marco inicial para a expansão das políticas de desenvolvimento na região, a criação da Amazônia Legal¹⁸, posteriormente, delineou uma vasta área de intervenção governamental por meio de organismos de fomento econômico, abrangendo mais da metade do território nacional. A partir de então, foram implantados grandes projetos voltados para a exploração mineral e da cobertura vegetal, como a extração da madeira, além da construção de hidrelétricas, que garantiriam a geração de energia suficiente para as indústrias extrativistas e agropecuárias, bem como a garimpagem

¹⁵ Maria Teodolinda Frigerio, conhecida como Tea Frigerio e de origem italiana, é uma Missionária de Maria (Xaveriana) atuante no Brasil desde 1974. Ela se destaca como uma das grandes biblistas em atividade no país e é uma das principais autoras da *Leitura Feminista e Popular da Bíblia no Brasil e no exterior*. Graduada em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Tea Frigerio também possui pós-graduação em Assessoria Bíblica pela Faculdade EST/Centro de Estudos Bíblicos (CEBI). Ao longo de sua carreira, esta intelectual católica desempenhou papéis significativos como assessora e professora de Sagrada Escritura no Instituto de Pastoral Regional (IPAR) de Belém do Pará. Durante o mesmo período, assumiu a coordenação do Departamento de Pastoral e atuou como diretora por dois mandatos, de 1994 a 1999. Além disso, foi coordenadora do Programa de Formação do CEBI e atuou como assessora do CEBI.

¹⁶ Trata-se da BR-010 que ligam a capital do país, Brasília (DF), à cidade de Belém (PA).

¹⁷ A BR-230, também conhecida como Rodovia Transamazônica, é uma rodovia federal transversal do Brasil, com uma extensão implantada de 4.260 km (ou 5.662,60 km, incluindo os trechos não construídos). Foi planejada para integrar melhor o Norte brasileiro com o resto do país e foi inaugurada em 27 de agosto de 1972, durante o governo do General Emílio Médici, ainda inacabada e com vários trechos sem asfalto, devido às suas enormes proporções.

¹⁸ A Amazônia Legal foi estabelecida pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que delimitou sua área abrangendo os Estados do Pará e do Amazonas, além dos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda partes dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Posteriormente, a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, modificou sua abrangência, incluindo os Estados do Acre, Pará e Amazonas, os Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e partes dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Mais recentemente, com a recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, a Amazônia Legal foi estabelecida nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão, na porção oeste do Meridiano 44°.

desordenada (Mata, 2007, p. 25), contribuindo para o surgimento de problemas sociais que persistem até o século XXI.

Frente a esse quadro, a Igreja Católica assumiria um papel fundamental que ia além da evangelização e da catequese. Por isso, a criação do IPAR refletiu de um modo particular, não apenas as complexas dinâmicas socioeconômicas da região, mas também representou uma resposta significativa da Igreja Católica diante dos desafios enfrentados durante o período do Regime Militar.

Em particular, o IPAR exerceu uma função crucial na formação de Lideranças, buscando promover uma atuação pastoral contextualizada e engajada junto às realidades locais, no entanto, é essencial destacar que, dentro da própria instituição eclesiástica, havia divergências e antagonismos, por um lado, havia uma tendência conservadora expressa pela eclesiologia¹⁹ da ‘ortodoxia romana’, caracterizada pelo alinhamento às diretrizes do Vaticano, refletindo na definição das prioridades pastorais, na forma de exercer o poder eclesiástico e na concepção da Igreja diante da política:

Lembrando o caráter “especificamente” evangelizador do catolicismo, ressalta-se a importância da catequese, da liturgia e resgata-se o sentido da tradição. É essa tradição que indica que a igreja é portadora de uma missão essencialmente religiosa. (...) Por um lado, desdobra-se numa redescoberta da teologia querigmática e no apelo a uma cristologia alimentada na soteriologia, no mistério e na escatologia (...) esclarece-se que a obediência dos bispos é à Roma, e não a CNBB. Em cada país, não há uma igreja própria, uma vez que todos obedecem à que foi fundada por Jesus e confiada a Pedro. As Conferências Episcopais não tiram do responsável de cada diocese a obrigação de ser fiel ao papa (Esquivel, 2013, p.70-71).

A fundamentação dessa eclesiologia está na sua ligação com o magistério romano; no período nevrálgico do Golpe de 64, expoentes dessa eclesiologia, como o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Jaime Câmara e os Arcebispos de Porto Alegre Dom Vicente Scherer e de Diamantina Dom Geraldo Sigaud, expressaram apoio à deposição do Presidente João Goulart e à instalação do regime militar, conforme evidenciado no Volume II do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade:

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria

¹⁹ É o campo de estudo que se dedica a compreender a natureza, estrutura e missão da Igreja Católica dentro da sociedade e no contexto histórico. Ele aborda não apenas os aspectos doutrinários e litúrgicos da instituição, mas também como a Igreja opera em seu ambiente, seus relacionamentos com a sociedade civil e política, e os princípios que orientam suas ações nesses âmbitos. Esse conceito reflete uma visão abrangente da Igreja, considerando seu papel tanto espiritual quanto social (Esquivel, 2013).

capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.396).

Por outro lado, existia uma tendência progressista que advogava uma evangelização intrinsecamente ligada à defesa dos direitos humanos, à luta contra as injustiças sociais e à promoção da igualdade que se subsidiava em uma eclesiologia de ‘enraizamento social’ que considerava que,

A afirmação do Concílio Vaticano II de que da missão religiosa decorrem luzes e forças que auxiliam a construção de uma sociedade justa e fraterna conforma o alicerce da função crítica e profética da Igreja. A presença da instituição eclesiástica na sociedade é entendida como uma atitude de serviço, de obrigatoriedade e de coerência, evangélica. Seguindo a caminhada histórica empreendida por Jesus Cristo, a organização da vida social sob parâmetros de verdade e justiça torna-se uma exigência para a práxis da Igreja. Procura-se uma harmonia entre ação pastoral e engajamento político. O desafio centra-se em traduzir o compromisso principal – a tarefa de evangelizar – numa proposta de transformação social, atendendo preferencialmente aos pobres e excluídos (Esquivel, 2013, p.79).

A tensão política-ideológica e eclesiológica dentro da Igreja Católica, conforme aponta Cancian (2017), ampliou-se dramaticamente em decorrência da crise da sociedade brasileira, acentuada pela polarização entre as elites políticas nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, evidenciando a complexidade do contexto político e social. Apesar das divergências internas, segundo Becker (2004), a Igreja era a única organização que detinha autoridade e força política suficientes para se opor à Ditadura militar em seu aparato repressivo, que oprimia movimentos sociais, sindicais, estudantis, imprensa e lideranças religiosas.

A desafiadora tarefa de formar lideranças na Amazônia, crucial para a Igreja Católica, encontrava no IPAR uma ferramenta fundamental, entretanto, o Instituto deveria seguir as diretrizes formativas de caráter filosófico, teológico e pedagógico provenientes da Santa Sé, a exemplo do decreto pontifício sobre a formação sacerdotal “*Optatam Totius*”²⁰, assinado pelo Papa Paulo VI em 28 de outubro de 1965.

Foi nesse cenário que o IPAR percorreu uma trajetória histórico-educacional que envolveu diversos agentes pastorais atuando, segundo nossa perspectiva, como intelectuais orgânicos, tanto religiosos, catequistas, seminaristas e padres, em diversos serviços, organismos e movimentos da Igreja Católica na região, e eventualmente, alcançando outros públicos, sejam

²⁰ É um documento do Concílio Vaticano II, aprovado em 28 de outubro de 1965 com o título em latim “(Renovação) Desejada de Toda (a Igreja)”. No entanto, é controverso, estando associado a uma significativa queda nas vocações sacerdotais no Ocidente. Apesar de líderes eclesiais atribuírem esse declínio à secularização, historiadores apontam eventos como a revolução sexual de 1968 e a reação à encíclica *Humanae vitae*, do Papa Paulo VI, publicada em 25 de julho de 1968, como causas adicionais. Alguns estudiosos sugerem que a diminuição das vocações pode ter sido, ao menos parcialmente, intencional, buscando desclericalizar a igreja e permitir uma formação de clero mais diversificada e pluralista.

adeptos de outras denominações religiosas, sejam ateus ou estudiosos do catolicismo (Frigeiro, 1996). Dessa forma, o IPAR formou gerações de lideranças religiosas que se dedicaram à evangelização, à catequese e ao ativismo social e político na Amazônia, entre as quais destacamos seis ex-alunos²¹ que foram nomeados bispos pelo Vaticano.

Como um aparelho privado de hegemonia, o IPAR está intrinsecamente ligado à história da Igreja Católica na Amazônia, em uma trajetória caracterizada por uma complexa relação de continuidades e rupturas que refletem as disputas internas dentro da Igreja em relação às concepções pastorais, teológicas e educativas. Além disso, destacamos uma controvérsia subjacente à própria natureza da região amazônica: enquanto para o Estado brasileiro, trata-se de uma fronteira econômica²², para a Igreja Católica é um espaço de missão e evangelização.

Nessa perspectiva, ao analisar o IPAR, cremos ser essencial considerar os territórios e as territorialidades²³ envolvidas, levando em conta as dificuldades logísticas de transporte e comunicação na vasta região em que atua e compreender as desigualdades sociais agravadas pela política de desenvolvimento econômico implementada pelo governo federal na segunda metade do século XX, pois esses são aspectos que contextualizam sua atuação dentro de um cenário complexo, no qual a Igreja buscava não apenas consolidar sua presença, mas também enfrentar desafios socioeconômicos e culturais peculiares.

Nessa conjuntura, o IPAR atuava conforme as atribuições estabelecidas na ata de fundação (1971), que consistiam no ensino e na pesquisa no território do Regional Norte II, abrangido nos estados do Pará e do Amapá, seu principal objetivo era assessorar os bispos da região no que diz respeito à formação de agentes pastorais, especialmente os futuros padres, fazendo com que o Instituto se tornasse uma estrutura indispensável da Igreja Católica na Amazônia, mobilizando e sensibilizando diversos sujeitos sociais para os fins da formação acadêmica empreendida, desafiando mulheres e homens da época.

²¹ São eles: Gilberto Pastana de Oliveira foi nomeado bispo da Diocese de Imperatriz-MA, onde permaneceu entre 2005 e 2016. Posteriormente, foi transferido para a diocese de Crato-CE, permanecendo nela de 2016 a 2021, e atualmente ocupa o cargo de arcebispo de São Luís-MA; José Maria Chaves dos Reis foi nomeado bispo da Diocese de Abaetetuba-PA em 2013; Fernando Barbosa dos Santos assumiu o episcopado da prelazia de Tefé-AM, onde permaneceu de 2014 a 2021, sendo posteriormente transferido para a Diocese de Palmares-PE em 2021; Manoel de Oliveira Soares Filho foi nomeado bispo da Diocese de Palmeira dos Índios-AL em 2019; Evaldo Carvalho dos Santos assumiu o bispado de Viana-MA em 2019; Raimundo Possidônio Carrera da Mata foi nomeado bispo-coadjutor de Bragança-PA em 2022.

²² De acordo com Castro e Campos (2015), na década de 1970, o conceito de fronteira foi amplamente utilizado em análises sobre a Amazônia, com o objetivo de compreender as dinâmicas nas novas áreas e os fluxos migratórios dirigidos e espontâneos atraídos pelos programas de colonização. No entanto, esses projetos de colonização estavam subordinados a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país.

²³ Vasconcelos e Albarado (2020) afirmam que compreender os sentidos do território e da educação nos diálogos sobre a Amazônia é fundamental para desvendar o que está em disputa no processo de formação humana nesse espaço de sociobiodiversidade. Isso ocorre porque diferentes perspectivas sobre os usos do território e as relações sociais e de poder são construídas na teia do espaço amazônico.

A força que os impulsionou a sonhar e a realizar o que era considerado impossível encontrou eco nos homens e mulheres que lendo a história deram origem a esta casa. Não somente uma casa de pedras, mas uma casa construída pelas pessoas que por ela passaram e acreditaram na sua proposta. Pessoas de fê ativa, ouvidos abertos para ouvir o que a história tinha a falar, olhos alerta para enxergar a realidade, mente ágil na procura dos caminhos a percorrer como resposta aos sinais dos tempos. Pessoas de uma caridade sem fronteiras, testemunhada na solidariedade, na luta, no conflito, na realização dos projetos de formação, no serviço de acolhida, no empenho de tornar o Instituto a casado Regional. Pessoas imbuídas de esperança teimosa, pois a utopia de uma sociedade diferente foi e é sonho nunca esquecido, mas sempre vivo na certeza de que “sonho que sonha só pode ser pura ilusão, sonho que se sonha juntos é sinal de solução (Frigeiro, 1996, p.13).

Além de ser o meio para viabilizar a formação seminarística, tanto filosófica quanto teológica, necessária para a ação pastoral da Igreja Católica na Amazônia, o IPAR era o espaço para aqueles alinhados com o que Frigeiro (1996) denominou como a "utopia de uma sociedade diferente". Essa utopia reflete as concepções advindas do Concílio Ecumênico Vaticano II, da Encíclica *Populorum Progressio*²⁴ do Papa Paulo VI e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín, cuja sistematização ocorreu na Amazônia segundo Arenz e Vasconcelos (2014) nos Encontros Inter-Regionais dos Bispos da região, especialmente no IV Encontro em 1972, em Santarém, sendo o instituto depositário dessas concepções.

O IPAR, apesar de fundado em 1971, iniciou suas atividades educativas em 1973, emergindo como uma instituição educacional no contexto pós-Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín de 1968 e do Encontro de Santarém de 1972. O IPAR busca influenciar a formação de lideranças e agentes pastorais alinhados com os princípios e valores renovados da Igreja Católica, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e assessoria aos bispos da região, o IPAR visa disseminar uma visão de mundo e uma consciência crítica que promovam os interesses da Igreja, especialmente em relação aos princípios da "Encarnação na realidade" e da "Evangelificação libertadora" (Documento de Santarém, 1972). Assim, ao moldar a

²⁴ A encíclica "Populorum Progressio", escrita pelo Papa Paulo VI e publicada em 26 de março de 1967, destaca-se como uma das obras mais significativas na história da Igreja Católica. Apesar de ter enfrentado críticas, especialmente por parte dos setores mais conservadores, sua relevância é inegável, principalmente ao abordar o direito dos povos à insurreição revolucionária, ressaltando casos de "tirania evidente e prolongada que ofenda gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudique o bem comum do país". Dedicada à cooperação entre os povos e focada nos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, a encíclica denuncia o crescente desequilíbrio entre as nações ricas e pobres, critica o neocolonialismo e reforça o direito universal ao bem-estar. Uma proposta ousada apresentada é a criação de um amplo Fundo mundial, financiado por uma parcela das despesas militares, destinado a socorrer as regiões mais desfavorecidas. O texto não se limita a abordar questões econômicas; também oferece críticas ao "liberalismo sem freios", que resulta no "imperialismo internacional do dinheiro", e à "coletivização integral e à planificação arbitrária", que privam os indivíduos de liberdade e dos direitos fundamentais da pessoa humana. Dessa forma, "Populorum Progressio" destaca-se como uma obra visionária, não apenas por seu olhar crítico sobre as disparidades globais, mas também pela proposição de soluções concretas e por seu apelo à justiça social, liberdade e respeito aos direitos humanos.

formação acadêmica e ideológica de seus educandos, o IPAR não deixa de exercer influência na construção de uma concepção progressista²⁵ da Igreja Católica na Amazônia.

Ao nosso ver, o IPAR precisa ser compreendido à luz do Encontro de Santarém, que reconheceu a ausência de meios, estruturas e pessoas preparadas na Igreja da Amazônia (Arenz; Vasconcelos, 2014), deficiências, reconhecidas pelos bispos que conferem ao Instituto um papel estratégico diante das prioridades pastorais da Igreja na Amazônia, especialmente no que tange à formação de agentes de pastoral.

Esse papel estratégico se deve aos desafios da evangelização na Amazônia e à condição do Instituto como Instituição Educacional. Diante desse cenário, como historiadores da educação, cabe-nos não somente compreender, mas também explicar sua realidade histórica, de modo a “integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência” (Magalhães, 2007, p. 70).

Outro aspecto importante dessa trajetória são as transformações que a instituição sofreu desde a sua fundação, movendo-se com os sujeitos, enfrentando conjunturas adversas, assumindo atribuições regimentais e confrontando-se com os interesses da hierarquia. A esse respeito, é fundamental considerar a caracterização que Rodríguez (2013) propõe sobre a instituição educativa como organização social, constituída em sua totalidade por um plano histórico e pedagógico, que recebe influência social e cultural do meio em que está inserida, essa caracterização traduz a singularidade e relevância de suas ações e atividades formativas.

Como instituição educativa, entendemos o IPAR como um Aparelho Privado de Hegemonia, inserido no conjunto de instituições que Gramsci (2000) denominou de Sociedade Civil, espaço que abrange todas as instituições fora do aparato governamental, tais como escolas, igrejas, sindicatos, mídia e organizações culturais. O conceito de "Aparelho Privado de Hegemonia" refere-se às instituições da sociedade civil que exercem influência ideológica e cultural na formação da opinião pública e na construção da hegemonia de determinados grupos ou classes sociais.

O termo "privado" indica que essas instituições não são controladas diretamente pelo governo ou pelos governantes, mas por setores privados da sociedade. Dessa forma, o sistema educacional, incluindo Instituições Educacionais como o IPAR, busca organizar a cultura

²⁵ o termo "progressista" é utilizado para designar as concepções teológicas, filosóficas, políticas e educativas advindas do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín de 1968, do Encontro de Santarém de 1972 e da Teologia da Libertação, que enfatizam uma abordagem renovadora e comprometida com a justiça social e a promoção dos direitos humanos.

promovendo a formação de lideranças, especialmente clérigos, ao mesmo tempo que mantém sua relação com o Estado e os movimentos sociais.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia desempenham um papel crucial na formação cultural e na construção da hegemonia, contribuindo para a criação de consenso e controle político, por essa razão, são considerados espaços de disputa pela hegemonia, nos quais as relações de direção e organização se manifestam; essas dimensões são indissociáveis no processo de dominação, no qual as classes dirigentes e as classes subalternas competem pela hegemonia através da construção de consensos e valores que refletem suas visões de mundo.

No que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa, podemos inferir que o IPAR atua na formação de "intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política" (Gramsci, 1982, p.14). Por isso, acaba por ser um ambiente de disputa estabelecida entre duas concepções político-teológicas de bispos e teólogos do Regional Norte 2: um grupo denominado como "progressistas", alinhado com os princípios do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín, do Encontro de Santarém e, pretensamente, da Teologia da Libertação latino-americana; e outro grupo, aqui denominado de "Conservadores".

Este último reconsiderou sua posição em relação ao conteúdo e à forma do curso seminarístico do instituto, influenciados pelas concepções do Papa João Paulo II eleito em 1978, tais concepções foram denominadas por Libânio (1983) como a "volta da velha disciplina", Essa polarização viria a refletir não apenas diferenças teológicas, mas também questões políticas e ideológicas que permearam a atuação desses grupos na região.

Em seu interior, portanto, configura-se uma disputa entre intelectuais que desempenham sua função de direção e construção de consensos na perspectiva transformadora "libertadora", em confronto com aqueles que defendem a manutenção do *status quo*, de submissão às diretrizes da Igreja tradicional.

3.1 Cronologia do IPAR: Criação, institucionalização e sujeitos históricos

Durante o período de 1973 a 1977, a trajetória histórico-educacional do IPAR se deu em um contexto geopolítico dominado pela Guerra Fria e pelo anticomunismo, nesse cenário, o anticomunismo exerceu forte influência não só nas relações políticas e econômicas, mas também em aspectos culturais, sociais e religiosos em todo o mundo, com destaque para a América do Sul. Como demonstra o Manifesto ao Povo do Pará, publicado na Folha do Norte em 2 de abril de 1964, encomendado pelo Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA),

General Orlando Ramagem, ao Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, e assinado por lideranças políticas em apoio ao Golpe de 64:

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais [...], que logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiados e enxovalhados pela mais despudorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público (Passarinho, 1990, p. 105-106 apud Petit; Cuéllar, 2012).

O anticomunismo desempenha um papel crucial no texto ao se apresentar como um elemento unificador na adesão ao movimento golpista que se espalhou pelo país, ele é apresentado como um elemento que une a classe dirigente paraense, sob a bandeira da restauração do princípio da autoridade e dos fundamentos da organização militar, tais como disciplina e hierarquia.

Além disso, é importante perceber o repúdio ao comunismo, caracterizando-o como uma força atea e tirânica, em oposição aos valores compartilhados de amor à pátria e aos valores cristãos presentes na sociedade paraense, assim, o anticomunismo emerge como um elemento central na coesão e mobilização das forças que buscam preservar a ordem e resistir às supostas ameaças representadas pela ideologia comunista.

Observa-se que o fenômeno do anticomunismo foi expressivo, na medida em que representava uma força legitimadora da classe dirigente para identificar e neutralizar a influência comunista na sociedade civil e no aparato do Estado; podemos inferir a partir deste manifesto que o anticomunismo foi um elemento basilar dos apoiadores do Golpe de 64, que estabeleceu o regime que perdurou até 1985. O movimento golpista e anticomunista teve repercussões profundas em várias esferas da vida nacional, incluindo o ambiente educacional e religioso, no qual o IPAR estava inserido.

O contexto de vigilância e repressão ideológica moldou não apenas as práticas pedagógicas e pastorais, mas também as relações interpessoais no ambiente educacional e as relações políticas da instituição com o governo militar e os bispos, no entanto, é fundamental atentar que o Instituto era uma instituição educacional fundada e mantida pelos bispos Católicos no âmbito da Conferência Episcopal para a formação de lideranças, especialmente padres, e,

por isso, deve ser compreendido como parte integrante da Igreja Católica, assim, não operava em um vácuo, mas sim em um ambiente de intensa disputa ideológica e controle político, que inevitavelmente deixou sua marca em sua história e atuação.

Ao analisarmos o papel da Igreja Católica durante a ditadura militar, podemos inferir que ela desempenhou um papel complexo, com alguns setores opondo-se firmemente ao regime autoritário e outros buscando uma coexistência, a diversidade dessas relações entre os setores da Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil é um tema vasto e controverso, que suscita discussões sobre resistência, colaboração e as complexidades da atuação eclesiástica em um contexto de repressão política.

Dito isso, é consequente que o IPAR tenha enfrentado desafios e pressões consideráveis, especialmente devido ao contexto histórico em que estava inserido. Ao examinarmos a trajetória dessa instituição, torna-se essencial analisar a interseção entre os eventos globais e os acontecimentos nacionais e regionais, somente ao considerar essa complexa teia de influências é possível compreender a importância do IPAR na História da Educação na Amazônia.

Na esfera eclesial, a atuação do IPAR está relacionada aos marcos históricos da Igreja Católica na segunda metade do século XX, um desses marcos foi o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que introduziu inovações teológicas e pastorais alinhadas com as demandas contemporâneas. Conforme salientado por Arenz e Vasconcelos (2014, p. 168), "os impactos das decisões fizeram-se sentir, de uma forma ou de outra, até às regiões mais longínquas e afastadas do planeta, como a bacia amazônica".

Esse reconhecimento evidencia a influência global dessas diretrizes e sua repercussão direta na dinâmica das Instituições Educacionais católicas, incluindo o IPAR, também é importante destacar a importância da Encíclica *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI, dedicada à cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento, com uma denúncia ao agravamento do desequilíbrio entre países ricos e pobres, à crítica ao neocolonialismo e à afirmação do direito de todos os povos ao bem-estar.

Segundo Aquino Junior, "é importante destacar que esta encíclica coloca a situação e os problemas dos países pobres e subdesenvolvidos no centro das preocupações sociais da Igreja e teve uma importância decisiva na Conferência de Medellín" (Aquino Junior, 2022, p.13). Portanto, percebe-se o elo entre a Encíclica *Populorum Progressio* e a Conferência de Medellín para a atuação de setores da Igreja Católica na busca por justiça social e na promoção dos direitos dos mais desfavorecidos na América Latina.

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) desempenhou um papel crucial na História da Igreja na América, segundo Siqueira, Batista e

Teodoro-Silva (2018), ao adaptar as inovações do Concílio Vaticano II à realidade latino-americana, emergiu uma forma original de fazer teologia: a teologia da libertação e sua opção pelos pobres, destacando as questões sociais e econômicas. Desse modo, Medellín contribuiu para uma abordagem mais contextualizada da fé, integrando-a aos desafios específicos enfrentados pelos fiéis no continente, imprimindo uma identidade própria à igreja na América Latina.

Na Amazônia, os encontros inter-regionais dos bispos, iniciados em 1952, ganharam destaque, especialmente nos encontros em Santarém (1972) e Manaus (1974), esses eventos permitiram uma discussão mais aprofundada sobre os desafios específicos da região, incluindo questões sociais, ambientais e pastorais, à luz das mudanças trazidas pelo Concílio e pelas orientações de Medellín.

A eleição do Papa João Paulo II em 1978 foi um momento de grande importância para a Igreja Católica na segunda metade do século XX, sua ascensão ao papado representou, conforme a expressão de Libânio (1983), a "volta da Grande Disciplina", marcando uma ênfase renovada na ortodoxia doutrinária e nas práticas tradicionais, refletindo uma busca por continuidade e estabilidade após o período de mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II.

Dessa forma, ao considerar o impacto desses eventos na Igreja Católica da Amazônia, é possível perceber como as dinâmicas da Igreja, suas inovações e as mudanças de perspectivas influenciaram diretamente a atuação do IPAR, moldando suas práticas educativas, sua organização institucional e o posicionamento dos sujeitos que atuavam, seja na direção, na docência ou entre o alunado, diante dos desafios amazônicos na década de 70.

Nesse sentido, o IPAR era uma ferramenta vital no funcionamento da Igreja Católica na Amazônia, uma vez que, sendo uma instituição educacional que atuava para a formação de lideranças, contribuía para a propagação da perspectiva que advinha do Concílio Vaticano II, ao atuar na capacitação de agentes pastorais, a instituição se tornou também um elemento ativo na definição de estratégias e abordagens frente aos desafios específicos da Amazônia. Assim, sua atuação não apenas reflete uma resposta adaptativa, mas também uma contribuição significativa para a vitalidade da Igreja Católica na Amazônia.

O IPAR foi fundado em 11 de novembro de 1971 com o propósito de promover o ensino e a pesquisa voltados para o serviço da Igreja na Amazônia, abrangendo o território do Regional Norte 2 da CNBB, que compreendia os estados do Pará e Amapá, esse objetivo, por sua vez, se desdobrava de forma objetiva na formação de lideranças, especialmente padres, para atuar na região. Conforme estabelece a ata de fundação:

Figura 5: Ata de fundação do IPAR (frente)

A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, REGIONAL NORTE II CNBB NORTE II, reunida em Assembleia Geral, na cidade de Belém sede da Arquidiocese de Belém, presentes os seguintes membros: Eurico Krautler, Bispo Prelado do Xingu, Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém, Angelo Froisi, Bispo Prelado de Abaetetuba, Angelo Rivato, Bispo Prelado de Ponta de Pedras, José Maritano, Bispo Prelado de Macapá, Tiago Ryan, Bispo Prelado de Santarém, Estevão Cardoso Avejar, Bispo Prelado de Marabá, Henrique Riomsdag, Administrador Apostólico de Cametá, Aquílio Alvarez Diez, Bispo Prelado de Marajó, Eliseu Caroli, Bispo Prelado de Guama, Tadeu Henrique Prost, Bispo Auxiliar de Belém, foi liberada por unanimidade, no dia 11 de novembro de 1971, criar o INSTITUTO de PASTORAL REGIONAL (IPAR - BELÉM), criado e mantido pela CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, através da Comissão Episcopal Regional Norte II - CER Norte II, destinado principalmente ao ensino e pesquisa e voltado para o serviço da Igreja na Amazônia, sobretudo na área do Regional Norte II, aprovando o seu Regimento Interno que vai em anexo, bem como elegendo, como membros do seu Conselho Diretor, os seguintes Srs. Bispos: Dom Alberto Gaudêncio Ramos, Dom Tadeu Henrique Prost, Dom Angelo Froisi e delegando a estes Srs. Bispos encargo de recolher o seu primeiro Diretor e seu primeiro Vice-Diretor.

A Assembleia Geral considerou empossados e em pleno exercício de suas funções, os membros do Conselho Diretor, com os encargos acima especificados.

Belém do Pará, 11 de novembro de 1971.

AS.)

+ *Alberto Ramos*
Alberto Gaudêncio Ramos
Arcebispo de Belém

+ *Eurico Krautler*
Eurico Krautler
Bispo Prelado do Xingu

+ *Angelo Froisi*
Angelo Froisi
Bispo Prelado de Abaetetuba

+ *Angelo Rivato*
Angelo Rivato
Bispo Prelado de Ponta de Pedras

+ *Jose Maritano*
José Maritano
Bispo Prelado de Macapá

+ *Tiago Ryan*
Tiago Ryan
Bispo Prelado de Santarém

+ *Estevão Cardoso Avejar*
Estevão Cardoso Avejar
Bispo Prelado de Marabá

+ *Henrique Riomsdag*
Henrique Riomsdag
Administrador Apostólico de Cametá

Fonte: Arquivo do IPAR

Figura 6: Ata de fundação do IPAR (verso)

- 2 -

+ *Aquilio Alvarez Diez*
Aquílio Alvarez Diez
Bispo Prelado de Marajó

+ *Eliseu Caroli*
Eliseu Caroli
Bispo Prelado de Guama

+ *Tadeu Prost*
Tadeu Henrique Prost
Bispo Auxiliar de Belém

Fonte: Arquivo do IPAR

Contudo, é fundamental ressaltar a relevância de Dom Alberto Ramos nesse estágio inicial do IPAR, sua posição como titular da arquidiocese de Belém, representando a diocese mais antiga da Província Eclesiástica, composta por diversas dioceses sufragâneas do Pará e Amapá, conferia a esse clérigo um lugar de destaque entre os bispos; a liderança eclesial de Dom Alberto o destaca como uma figura significativa nesse processo, sua influência foi evidente na composição do primeiro conselho diretor do IPAR, formado por seu bispo auxiliar, Dom Tadeu Prost²⁶, e por Dom Angelo Frosi²⁷, ordenado bispo por Dom Alberto e seu sucessor na presidência do Regional Norte 2 da CNBB, esse Conselho Diretor, por sua vez, teria a responsabilidade de selecionar o diretor e o vice-diretor do instituto.

É importante destacar que a fundação do IPAR não ocorreu isoladamente, pois os bispos do Regional Norte 1 da CNBB, que abrangia os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre e estava sediado na Arquidiocese de Manaus, criaram o Centro de Estudos de Comportamento Humano²⁸ (CENESC) com fins similares aos do IPAR. Deve-se pontuar que desde 1970, a Igreja Católica da região Norte I da CNBB vinha se dedicado à formação

²⁶ Tadeu Prost, nasceu em 6 de dezembro de 1915, foi um frade franciscano norte-americano que se destacou como bispo auxiliar da Arquidiocese de Belém. Atuou nas missões franciscanas na região do rio Tapajós, na Amazônia, desempenhando diversas atividades religiosas e educacionais, incluindo o cargo de vigário em Belterra, procurador da Prelazia de Santarém, visitador da Ordem Franciscana e capelão do Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, em Belém. Nomeado bispo auxiliar da Arquidiocese de Belém do Pará pelo Papa João XXIII em 23 de agosto de 1962, Tadeu exerceu essa função de 1962 a 1992, durante os mandatos de Dom Alberto Ramos e Dom Vicente Zico. Aos 76 anos, em 13 de março de 1992, renunciou ao cargo episcopal. Posteriormente, devido a uma grave enfermidade, fixou residência nos Estados Unidos, onde faleceu em 1994, aos 78 anos de idade.

²⁷ Angelo Frosi foi um bispo católico xaveriano e o segundo bispo da Diocese de Abaetetuba (Pará). Ele nasceu em 31 de janeiro de 1924, em um pequeno município da província de Cremona, na Itália. Após estudar no Seminário da diocese de Cremona, ingressou no noviciado dos Missionários Xaverianos em 1940 e fez sua primeira profissão como Missionário Xaveriano em 8 de setembro de 1941. Entre 1941 e 1947, residiu em Parma, onde estudou filosofia e os três primeiros anos de teologia. Em seguida, foi enviado para a comunidade de Holliston, nos Estados Unidos, para concluir seus estudos teológicos. Foi ordenado sacerdote em 6 de maio de 1948 e também se formou em História em Boston. Durante sua estadia nos Estados Unidos, trabalhou como promotor vocacional e ecônomo. De 1962 a 1964, ocupou o cargo de superior regional, que incluía as comunidades xaverianas do México. Nomeado bispo de Abaetetuba (Pará) pelo Papa Paulo VI, recebeu a ordenação episcopal em 1º de maio de 1970, das mãos de Dom Alberto Gaudêncio Ramos, Dom Tadeu Prost, OFM, e Dom José Maritano, PIME. Iniciou seu longo serviço pastoral na prelazia de Abaeté do Tocantins, que se tornou a diocese de Abaetetuba em 1981. Entre 1971 e 1979, Dom Angelo foi presidente da Região Norte II da CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil) e, de 1979 a 1983, foi responsável pela Linha Missionária. Nos últimos anos, também desempenhou a função de responsável pela pastoral vocacional da Região Norte II. Durante a Assembleia anual da CNBB em Itaici, São Paulo, em 1995, sofreu um ataque cardíaco e foi transferido para o hospital, onde faleceu em 28 de junho de 1995, aos 71 anos de idade.

²⁸ O Instituto, inicialmente denominado Instituto de Pastoral da Amazônia (IPAM), teve seu início em 1970, oferecendo cursos de Filosofia e Teologia. Ao longo dos anos, passou por duas mudanças de nome, tornando-se o Instituto de Teologia e Ciências do Comportamento Humano (ITECIC) e, posteriormente, o Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Durante o período de 1987 a 1998, estabeleceu parceria com a Universidade Santa Úrsula (RJ). Expande seus cursos incluindo áreas como Aprofundamento Teológico e Teologia para candidatos ao Diaconato Permanente. Em 2005, a Associação Amazônica para a Pesquisa e Educação Cristã (AAPEC) foi criada com o intuito de ampliar a formação teológica na região, resultando na fundação do Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior da Amazônia (ITEPES). Em 2021, foi estabelecida a Faculdade Católica do Amazonas (FCA) com o objetivo de oferecer uma formação teológica de alta qualidade e adaptada à cultura local.

teológico-pastoral e espiritual de lideranças comprometidas com a sociedade amazônica. Tanto o IPAR quanto o CENESC nasceram de uma visão mais crítica dos bispos amazônicos, com a expectativa de desenvolver suas atividades de ensino e pesquisa a partir da realidade dos habitantes da região (Arenz; Vasconcelos, 2014).

Um ano após a fundação do IPAR, em maio de 1972, ocorreu o Encontro Inter-regional dos bispos da Amazônia na cidade de Santarém-PA, onde foram definidas as Linhas Prioritárias da Pastoral na Amazônia (LPPA), orientadas por dois princípios fundamentais: a evangelização libertadora e a encarnação na realidade à luz da opção preferencial pelos pobres. Foram estabelecidas quatro prioridades pastorais: formação de agentes de pastoral, comunidades cristãs de base, pastoral indígena e atuação nas estradas e frentes pioneiras (Encontro da Pastoral da Amazônia, 1972). De acordo com Mata (2002), esse encontro foi crucial para a região, pois representou:

um marco histórico da caminhada da Igreja na região amazônica, que deu à luz um documento que se tornou, como disse um bispo na ocasião, “a certidão de batismo da Igreja na Amazônia”, dado que, a partir desse momento, mudanças substanciais e fundamentais começaram a acontecer na missão evangelizadora da Igreja, e que teria um longo alcance (Mata, 2002, p.25).

Considerando os princípios fundamentais das LPPA, as prioridades pastorais estabelecidas pelos bispos reunidos em Santarém e a natureza educativa e de assessoramento do IPAR, foi celebrado um convênio²⁹ entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio da Comissão Episcopal Regional – Norte II, e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse convênio tinha o objetivo de atender à necessidade de uma formação seminarística em caráter filosófico-teológico para a Arquidiocese de Belém e demais dioceses e prelazias do Pará e Amapá, isso resultou na criação de um curso de Teologia em nível superior na Universidade Federal do Pará, previsto para iniciar no 2º semestre de 1974. No entanto, o curso começou a funcionar no 1º semestre de 1973, a Resolução do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA, de número 158, datada de 19 de junho de 1973, estabeleceu que o curso de graduação em Teologia teria a oferta de 15 vagas, com início no primeiro semestre de 1973 e que teria:

[...] assegurado entre outras cláusulas que: o curso seria da universidade e funcionaria em seus aposentos e sob a sua direção, sendo aberto a clérigos, religiosos e leigos, desde que aprovados em vestibulares; o programa acadêmico seria preparado conjuntamente pela UFPA e a CER-Norte II; os professores da área teológica, bíblica e moral, seriam de responsabilidade da CER-Norte II, ao passo que os demais seriam

²⁹ O convênio foi celebrado em 9 de novembro de 1972; no entanto, ele só foi homologado pelo Conselho Universitário da UFPA por meio da Resolução Nº 23, de 9 de maio de 1977.

da Universidade; e além disto, assegurava que o curso deveria receber até o ano de 1977 a aprovação do Ministério da Educação (Frigeiro, 1996, p.71).

Conforme aponta Frigeiro (1996), o Pará foi o primeiro estado a ter um curso universitário de Teologia conveniado com uma instituição federal, essa singularidade apresentou dois aspectos importantes a serem considerados: o primeiro refere-se ao fato de que o Estado brasileiro, por meio da Universidade Federal do Pará, propunha colaborar com a formação teológica que seria apropriada por líderes religiosos, agentes pastorais e, sobretudo, seminaristas postulantes ao sacerdócio católico, desconsiderando tacitamente a separação entre o Estado e a Igreja prevista no Inciso II do Artigo 9º da Constituição de 1967.

O segundo aspecto a ser destacado é que, em 1972, o país estava sob um regime ditatorial, mantendo um estado autoritário, enquanto membros da Igreja Católica assumiam posturas críticas em relação ao governo, essa cooperação do estado brasileiro, através da UFPA, na criação do curso de Teologia, contradizia a postura crítica de setores da Igreja em relação ao governo autoritário dos militares e à classe dirigente, essa contradição ficou evidente com a prisão em 1976 dos bispos da Prelazia de Marabá Dom Alano Pena, que foi o primeiro diretor do IPAR, e o Conceição do Araguaia Dom Estevão Avelar.

Dessa forma, o IPAR se constituiu como um arranjo eclesial, político e educacional que visava atender à demanda educativa da Igreja Católica, principalmente para a formação de sacerdotes, com a colaboração de uma universidade federal em um regime ditatorial, é evidente que o equilíbrio desse arranjo político e educacional era tênue, sobretudo quando se considera a postura crítica da Igreja Católica em relação à realidade amazônica, conforme apontado anteriormente, e o caráter predatório e autoritário da política de desenvolvimento do governo civil-militar para a região, esse contexto acelerou conflitos que foram assumidos pela igreja, pela posição de bispos, padres, religiosos e pastorais sociais.

Durante o período militar a ação do Estado sobre a região tinha como elemento discursivo central a política de integração, desenvolvimento e colonização. O que podemos notar ao longo desse período é a preponderância da ideia de fronteira estabelecida por Oliveira Vianna. A ideia de outro Brasil e de uma unidade nacional enquanto equacionadora dos problemas brasileiros foi a tônica das ações do Estado. Ou seja, o Estado definiu, com base em elementos empíricos, que a Amazônia era uma fronteira aberta para compor a unidade nacional e palco de políticas de integração (Rabello, 2013, p. 217).

O mote “integração, desenvolvimento e colonização” que norteou a ação do Estado brasileiro na Amazônia, colocando a região como fronteira aberta, pôs a relação da Igreja com o Estado em situação tênue e eminente conflito com setores eclesiais mais envolvidos com as lutas sociais. Nessa situação conflituosa, é importante destacar a figura do primeiro diretor do

IPAR, o frei dominicano³⁰ Alano Pena, e do coordenador do curso seminarístico, o padre xaveriano³¹ Savino Mombelli (Frigeiro, 1996), ambos tiveram e cumpriram papéis fundamentais na Igreja na Amazônia a partir do IPAR, tornando-se, por esse motivo, intelectuais orgânicos da Teologia Latino-Americana, também conhecida como Teologia da Libertação.

Essa corrente teológica foi fortalecida especialmente pela Conferência de Medellín e pela organização das Comunidades Eclesiais de Base³² (CEBs), pontos significativos de dissonância teológica em relação à *intelligentsia* romana e ao programa defendido e propagado no Papado de João Paulo II, sobre os quais podemos inferir que:

desde a elevação de Karol Wojtyła à Sé de Pedro notam-se, em vários dos documentos emanados de seu papado, referências contínuas à herança do Vaticano II. Muitas delas apontam, exatamente, para a questão dos problemas em torno da interpretação de suas determinações, sempre chamando atenção para a necessidade de uma leitura “correta” dos documentos a fim de sanar as inúmeras divisões que se delinearam nos anos seguintes à sua conclusão (Caldeira, 2013, p. 159).

Caldeira (2013) aponta o revisionismo empreendido nos documentos papais de João Paulo II, que objetivam colocar a Sé Romana como legítima interpretadora e normatizadora das constituições, declarações e decretos do Vaticano II, trata-se da "volta da velha disciplina", que encontra adeptos entre bispos, padres, religiosas e teólogos na Amazônia, provocando conflitos, disputas e tentativas de disciplinar o IPAR em seu processo educativo de teor "libertador" dos agentes de pastorais, especialmente os futuros padres.

Ainda segundo Frigeiro (1996), o curso de Teologia do IPAR, em funcionamento a partir de março de 1973, era ministrado nas instalações do Centro Pe. Guido Del Toro e, posteriormente, foi transferido para o campus Guamá da UFPA; as primeiras turmas contaram com alunos que se tornariam figuras importantes da Igreja Católica na Amazônia, como os bispo Dom Raimundo Possidônio Carrera da Mata e Dom Gilberto Pastana de Oliveira.

³⁰ A Ordem dos Pregadores, também conhecida por Ordem de São Domingos ou Ordem Dominicana, é uma ordem religiosa católica que tem como objetivo a pregação da palavra e mensagem de Jesus Cristo e a conversão ao cristianismo, cujos afiliados são chamados popularmente de "dominicanos".

³¹ A Pia Sociedade de São Francisco Xavier para as Missões Estrangeiras é um instituto religioso masculino católico, cujos afiliados são chamados popularmente "xaverianos".

³² As Comunidades Eclesiais de Base são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica, que, incentivadas pela Teologia da Libertação, espalharam-se principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, compostas principalmente por membros insatisfeitos das classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade com fortes vínculos. Seu objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias. Através da hermenêutica do método ver-julgar-agir, buscam olhar a realidade em que vivem (ver), julgá-la com os olhos da fé (julgar), buscando nunca perder de vista o dom da tolerância e o dom da caridade, sem, no entanto, deixar que a razão fique obnubilada e encontrar caminhos de ação e contemplação, mesmo que impulsionados por este mesmo juízo prático ou teórico à luz da fé (agir).

Além da formação teológica necessária para a preparação dos futuros sacerdotes, o IPAR também promoveu cursos catequéticos para agentes de pastorais nas dioceses e prelazias de Santarém, Marabá, Ponta de Pedras, Óbidos e nas paróquias da Arquidiocese de Belém. O curso tinha duração média de 15 dias e sua estrutura era limitada, com lições objetivas, trabalho em grupo e poucas verificações de aprendizagem, abrangia diversas áreas de estudo teológico-pastoral, como catequese, bíblia, liturgia, comunidade, além de noções de teologia dogmática e moral, realidade amazônica e eclesiologia.

Nessas formações, o instituto questionava a catequese tradicional e indicava a necessidade de adaptação à realidade. Até 1974, o curso catequético na Arquidiocese de Belém acontecia nas instalações do Centro Pe. Guido Del Toro³³, no mesmo ano, foi realizado o Encontro Inter-regional de Manaus, que acrescentou a juventude nas Linhas Prioritárias da Pastoral na Amazônia (Mata, 2002), reforçando a importância da catequese para a ação evangelizadora da Igreja na Amazônia.

Entre os anos de 1975 e 1977, o curso catequético passou a ser realizado no Colégio Nazaré, em cooperação com o Departamento de Catequese da Arquidiocese de Belém (Frigeiro, 1996). Em abril de 1975, Frei Alano Pena foi nomeado pelo Papa Paulo VI como bispo-auxiliar de Belém, com a nomeação episcopal de Frei Alano, o Padre Luís Pinto de Azevedo da Diocese de Santarém foi nomeado pelos bispos CER-Norte II como diretor do IPAR em 1976.

O Padre Luís Pinto empreendeu um processo de reestruturação profunda no instituto a partir da reformulação do estatuto, criação da congregação como órgão consultivo e deliberativo e da diretoria colegiada como órgão executivo. Nesse período, Padre Savino, diretor do curso de Teologia do IPAR, publicou o estudo Valores Religiosos do Círio de Nazaré (Mombelli, 1976), obra célebre do teólogo italiano que marcou a compreensão crítica sobre a religiosidade amazônica.

Ainda em 1976, as relações entre a Igreja Católica na Amazônia e o regime militar, conforme Frigeiro (1996), passaram por tensionamentos devido às investigações sobre Dom Alano Pena e Dom Estevão Cardoso Avelar³⁴, que denunciavam os abusos da Ditadura Militar contra posseiros, ribeirinhos e camponeses na região do Araguaia³⁵. No segundo semestre

³³ Localizado no centro histórico de Belém, no Pará, o prédio colonial foi construído todo em pedra no final do século XVIII e início do século XIX. Pertencia à Diocese de Ponta de Pedras e foi um centro de formação que abrigou em suas dependências diversos cursos, reuniões e encontros pastorais da Igreja Católica na Amazônia.

³⁴ Dom Estevão, bispo dominicano, atuou em Marabá-PA e Conceição do Araguaia-PA entre 1971 e 1978.

³⁵ A região do Araguaia está localizada na região Sudeste do Pará e é entrecortada pelas rodovias BR-158 e PA-279, detendo uma área territorial de mais de 147 mil quilômetros quadrados, o que representa 14% da área total do Pará. No início do século XX, destacou-se na região a extração do látex, que teve um declínio após a Revolução de 1930. Nas últimas décadas, as principais atividades produtivas têm sido a extração madeireira, a pecuária bovina

daquele mesmo ano, as relações entre UFPA e IPAR se deterioraram irremediavelmente, em grande parte devido à mudança na reitoria da universidade, que passou a ser conduzida pelo professor Aracy Amazonas Barreto³⁶; no auge da crise, em julho de 1977, a direção do instituto decidiu encerrar o convênio com a UFPA (Frigeiro, 1996), apesar dos problemas, a primeira turma do IPAR concluiu o curso em 1977, embora não tenha cumprido o estágio pastoral.

Ainda em 1977, os conflitos persistiam no curso catequético, devido ao debate em torno do lugar da doutrina e da vivência comunitária e partilha na catequese, isso indicou a necessidade de mudanças, contexto no qual surgiu o curso voltado para animadores e líderes de comunidade, que voltaria a funcionar nas dependências do Centro Pe. Guido Del Toro em 1978 (Frigeiro, 1996).

O ano de 1978 foi muito importante para a história da Igreja, pois nesse ano o cardeal polonês Karol Józef Wojtyła foi eleito papa, escolhendo o nome de João Paulo II, representando uma alteração considerável nas relações de poder e nas concepções teológicas que iriam nortear vários aspectos da vida da igreja, especialmente da formação de agentes de pastoral (Souza & Dias, 2021). Nesse mesmo ano, o IPAR e o escritório do Regional Norte 2 da CNBB foram instalados na sede do antigo seminário da Arquidiocese de Belém, juntamente com outros organismos da Igreja, como a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ainda em 1978, foram criados o curso de animadores e líderes de comunidade e o Departamento de Pastoral (DP) para articulação com as CEBs, o Padre François Rubeaux, um Oblato de Maria Imaculada³⁷, foi nomeado diretor do DP, nesse mesmo ano, iniciou-se a segunda turma do curso de Teologia do IPAR, com 30 seminaristas da Arquidiocese de Belém e de diversas dioceses e prelazias do Regional (Frigeiro, 1996).

Ao analisar o processo de fundação do IPAR e considerar as vicissitudes enfrentadas durante sua trajetória, torna-se evidente a complexidade e singularidade dessa instituição educacional no contexto da Ditadura Militar brasileira. Ao longo de sua história, o IPAR foi moldado por uma série de desafios e influências, tanto externas quanto internas, que o levaram

e a extração mineral. Esse potencial produtivo favoreceu o fluxo migratório para a região, com a chegada de pessoas oriundas de outras regiões do Brasil. A Região do Araguaia é composta por 15 municípios, a maioria dos quais surgiu a partir da abertura de estradas e da política de ocupação da Amazônia implementada pelo governo federal na década de 1970. Contudo, há municípios com origem mais antiga, como Conceição do Araguaia, que foi formada na segunda metade do século XIX.

³⁶ Em 1977, foi nomeado reitor da UFPA durante o governo do General Ernesto Geisel pelo Ministro da Educação Ney Aminthas de Barros Braga.

³⁷ Os Missionários Oblatos de Maria Imaculada são uma sociedade de vida apostólica, fundada em 1826 por Santo Eugênio de Mazenod. Essa congregação religiosa tem como objetivo dedicar-se integralmente à educação de crianças e jovens, além das missões de evangelização.

a desenvolver um legado educacional e teológico controverso, mas ao mesmo tempo significativo.

A atuação do IPAR ocorreu em um período marcado pelo autoritarismo do regime vigente, que buscava promover o desenvolvimento econômico da Amazônia como parte de uma visão de integração nacional. Nesse contexto, a instituição enfrentou o desafio de conciliar suas atividades educacionais com as demandas e pressões políticas da época, muitas vezes sob a justificativa da "segurança nacional".

Contudo, o IPAR não se limitou apenas a ser uma mera testemunha dos eventos políticos de seu tempo, pelo contrário, sua história revela sua capacidade de adaptar-se e resistir às imposições do regime, buscando manter sua missão educativa e teológica em meio às adversidades. Para compreender melhor essa dinâmica, recorreremos à teoria gramsciana, que nos permite analisar o IPAR como um "aparelho privado de hegemonia" e compreender o papel dos "intelectuais orgânicos" em sua estruturação e funcionamento.

Nessa perspectiva o IPAR, desempenhou um papel crucial na formação religiosa e cultural da Amazônia desde sua fundação a partir dos ideais progressistas do Concílio Vaticano II, da Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín e dos Encontros inter-regionais de Santarém e Manaus, esses princípios fundamentais guiaram a formação dos futuros padres da região, que buscavam uma abordagem mais inclusiva e socialmente engajada da fé católica.

No entanto, com a ascensão do Papa João Paulo II, houve uma mudança de direção teológica e disciplinar dentro da Igreja Católica, o que gerou um conflito no IPAR sobre o rumo de sua orientação acadêmica; este conflito não era apenas uma disputa interna dentro da instituição, mas também refletia tensões políticas e teológicas mais amplas dentro da sociedade e da igreja.

Ao empregar o conceito gramsciano de "Aparelho Privado de Hegemonia", podemos compreender que o IPAR não era apenas uma instituição de formação religiosa, mas também um centro de influência ideológica e cultural na Amazônia, seu papel ia além da simples transmissão de conhecimento religioso; era uma força ativa na formação da opinião pública e na promoção dos interesses das comunidades marginalizadas da região.

Os líderes e intelectuais associados ao IPAR, como Savino, Bernardo, Frigeiro, Rubeaux, Mosconi, Afonso, Hébette, Rosa Acevedo e Iza Cunha, desempenharam o papel de "intelectuais orgânicos", promovendo os ideais do Concílio Vaticano II e das conferências latino-americanas mencionadas, eles encarnavam uma teologia comprometida com a libertação

dos oprimidos e trabalhavam para formar lideranças pastorais engajadas na transformação social da Amazônia.

Em meio aos desafios enfrentados, na relação entre o governo militar e a hierarquia eclesiástica, o IPAR consolidou-se como um enclave de consciência crítica na Amazônia. Sua influência ultrapassou os limites do campo religioso, irradiando-se no desenvolvimento cultural e intelectual da região. Ao articular fé e compromisso social, o instituto desempenhou um papel decisivo na formação de lideranças engajadas na defesa dos direitos das populações marginalizadas e na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Esse legado, portanto, se forjou em meio ao entrecruzamento do autoritarismo educacional imposto pela Reforma Universitária de 1968 e as novas diretrizes teológico-pastorais gestadas no seio da Igreja pós-conciliar, onde o IPAR encontrou as bases para sua atuação singular. Como se verá a seguir, a opção por caminhos formativos inspirados no *Optatum Totius* (1965) — em detrimento de documentos com pretensões mais normativas como a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (1970) e sua adaptação brasileira de 1971 — revela como o IPAR soube mediar, de forma criativa e estratégica, as contradições de seu tempo.

4. ENTRE O ESTADO E A IGREJA: O IPAR COMO PRODUTO DA MEDIAÇÃO ENTRE O AUTORITARISMO EDUCACIONAL E AS INOVAÇÕES TEOLÓGICO-PASTORAIS NA AMAZÔNIA (1971–1977)

O Instituto de Pastoral Regional (IPAR) foi fundado em 1971 com a finalidade de promover o ensino e a pesquisa a serviço da Igreja na Amazônia, com especial atenção às demandas pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Regional Norte II (CNBB, 1971). Entre os anos de 1973 e 1977, sua atuação delineou-se como uma experiência formativa marcada pela confluência e, por vezes, pela tensão entre distintas instâncias normativas: de um lado, as exigências do aparato jurídico e educacional estatal, intensificadas pelos efeitos da Reforma Universitária de 1968; de outro, as diretrizes eclesiais oriundas do Concílio Vaticano II e de suas reinterpretações latino-americanas e brasileiras. Esse entrelaçamento deu forma a uma institucionalidade singular, em que a formação teológica assumia, ao mesmo tempo, a função de resposta pastoral e de elaboração crítica em um contexto marcado por autoritarismo e vigilância.

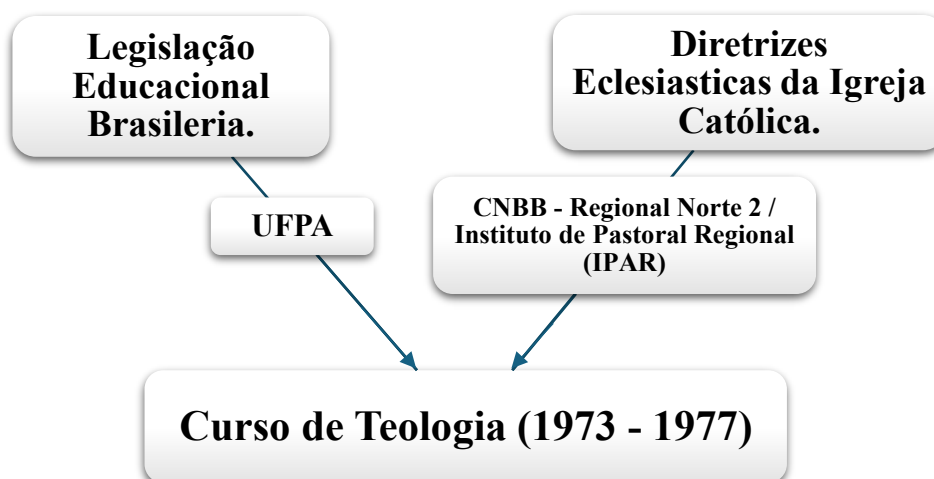
A vinculação do curso de Teologia do IPAR à Universidade Federal do Pará (UFPA), formalizada pelos convênios de 1972 e 1976 da CNBB – Regional Norte II com UFPA, expressava não apenas uma estratégia da CNBB de reconhecimento institucional do conhecimento teológico, mas também uma forma de afirmação da presença da Igreja Católica no campo da educação superior na Amazônia. Por essa razão, o IPAR deve ser compreendido como uma instituição educacional em sentido amplo, atuando como um aparelho privado de hegemonia, em conformidade com a formulação de Gramsci (1975), para quem esses aparelhos são fundamentais na disputa e na consolidação de projetos societários. Ao assumir, da parte da CNBB, a função de operador do convênio com a UFPA, o IPAR tornou-se corresponsável pela condução de um do eixo fulcral do curso: as disciplinas teológicas. Além disso, as responsabilidades do IPAR abrangiam a seleção e o custeio dos docentes até a preservação da teologia católica nas disciplinas do curso. Assim, o IPAR consolidou-se como espaço estratégico de formação de lideranças religiosas, produção de saber teológico e intervenção cultural, atuando diretamente na conformação de uma hegemonia católica no interior da universidade pública e na sociedade amazônica.

Desse modo, pode-se entrever que o curso de Teologia não se restringia à transmissão de conteúdos acadêmicos e teológicos, mas configurava-se como um espaço atravessado por disputas internas na Igreja brasileira, especialmente entre a chamada “ortodoxia romana” e a corrente do “enraizamento social”, conforme tipologia proposta por Esquivel (2013). Além disso, refletia as tensões entre o controle e a vigilância impostos pelo regime militar e as

iniciativas de engajamento de setores da comunidade acadêmica com movimentos sociais e eclesiais.

Nesse sentido, o Instituto foi compelido a navegar por entre os limites e possibilidades impostos por um duplo arcabouço normativo: o jurídico-estatal, que legitimava e condicionava sua inserção no sistema universitário; e a eclesiástica, que lhe conferia reconhecimento canônico e identidade católica. A complexidade dessa configuração pode ser visualizada no Diagrama das forças políticas e jurídicas que incidiram sobre o Curso de Teologia, que explicita as forças normativas supracitadas que incidiram sobre a conformação do curso de Teologia, evidenciando como a atuação do Instituto foi moldada por influências complementares e contraditórias.

Figura 7: Diagrama das forças políticas e jurídicas que incidiram sobre o Curso de Teologia



Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando a influência das forças políticas e jurídicas sobre o Curso de Teologia, é essencial compreender o IPAR como uma instituição educacional, inserida em um contexto histórico específico. Com base nisso, esta análise se estrutura a partir da articulação de quatro eixos centrais: os elementos constitutivos dos convênios celebrados entre a CNBB e a UFPA e a configuração do curso de Teologia; o arcabouço da legislação educacional brasileira à luz da Reforma Universitária e seus desdobramentos sobre o ensino superior; as diretrizes da Igreja Católica para a formação teológica de lideranças religiosas e seus contornos na América Latina, Brasil e Amazônia; e, por fim, as concepções pedagógicas e eclesiais que moldaram o curso do IPAR à luz das formulações dos encontros de Santarém (1972) e Manaus (1974). Esses eixos permitem compreender como o Instituto se estruturou como espaço formativo e pastoral, mas

também como campo de disputas político-ideológicas em meio às contradições do regime militar e às ambiguidades da própria Igreja no Brasil.

4.1 Elementos que constituíram o convênio CNBB–UFPA e a configuração do curso de Teologia.

Consolidado como centro de formação teológica na década de 1970, o IPAR, como instituição educacional, priorizava a formação de seminaristas³⁸ destinados ao sacerdócio, oriundos da Arquidiocese de Belém e das dioceses e prelazias do Pará e do Amapá. Também recebia membros de congregações religiosas atuantes na região amazônica e, mediante processo seletivo, estendia essa formação a leigos e leigas (Golobovante; Damasceno; Ribeiro, 2023). Nesse contexto, Frigeiro (1996) observa que em conformidade aos Encontros de Santarém de 1972 e Manaus de 1974, a formação teológica foi direcionada à preparação de agentes de pastoral, assim se conferia um novo perfil ao sacerdote, entendido também como agente pastoral, sendo o ensino teológico orientado prioritariamente à atividade pastoral, ou seja, a práxis. Tal perspectiva, evidenciando o papel do IPAR no fortalecimento de uma Igreja mais comprometida com a realidade sociocultural amazônica.

Entre 1973 e 1977, as atividades do curso de Teologia foram organizadas primordialmente com base no convênio firmado em 1972 pela Comissão Episcopal Regional (CER) da CNBB – Regional Norte 2 e a UFPA. Pela Cláusula Primeira, o convênio previa a criação e o funcionamento de um curso superior de Teologia, com titulação em bacharelado ou licenciatura, alinhando-se à proposta da CNBB de institucionalizar a formação teológica no marco do ensino superior brasileiro (Universidade Federal do Pará, 1972). Embora um segundo convênio tenha sido firmado em 1976, sua vigência restringiu-se até o final do ano letivo de 1977, quando foi encerrado, o que reafirma o papel central do acordo de 1972 como base normativa e organizacional das atividades do curso no período.

A CNBB, por meio do IPAR — operador do convênio com a UFPA —, exercia um papel essencial na condução das disciplinas teológicas do curso. Pela Cláusula Quinta, a instituição era responsável pela seleção dos professores de Teologia, assegurando que não houvesse vínculo empregatício entre os docentes e a UFPA (Universidade Federal do Pará, 1972). Ainda de acordo com o parágrafo segundo da Cláusula Quinta, cabia à CNBB arcar com todas as despesas relacionadas à ministração dessas disciplinas, incluindo a remuneração dos

³⁸ Seminarista é a designação atribuída ao estudante interno de um seminário, pertencente a uma arquidiocese, diocese, prelazia ou ordem religiosa, que se encontra em formação nos cursos de Filosofia ou Teologia, geralmente em um instituto católico de formação. Essa formação pode ocorrer em universidades ou faculdades, embora nem todos os institutos católicos sejam legalmente reconhecidos como Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

professores, que deveria ser compatível com as tabelas salariais da Universidade (Universidade Federal do Pará, 1972). Outro aspecto relevante encontra-se na Cláusula Sexta, que assegurava à CNBB o direito de opinar sobre a contratação de docentes para o eventual Departamento de Teologia da Universidade, garantindo que fossem preservadas as posições fundamentais da Teologia Católica (Universidade Federal do Pará, 1972). Esse mecanismo institucional buscava assegurar um nível de controle sobre a orientação religiosa do ensino teológico, evitando que interpretações externas comprometessem a doutrina católica.

Por outro lado, a UFPA desempenhava papel preponderante na organização administrativa do curso e no controle acadêmico das disciplinas não teológicas. Pela Cláusula Primeira, a Universidade deveria instalar e fazer funcionar o curso; e, conforme a Cláusula Segunda, possuía a prerrogativa de definir o currículo pleno do programa, embora devesse considerar sugestões da CNBB (Universidade Federal do Pará, 1972). Além disso, pela Cláusula Quarta, as disciplinas não teológicas seriam ministradas exclusivamente pela UFPA, integrando-se ao sistema universitário vigente (Universidade Federal do Pará, 1972).

Do ponto de vista institucional, o curso, segundo parágrafo primeiro da Cláusula Terceira, seria vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, sendo exigido que todos os professores — inclusive os das disciplinas teológicas — seguissem as orientações didático-pedagógicas do Departamento de Filosofia e Psicologia (Universidade Federal do Pará, 1972). A UFPA também detinha autoridade, nos termos do parágrafo primeiro da Cláusula Quinta, para avaliar a qualificação legal dos docentes indicados pela CNBB, o que representava um mecanismo de controle sobre o ensino teológico (Universidade Federal do Pará, 1972).

O convênio garantia à CNBB, conforme a Cláusula Quinta, relativa autonomia na gestão das disciplinas teológicas, visto que a escolha dos professores e a responsabilidade financeira recaíam integralmente sobre a entidade (Universidade Federal do Pará, 1972). No entanto, ao condicionar a qualificação legal desses docentes à aprovação da UFPA, conforme previsto no parágrafo quinto da mesma cláusula, o acordo permitia uma interferência institucional que poderia limitar a plena independência da CNBB (Universidade Federal do Pará, 1972).

Outro fator de interferência da UFPA era sua prerrogativa, estabelecida na Cláusula Segunda, de definir a estrutura curricular plena do curso (Universidade Federal do Pará, 1972), mesmo que consideradas sugestões da CNBB. Essa determinação reforçava a vinculação do Curso de Teologia ao sistema universitário e às diretrizes acadêmicas da Universidade, estabelecendo um espaço de influência sobre a formação teológica. Tal estrutura demonstra o esforço da CNBB em institucionalizar o ensino teológico dentro de uma moldura estatal-acadêmica. Ao fazê-lo, a CNBB buscava fortalecer sua influência cultural e ideológica no

espaço universitário, contribuindo para a construção de uma hegemonia religiosa no interior da sociedade brasileira.

Por outro lado, a UFPA, enquanto representante do Estado, mantém mecanismos de controle sobre o curso, seja por meio da definição do currículo, conforme estabelecido na Cláusula Segunda, seja por meio da avaliação dos professores indicados pela CNBB, conforme previsto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta (Universidade Federal do Pará, 1972). Esse controle estatal reflete a lógica gramsciana de que o Estado exerce sua hegemonia por meio de instituições educacionais, regulando e delimitando o alcance ideológico de grupos como a Igreja Católica. Portanto, o convênio exemplifica a colaboração entre Igreja e Universidade, inserindo a CNBB na estrutura estatal sem perder sua autonomia, mas sujeita à regulamentação estatal. O acordo marcou a articulação entre Igreja e Estado no ensino superior amazônico, permitindo a criação de um curso de Teologia vinculado à UFPA, mas com orientação pedagógica e doutrinária da CNBB.

Formalmente, o convênio dividia responsabilidades: a CNBB cuidava das disciplinas teológicas via IPAR, desde a seleção de docentes até a manutenção da fidelidade doutrinária, enquanto a UFPA integrava o curso ao seu sistema acadêmico, organizava o vestibular e ministrava disciplinas não teológicas. O curso era supervisionado por um colegiado, garantindo interlocução entre Igreja e Universidade. Embora não citado no convênio, o IPAR atuava como braço educacional da CNBB, formando lideranças religiosas e seminaristas, fornecendo docentes e estruturando pedagogicamente o curso. Com vigência inicial de cinco anos a partir de 1973, o acordo refletia a estratégia da Igreja para qualificar sua formação religiosa no contexto do pós-Concílio Vaticano II, além da tentativa do Estado de acomodar demandas religiosas no ensino superior público.

Sob uma perspectiva gramsciana, o convênio estabelecido entre a CNBB e a UFPA expressava uma complexa articulação entre sociedade civil e sociedade política. Por meio do IPAR, seu braço educacional no Regional Norte 2, e típico exemplo de aparelho privado de hegemonia, a Igreja Católica inseria-se no espaço da universidade pública, mantendo sua autonomia teológica. Ao mesmo tempo, a UFPA, ao acolher o curso de Teologia, exercia o controle burocrático, regulando o campo teológico em consonância com os imperativos da ditadura militar. Esse arranjo político-educacional refletia uma disputa por hegemonia entre Igreja e Estado. Mais que um curso acadêmico, a formação teológica do IPAR articulava Teologia, Filosofia, Psicologia, Pedagogia e Ciências Humanas e Sociais, fortalecendo a presença pastoral da Igreja na Amazônia. Além da esfera eclesial, a Igreja se posicionava como ator político e cultural, promovendo uma contra-hegemonia frente às elites regionais e ao

regime autoritário, alinhada aos princípios de “encarnação na realidade” e “evangelização libertadora” formulados no Encontro de Santarém (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1972).

O Currículo Pleno do Curso de Teologia da UFPA foi definido pela Resolução nº 159, de 19 de junho de 1973 do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA. Essa resolução estabeleceu as bases curriculares tanto para a Licenciatura quanto para o Bacharelado em Teologia, organizando o curso em dois ciclos, com disciplinas obrigatórias, complementares e optativas. Além disso, regulamentou o estágio supervisionado e estabeleceu a obrigatoriedade de disciplinas voltadas à realidade brasileira e à formação física e cidadã dos estudantes. Tal resolução marca um momento de sistematização e formalização do ensino teológico no âmbito da universidade pública brasileira, integrando áreas do saber como Teologia, Filosofia, Psicologia, Pedagogia e as Ciências Humanas e Sociais.

As disciplinas complementares obrigatórias comuns às duas modalidades, Licenciatura e Bacharelado em Teologia, conforme o inciso III da Resolução nº 159/1973, são: Antropologia Cultural, Introdução à Psicologia, História da Filosofia I, Fontes da Revelação, Teologia Sistemática I, II e III, Teologia Moral I e II, Eclesiologia, História da Igreja no Brasil e Introdução ao Mundo Bíblico. Essas disciplinas constituem a base comum do currículo, promovendo uma formação teológica integrada e fundamental para ambas as habilitações.

As disciplinas optativas comuns às duas graduações, Licenciatura e Bacharelado em Teologia, conforme o inciso IV da Resolução nº 159/1973, são: Estatística, Cultura Brasileira, Teoria do Conhecimento I, Técnicas de Projetos, Política de Desenvolvimento Regional, História Econômica do Brasil, História da Amazônia, Contabilidade I, Cosmologia, Demografia, História das Ideias Políticas e Sociais, Antropologia Filosófica e Metafísica. Essas disciplinas oferecem ao aluno a possibilidade de aprofundar conhecimentos em áreas complementares à formação teológica, permitindo a escolha conforme seus interesses acadêmicos e objetivos profissionais.

As disciplinas complementares obrigatórias específicas do curso de Bacharelado em Teologia, conforme o inciso VI da Resolução nº 159/1973, são: Relações Humanas, Teologia Sistemática IV, História do Cristianismo, Ecumenismo, Estudo Comparado das Religiões e Direito da Igreja. Essas disciplinas aprofundam a formação do bacharelado, proporcionando uma compreensão mais ampla das relações inter-religiosas, da estrutura eclesial e das dimensões históricas, jurídicas e pastorais do Cristianismo.

O estágio supervisionado, exigido exclusivamente para o Bacharelado em Teologia, possui carga horária de 200 horas, corresponde a 12 créditos e deve ser realizado conforme

norma complementar estabelecida pelo Colegiado do Curso. Para a Licenciatura, são previstas disciplinas pedagógicas definidas por regulamento próprio, totalizando 34 créditos obrigatórios e constituindo requisito fundamental para a obtenção do grau. Além disso, todos os alunos, independentemente da modalidade, devem cursar a disciplina "Estudos de Problemas Brasileiros" e participar da prática de Educação Física e Desportos, conforme determinação da Universidade, sendo essas atividades igualmente exigidas para a integralização curricular. O curso de Teologia da UFPA, conforme a Resolução nº 159/1973, é organizado em dois ciclos. O Primeiro Ciclo é a fase inicial, comum à Licenciatura e ao Bacharelado, e reúne disciplinas obrigatórias nas áreas de Filosofia e Ciências Humanas, além de optativas e eletivas. Nessa etapa, o aluno cursa matérias como Língua Portuguesa, Sociologia, Metodologia das Ciências Sociais, Economia, Filosofia e Teologia, além de poder iniciar algumas disciplinas complementares e optativas.

Já o Segundo Ciclo inclui disciplinas específicas de cada modalidade. No Bacharelado, o aluno cursa matérias como Teologia Sistemática IV, História do Cristianismo, Ecumenismo, Direito da Igreja e cumpre um estágio supervisionado de 200 horas. Na Licenciatura, são exigidas disciplinas pedagógicas, que somam 34 créditos. Em ambos os cursos, o estudante também deve cursar a disciplina "Estudos de Problemas Brasileiros" e participar de atividades de Educação Física e Desportos, que contam como parte da carga curricular.

As disciplinas complementares obrigatórias (como Antropologia Cultural, Psicologia, Teologia Moral e História da Igreja) podem ser cursadas em qualquer um dos dois ciclos, dependendo da organização da grade. As optativas, como Cultura Brasileira, História da Amazônia, Cosmologia e Metafísica, também são comuns às duas modalidades e podem ser escolhidas conforme o interesse do aluno.

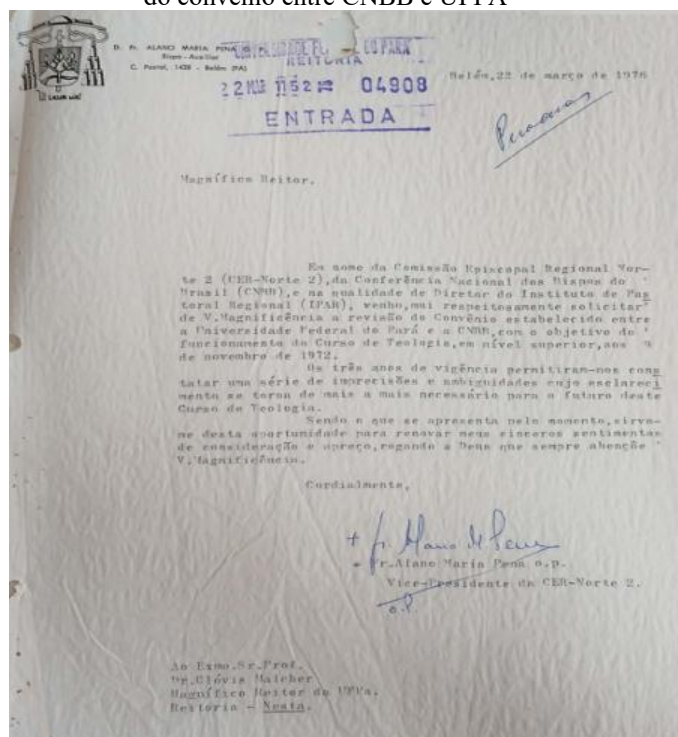
A duração dos ciclos não é definida com exatidão na Resolução, mas estimamos que o Primeiro Ciclo dure de 2 a 3 anos e o Segundo Ciclo mais 2 anos. A Licenciatura exige o cumprimento de 147 créditos (2.370 horas) e o Bacharelado, 164 créditos (2.280 horas), considerando todas as etapas da formação.

É importante destacar que o convênio firmado em 1972 entre a CNBB e a UFPA foi posteriormente reformulado, dando origem a um novo acordo em 1976. Embora ambos tivessem como objetivo a criação e o funcionamento do Curso de Teologia em nível superior, o convênio de 1976 incorporou novos elementos organizacionais e reforçou a autonomia da CNBB em determinados aspectos. No entanto, não implicou a reformulação nem a substituição da Resolução nº 159, de 1973.

É importante realçar que pela Resolução nº 159, de 1973, é possível identificar diversas disciplinas da área de Filosofia inseridas no currículo do curso de Teologia, embora de forma esparsa e distribuídas entre diferentes blocos curriculares. No Primeiro Ciclo, aparece como obrigatória a disciplina Introdução à Filosofia. No grupo das disciplinas complementares obrigatórias comuns às duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado), conforme o Inciso III, encontra-se a História da Filosofia I. Já no conjunto das disciplinas optativas, previstas no Inciso IV, estão conteúdos claramente filosóficos como Teoria do Conhecimento I, História das Ideias Políticas e Sociais, Antropologia Filosófica e Metafísica, que o aluno pode cursar ao longo do Primeiro ou do Segundo Ciclo. A presença dessas disciplinas filosóficas, ainda que dispersa, indica uma preocupação formativa que vai além da especialização teológica, sugerindo uma proposta de formação propedêutica não feita anteriormente e alicerçada no pensamento crítico e racional. Essa configuração curricular resulta na ampliação do campo teológico mediante o diálogo com o conhecimento filosófico, valorizando-o como suporte necessário para uma teologia mais consciente e fundamentada.

O processo de reformulação foi iniciado pela CNBB, por meio de Dom Alano Pena, então Bispo Auxiliar de Belém e diretor do IPAR. Na condição de representante do CER da CNBB Norte 2, Dom Alano encaminhou à UFPA dois ofícios que formalizavam a proposta de revisão do acordo. Reproduzimos o primeiro ofício:

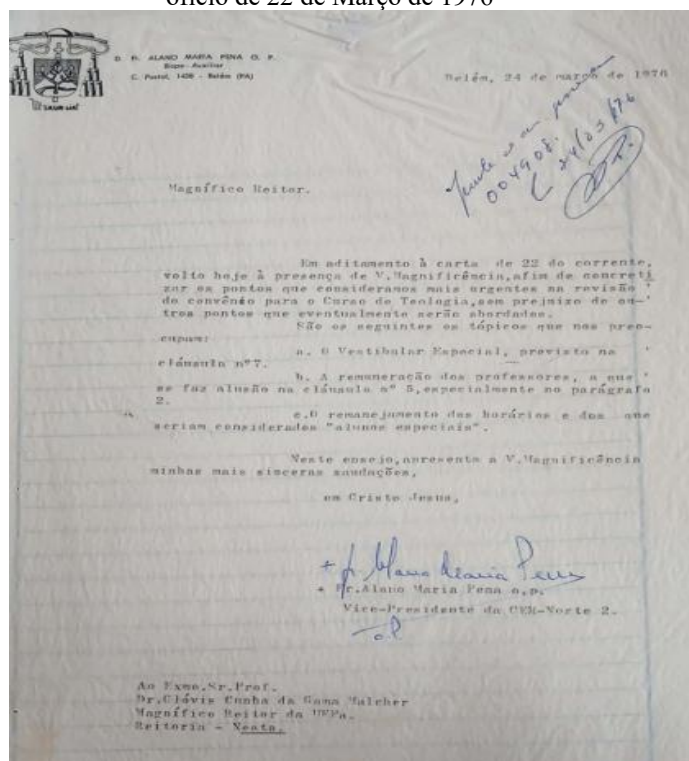
Figura 8: Ofício de Dom Alano Pena em nome da CNBB datado de 22 de Março de 1976, solicitando renovação do convênio entre CNBB e UFPA



Fonte: Arquivo central da UFPA

Deve-se observar que, no primeiro ofício datado de 22 de março de 1976, Dom Alano sinaliza a necessidade de revisão do convênio em seu terceiro ano de vigência — dos cinco inicialmente previstos —, apontando “uma série de imprecisões e ambiguidades cujo esclarecimento se torna de mais a mais necessário para o futuro desse curso de Teologia” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1976). No entanto, o bispo não explicita, nesse documento, quais seriam tais imprecisões, o que, em nossa análise, justifica o envio de um segundo ofício, redigido dois dias depois e de caráter complementar.

Figura 9: Ofício de Dom Alano Pena em nome da CNBB datado de 24 de Março de 1976, complementando o ofício de 22 de Março de 1976



Fonte: Arquivo central da UFPA

Nesse segundo ofício, datado de 24 de março de 1976, as “imprecisões e ambiguidades” anteriormente apontadas pela CNBB foram explicitadas como os pontos mais urgentes a serem revistos no convênio com a UFPA. As principais demandas giravam em torno do vestibular especial, da remuneração dos professores, do remanejamento de horários e da situação dos chamados “alunos especiais”.

Tais questões foram tratadas na reformulação do convênio, com alterações relevantes em várias cláusulas. A cláusula sétima estabeleceu a realização de um vestibular especial exclusivo para o curso de Teologia, cujas normas deveriam ser definidas em comum acordo entre a CNBB e a UFPA. A cláusula quinta, por sua vez, reafirmou que a seleção e remuneração

dos professores das disciplinas teológicas caberia à CNBB, devendo os vencimentos corresponder àqueles praticados pela UFPA, embora os docentes não mantivessem vínculo empregatício com a universidade, ficando a cargo desta apenas a verificação de suas qualificações. A cláusula décima autorizou a matrícula de alunos de formação sacerdotal e religiosa como “alunos especiais”, desde que houvesse vagas disponíveis.

A partir disso, foram promovidos ajustes estruturais nas cláusulas Primeira, Terceira, Quarta e Quinta. A cláusula Primeira passou a definir formalmente o Instituto de Pastoral Regional (IPAR) como o responsável pela condução do ensino das disciplinas teológicas, representando oficialmente a CNBB. A cláusula Terceira reorganizou a composição do Colegiado do Curso, assegurando maior integração acadêmica ao incluir representantes das áreas de Filosofia, Psicologia e Ciências Sócio-Políticas, além dos docentes das disciplinas teológicas. A cláusula Quarta passou a prever horários especiais para o curso de Teologia, com a possibilidade de ajustes articulados entre a CNBB e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), enquanto os horários das disciplinas teológicas seriam definidos exclusivamente pelo IPAR. Também foi incluída, na cláusula onze, a previsão de cursos de atualização e extensão universitária, sinalizando a intenção de expandir a atuação do curso para além da graduação. Por fim, a cláusula décima terceira trouxe mais segurança jurídica ao detalhar o processo de rescisão do convênio, exigindo que a notificação fosse feita com um ano de antecedência e por escrito.

De modo geral, a reformulação do convênio permitiu à CNBB formalizar sua autonomia pedagógica e administrativa no âmbito do Curso de Teologia, consolidando o IPAR como instância diretiva das atividades acadêmicas relacionadas às disciplinas teológicas. Ao incorporar essas prerrogativas no texto jurídico, a Igreja Católica assegurou a condução do ensino teológico conforme seus critérios doutrinários e pedagógicos, mesmo no interior de uma universidade pública.

Essa reorganização revela a complexa articulação entre a CNBB e a UFPA, envolvendo negociações entre a sociedade civil e a estrutura estatal. A universidade assumia a responsabilidade institucional perante os órgãos públicos — incluindo a emissão de diplomas e o reconhecimento do curso —, mas devia conciliar isso com as exigências eclesiais, conforme demonstrado nas cláusulas segunda, quinta e sexta. O modelo estabelecido permitia à Igreja preservar a integridade do conteúdo teológico, ao mesmo tempo em que se valia da legitimidade acadêmica oferecida pela universidade pública.

À luz da teoria gramsciana do Estado ampliado, esse arranjo pode ser interpretado como uma expressão da disputa por hegemonia no campo educacional. A CNBB, ao se inserir na

estrutura acadêmica pública sem abrir mão de sua autonomia, reafirmava seu papel enquanto produtora de consenso e formadora de quadros intelectuais, articulando a fê com as exigências da modernidade institucional. A cooperação entre a UFPA e a Igreja Católica, nesse contexto, exemplifica a interdependência entre sociedade civil e sociedade política, marcada tanto por tensões quanto por estratégias de convergência em torno da formação superior no Brasil da década de 1970.

4.2 Arcabouço da legislação brasileira e a Reforma Universitária (1968) e desdobramentos.

A legitimidade do curso de Teologia oferecido pela UFPA, em convênio com a CNBB Regional Norte 2, deve ser compreendida dentro do marco institucional estabelecido pelo Estado brasileiro. Apenas o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE) possuíam a prerrogativa de conferir validade jurídica ao saber teológico no âmbito do ensino superior. Foi essa autoridade que permitiu a formalização do convênio com o IPAR, conferindo ao curso um status de reconhecimento oficial, ainda que a responsabilidade pedagógica estivesse compartilhada com uma instituição eclesial.

O convênio foi firmado em um contexto normativo determinado pela Reforma Universitária de 1968, instituída pela Lei nº 5.540 e regulamentada pelos Decretos-Leis nº 464 e nº 477 de 1969. Essa legislação promoveu uma profunda reestruturação do ensino superior, com vistas a racionalizar sua gestão e ajustá-lo aos interesses estratégicos do regime militar, sobretudo no contexto da Guerra Fria. A influência da USAID³⁹, por meio de acordos com o MEC e de instrumentos como o Plano Atcon⁴⁰ e o Relatório Meira Mattos⁴¹, foi determinante para a introdução de uma lógica técnico-gerencial voltada à produtividade, à eficiência administrativa e ao controle político-ideológico das universidades. Como indicam Fávero

³⁹ A USAID United States Agency for International Development em português Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, foi Organismo norte-americano que, entre 1964 e meados dos anos 1970, firmou doze acordos com o Ministério da Educação do Brasil (MEC), conhecidos como acordos MEC-USAID. Esses acordos visavam modernizar o sistema educacional brasileiro, promovendo uma reestruturação administrativa e curricular alinhada aos interesses estratégicos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. As reformas enfatizavam a eficiência e a tecnocracia, influenciando significativamente a política educacional brasileira da época.

⁴⁰ Elaborado em 1965 pelo consultor norte-americano Rudolph Atcon, a convite do MEC, o plano propunha uma nova estrutura administrativa para as universidades brasileiras. Suas diretrizes incluíam o autofinanciamento das instituições públicas de ensino superior, gestão centralizada e a exclusão da participação da comunidade acadêmica na organização universitária. O plano também destacava a importância de estatísticas educacionais confiáveis para subsidiar a gestão e sugeria a flexibilização dos modelos de ensino.

⁴¹ Documento elaborado em 1968 pela comissão presidida pelo general Carlos de Meira Mattos, com o objetivo de analisar e propor soluções para a crise nas universidades brasileiras e a repressão ao movimento estudantil. O relatório recomendava a concentração de recursos em centros de excelência e cursos de especialização promissores, além de medidas para controlar e reprimir atividades consideradas subversivas nas instituições de ensino superior.

(2006) e Martins (2009), o novo modelo universitário consolidou um sistema elitista, restritivo e centralizador, que priorizava a formação tecnicista e esvaziava o papel crítico da educação superior.

Nesse contexto, o IPAR foi integrado formalmente ao sistema universitário brasileiro por meio de um arranjo que, embora lhe conferisse legitimidade acadêmica, também o subordinava às normativas estatais. A institucionalização do curso de Teologia deve ser vista, portanto, como um processo ambíguo: ao mesmo tempo em que se beneficiava do reconhecimento legal para a emissão de diplomas e para a validação nacional de seu percurso formativo, ficava exposto aos mecanismos de controle e vigilância impostos pela legislação autoritária. Artigos como o 3º, 18º e 48º da Lei nº 5.540/1968 explicitam tanto a garantia formal da autonomia universitária quanto sua limitação prática frente à intervenção do Estado.

A atuação da Igreja, por meio da CNBB, nessa conjuntura revela uma estratégia de inserção institucional que implicava concessões e negociações. A Cláusula terceira do convênio estipulava que o currículo de Teologia deveria adequar-se à estrutura reformada do ensino superior, integrando-se aos padrões didáticos e pedagógicos exigidos pela Reforma Universitária. Essa exigência, mais do que um simples ajuste formal, traduzia uma forma de subordinação intelectual ao bloco histórico dominante. Sob uma perspectiva gramsciana, o IPAR se posicionava entre a sociedade civil e a sociedade política, operando numa zona de tensão em que sua autonomia institucional era constantemente modulada pelas condições impostas pelo Estado.

A experiência do IPAR, nesse sentido, expressa a complexidade das relações entre Igreja e Estado na ditadura militar. Ao mesmo tempo em que a CNBB buscava garantir espaço para a formação teológica de lideranças religiosas segundo suas diretrizes eclesiais, via-se obrigada a conformar-se à normatividade estatal para obter reconhecimento oficial. Tal configuração evidencia um processo de institucionalização frágil e tenso, no qual a hegemonia se estabelecia tanto pela coerção legal quanto pelo consentimento condicionado. O caso do IPAR, portanto, ilumina a articulação entre estruturas educativas, poder estatal e campos religiosos na disputa pela formação de consciências e pela direção moral da sociedade.

A seguir, formulamos um quadro com os pontos fundamentais da legislação sobre as Universidades Brasileiras (Lei nº 5.540/1968, Decreto-Lei nº 464/1969 e Decreto-Lei nº 477/1969), que indicam a influência do regime militar sobre o ensino superior e, por conseguinte, sobre o IPAR:

Quadro 4: Pontos Fundamentais da Legislação sobre as Universidades Brasileiras (Lei nº 5.540/1968, Decreto-Lei nº 464/1969 e Decreto-Lei nº 477/1969)

TEMA	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO
Supervisão e Controle do MEC	Lei nº 5.540/1968: Art. 7º, 10º, 16º, 27º, 46º, 47º, 48º e 49º Decreto-Lei nº 464/1969: Art. 2º, 4º, 9º, 14º e 17º Decreto-Lei nº 477/1969: Art. 5º	O Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a ter poderes para supervisionar, credenciar e descredenciar instituições de ensino superior. A nomeação de reitores foi centralizada, sendo feita a partir de uma lista tríplice enviada pelas universidades, mas com decisão final do governo militar, reduzindo significativamente a autonomia universitária.
Regulamentação Curricular	Lei nº 5.540/1968: Art. 24º e 26º Decreto-Lei nº 464/1969: Art. 5º, 6º, 8º e 9º	O currículo universitário foi padronizado conforme as diretrizes do governo, limitando a liberdade das universidades na definição de conteúdos. O Decreto-Lei nº 464/1969 introduziu um primeiro ciclo comum para cursos superiores, com funções de recuperação de deficiências, orientação profissional e estudos básicos, alinhando a formação acadêmica aos interesses econômicos e políticos do regime militar.
Supervisão e Avaliação	Lei nº 5.540/1968: Art. 13º, 48º e 49º Decreto-Lei nº 464/1969: Art. 2º, 12º, 14º e 16º Decreto-Lei nº 477/1969: Art. 2º e 3º	O MEC ganhou poderes para monitorar a qualidade do ensino superior, podendo fechar cursos ou descredenciar instituições que não atendessem às diretrizes governamentais. O Decreto-Lei nº 477/1969 reforçou esse controle ao estabelecer sanções disciplinares para professores, alunos e funcionários considerados opositores do regime, utilizando o sistema de avaliação como ferramenta de censura e repressão.
Dedicação Exclusiva para Docentes	Lei nº 5.540/1968: Art. 34º e 35º Decreto-Lei nº 464/1969: Art. 6º, 10º e 11º	A introdução do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para professores universitários limitou suas atividades fora da universidade, permitindo maior controle estatal. Essa exigência reduziu a independência dos docentes, submetendo-os a uma supervisão mais rígida e dificultando a disseminação de ideias contrárias ao regime.
Reestruturação Organizacional	Lei nº 5.540/1968: Art. 5º, 8º, 11º e 33º Decreto-Lei nº 464/1969: Art. 7º, 13º e 15º Decreto-Lei nº 477/1969: Art. 3º	A extinção do sistema de cátedras e a implementação de uma estrutura departamental promoveram um modelo organizacional uniforme e mais fácil de controlar. A substituição das cátedras por departamentos eliminou a autonomia individual dos professores, favorecendo a uniformização e o controle estatal sobre as universidades.

Fonte: Formulado pelo autor.

Como se observa no quadro, A partir da promulgação da Lei nº 5.540, de 1968, e dos Decretos-Lei nº 464 e nº 477, de 1969, o ensino superior brasileiro foi submetido a uma profunda reestruturação legal. Esses dispositivos normativos instituíram um novo modelo universitário, caracterizado pela centralização administrativa, pela padronização curricular e pelo aumento da supervisão estatal. O Decreto-Lei nº 464/1969, por exemplo, conferiu ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) o poder de credenciar, descredenciar e fiscalizar cursos e instituições, incluindo a prerrogativa de fechar cursos e intervir diretamente em universidades. Já a Lei nº 5.540/1968 previa, entre outros pontos, a reformulação dos currículos para adaptá-los ao projeto desenvolvimentista do regime e a imposição do regime de tempo

integral e dedicação exclusiva aos docentes, aumentando o controle sobre a atividade acadêmica.

As consequências pedagógicas e administrativas desse novo modelo foram profundas. A estrutura departamental substituiu o sistema de cátedras, reduzindo a autonomia intelectual dos docentes e favorecendo a vigilância institucional. A nomeação centralizada de reitores e a definição de diretrizes curriculares diretamente pelo MEC limitaram a capacidade das universidades de definir suas próprias agendas pedagógicas. A formação universitária passou a priorizar áreas estratégicas ao regime, instrumentalizando o ensino para fins tecnocráticos e subordinando a educação superior às necessidades do mercado e do Estado autoritário. As instituições foram, assim, enquadradas dentro de um padrão de funcionamento rigidamente definido, que suprimia espaços de questionamento e resistência.

Sob a perspectiva da teoria gramsciana, a reforma universitária dos anos 1960 deve ser compreendida como parte de uma estratégia de consolidação da hegemonia do regime militar. O Estado não se limitou ao uso da coerção direta, mas buscou construir um consenso dentro das instituições de ensino superior, convertendo-as em aparelhos ideológicos voltados à reprodução dos valores e interesses das classes dominantes. O controle sobre o currículo, a normatização das relações docentes, a vigilância institucional e a padronização administrativa foram instrumentos para neutralizar o pensamento crítico e moldar a formação de uma intelectualidade funcional ao projeto de poder vigente. As universidades deixaram de ser espaços de autonomia e passaram a integrar um sistema de conformação ideológica, reduzindo sua capacidade de resistência e sua função crítica na sociedade.

Nos termos da legislação de 1968, portanto, a universidade brasileira foi transformada em um instrumento de conformidade com os interesses do Estado autoritário. A nomeação política de reitores, a imposição de currículos oficiais e a fiscalização permanente da atividade acadêmica demonstram a intenção do regime de eliminar espaços de dissenso e consolidar uma ordem ideológica homogênea. A reforma universitária não apenas modernizou as estruturas institucionais, mas subordinou-as a uma lógica de domínio que se estendia da administração à formação das consciências.

4.3 Diretrizes da Igreja Católica para a formação teológica.

Outro referencial normativo central para a atuação político-educacional do IPAR era constituído pelas diretrizes da Igreja Católica voltadas à formação teológica. Essa orientação se concretizava em documentos como o decreto *Optatam Totius* do Concílio Vaticano II (1965), a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (1970), elaborada pela Congregação para a

Educação Católica, e sua versão adaptada ao contexto brasileiro, aprovada pela Santa Sé em 1971 a partir da 11ª Assembleia Geral da CNBB. Esses documentos estabeleciam a formação teológica como eixo estruturante na preparação dos seminaristas, enfatizando suas dimensões intelectual, espiritual e pastoral. No interior desse arcabouço normativo, consolidavam-se tanto a organização curricular do curso de Teologia quanto os fundamentos da atuação do IPAR na formação de lideranças cristãs engajadas com as especificidades históricas, sociais e culturais da Amazônia. É importante destacar que tais diretrizes obedeciam a uma hierarquização normativa, conforme indicado no diagrama a seguir:

Figura 10: Diagrama das diretrizes e regras eclesiais para a formação teológica



Fonte: Elaborado pelo autor.

É fundamental considerar que não é a ordem cronológica dos documentos em si que justifica sua importância, mas sim a amplitude de sua autoridade e o alcance de suas diretrizes. Nesse sentido, O *Optatam Totius* (1965), decreto conciliar do Vaticano II, tem maior peso normativo e teológico do que a *Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis* (1970) e a Complementação para o Brasil das Diretrizes Básicas de Formação Sacerdotal (1971), elaborada pela CNBB. Ele serviu de base para a formulação da *Ratio Fundamental*, posteriormente adaptada à realidade brasileira na Complementação. Dessa forma, o *Optatam Totius* se destaca como o documento central desta análise, refletindo a influência do Concílio Vaticano II na reconfiguração institucional da Igreja Católica.

Ao tratar da formação sacerdotal, o decreto reafirma a necessidade de preservar normas tradicionais ao mesmo tempo em que incorpora inovações para responder às mudanças históricas e sociais. Essa estratégia reflete a dinâmica da Igreja: de um lado, a manutenção de sua hegemonia espiritual e institucional; de outro, a adaptação às novas condições socioculturais. O objetivo é formar sacerdotes capazes de exercer o ministério de maneira eficaz e espiritualmente sólida, sem comprometer a unidade doutrinal.

A renovação da Igreja, segundo o *Optatam Totius*, depende do clero, pois “a desejada renovação de toda a Igreja depende, em grande parte, do ministério sacerdotal, animado do

espírito de Cristo” (*Optatam Totius*, 1965, p. 1). Isso reforça o papel do sacerdote como mediador entre os fiéis e o sagrado, bem como entre a estrutura eclesial e a sociedade, evidenciando a relação dialética entre a superestrutura religiosa e a materialidade das relações sociais.

A formação teológica na Igreja Católica é vinculada à formação sacerdotal, voltada prioritariamente aos seminaristas. No entanto, em uma universidade pública federal, o curso de teologia não poderia se restringir a candidatos ao sacerdócio, ampliando seu alcance para outras lideranças religiosas, denominadas também como agentes de pastoral.

A organização da formação sacerdotal, fundamentada na teologia pós-Concílio Vaticano II, reflete uma dinâmica a partir da *Optatam Totius* (1965) que estabelece que a formação espiritual, intelectual e disciplinar deve preparar líderes religiosos aptos a orientar a comunidade cristã. A *Ratio Fundamental* (1970) reforça essa perspectiva ao enfatizar o desenvolvimento pastoral e a espiritualidade comprometida. No Brasil, a Complementação das Diretrizes Básicas de Formação Sacerdotal ajusta esses princípios ao contexto nacional, abordando as especificidades regionais e a necessidade de preparar sacerdotes para diversas realidades culturais, garantindo sua inserção nas dinâmicas locais e evitando o isolamento institucional. Assim, a formação sacerdotal no Brasil busca equilibrar tradição e inovação, reafirmando o papel da Igreja como força organizadora das relações comunitárias.

Na análise da atuação político-educacional do IPAR no Curso de Teologia, destacam-se três eixos centrais: a incorporação dos saberes pedagógicos, psicológicos e sociológicos; a definição das áreas teológicas essenciais; e a subordinação da filosofia à teologia. Esses elementos estruturam a formação, articulando conhecimento secular e religioso para fortalecer a atuação teológico-pastoral e a inserção social e acadêmica da Igreja.

A incorporação das ciências humanas à formação sacerdotal reflete o esforço da Igreja em consolidar sua inserção social e fortalecer seu papel como orientadora moral e cultural. O *Optatam Totius* (1965) recomenda que os futuros sacerdotes sejam instruídos em pedagogia, psicologia e sociologia para compreender melhor as realidades humanas e adaptar suas estratégias pastorais. A *Ratio Fundamental* (1970) aprofunda essa abordagem, destacando o diálogo pastoral com a juventude e a necessidade de estreitar as relações entre clero e comunidade. No Brasil, a *Complementação para o Brasil das Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal* (1971) reforça a importância da sociologia na formação dos presbíteros, permitindo que compreendam as especificidades sociais e culturais do país.

Essa abertura ao diálogo entre teologia e ciências humanas pode ser analisada em paralelo à proposta de escola unitária elaborada por Gramsci. Como destaca Martins (2021), a

formação integral exige superar a dicotomia entre teoria e prática, saber e fazer, promovendo a unidade entre trabalho intelectual e manual no processo educativo. Ambas as propostas convergem na valorização da formação *omnilateral* e do compromisso ético com a realidade social concreta. Para Gramsci, a educação deve proporcionar uma cultura crítica que forme sujeitos ativos, conscientes e autônomos, capazes de transformar a sociedade (Martins, 2021). Do mesmo modo, a formação sacerdotal ampliada por ciências humanas busca preparar lideranças religiosas aptas a interpretar e intervir nas contradições do mundo contemporâneo com responsabilidade ética e discernimento social.

A *Resolução 159/1973* da CNBB-UFPA, operada pelo Instituto de Pastoral Regional (IPAR), formaliza esse projeto, alinhando-se às diretrizes pós-conciliares ao integrar disciplinas como antropologia cultural, psicologia, demografia, sociologia e pedagogia. Esse itinerário formativo visa uma teologia encarnada na realidade amazônica, promovendo uma formação pastoral sensível às especificidades culturais da região. Além disso, a flexibilidade curricular, com oferta de disciplinas optativas e eletivas, permite adaptação às demandas locais, reafirmando o princípio da inculturação da fé e do saber teológico. Assim, o curso de Teologia do IPAR contribui para a formação de um clero capaz de interpretar e atuar nas dinâmicas sociais e culturais da Amazônia, conciliando tradição e inovação na missão evangelizadora da Igreja.

Sobre as Áreas Teológicas essenciais, A formação sacerdotal enfatiza a centralidade da Sagrada Escritura como “alma de toda a teologia”, conforme o *Optatam Totius* (1965), e define como essenciais disciplinas como teologia dogmática, moral, direito canônico e história eclesial. A *Ratio Fundamental* (1970) complementa essa estrutura ao reforçar um currículo cristocêntrico e patrístico, voltado à clareza doutrinal e ao rigor pastoral. No Brasil, a *Complementação para o Brasil das Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal* (1971) ajusta essa formação à realidade missionária, promovendo a consciência evangelizadora e a inserção social do clero.

O currículo do Curso de Teologia da CNBB-UFPA, regulamentado pela *Resolução 159/1973* e operado pelo IPAR, reflete essa orientação ao incluir Teologia Sistemática, Moral, Ecclesiology, História da Igreja, Fontes da Revelação e Introdução ao Mundo Bíblico, em sintonia com o *Optatam Totius* e a *Ratio Fundamental*. Além disso, contempla aspectos culturais e regionais, conforme recomendação da CNBB, reforçando a necessidade de uma formação ajustada às particularidades da Amazônia.

No entanto, o curso apresenta lacunas na formação integral do presbítero. Disciplinas como Liturgia, Teologia Espiritual, Teologia Pastoral e Missiologia aparecem de forma

marginal ou estão ausentes, limitando a articulação entre espiritualidade, prática pastoral e consciência missionária. Essa deficiência compromete a plena adequação do currículo aos parâmetros da Santa Sé para a formação presbiteral, reduzindo a preparação para uma atuação pastoral mais abrangente e eficaz.

No que se refere à subordinação da filosofia à teologia na formação sacerdotal, conforme o *Optatam Totius* (65), visa preparar seminaristas para uma compreensão centrada na doutrina católica. A *Ratio Fundamentalis* (1970) reforça essa diretriz ao destacar que a formação filosófica deve fornecer instrumentos intelectuais para uma reflexão rigorosa sobre a doutrina cristã. No Brasil, a *Complementação para o Brasil das Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal* (1971) adapta essa estrutura ao contexto nacional, articulando a filosofia propedêutica com disciplinas como antropologia e sociologia, ampliando a formação para um diálogo crítico com a cultura contemporânea.

Essa abordagem aproxima-se da concepção de Gramsci (2000) acerca da filosofia da práxis, que enfatiza a vinculação entre teoria e transformação social. Assim como Gramsci propõe superar a filosofia espontânea do senso comum, a Igreja busca formar presbíteros capazes de interpretar a realidade à luz da fé cristã.

O curso de Teologia da CNBB-UFPA, operado pelo IPAR, apresenta alinhamento parcial com as diretrizes eclesiais. A *Resolução 159/1973* assegura a inclusão de disciplinas filosóficas, mas carece de um ciclo formativo específico e estruturado. Diferentemente da *Ratio*, que exige dois anos prévios à teologia, o currículo apresenta sobreposição entre disciplinas filosóficas, teológicas e humanas, comprometendo a distinção entre os ciclos. Além disso, a ausência de lógica e ética, somada à frágil integração entre filosofia e realidade eclesial, limita a formação integral do presbítero. Assim, apesar de cumprir requisitos quantitativos, o curso não atinge plenamente a profundidade qualitativa exigida pela Igreja.

Do ponto de vista de um historiador gramsciano, a formação teológica delineada pela *Optatam Totius*, pela *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* e por sua *Complementação para o Brasil* pode ser compreendida como parte de um projeto estratégico da Igreja Católica para garantir sua hegemonia na sociedade por meio da produção de intelectuais orgânicos. Ao articular tradição e renovação, esses documentos estabelecem um modelo formativo que molda subjetividades segundo os valores e a estrutura hierárquica da instituição eclesial. A centralidade da teologia e a subordinação da filosofia indicam a construção de um campo epistemológico voltado à manutenção do dogma como núcleo organizador do saber, enquanto a introdução das ciências humanas e a adaptação às realidades locais, como as da Amazônia e das periferias, revelam um movimento de apropriação seletiva do conhecimento contemporâneo

para ampliar a capacidade de intervenção social da Igreja. Assim, a formação sacerdotal torna-se um instrumento de direção moral e cultural, consolidando a atuação da Igreja como aparelho privado de hegemonia no seio da sociedade civil, em permanente disputa pela formação das consciências e pela condução política dos fiéis.

Nesse contexto, o IPAR pode ser interpretado, à luz da teoria gramsciana, como um *aparelho privado de hegemonia* inserido na sociedade civil, operando na interseção entre formação teológica, ação pastoral e intervenção social. Sua atuação evidenciava uma tensão permanente entre a função de reproduzir a ortodoxia institucional e o impulso transformador derivado das demandas sociais e das novas teologias emergentes, especialmente a Teologia da Libertação. Ao articular elementos da formação tradicional, prescrita pelos documentos eclesiais, com uma práxis voltada à realidade dos pobres e excluídos, o IPAR não apenas formava *intelectuais orgânicos* da Igreja, mas também criava condições para o surgimento de sujeitos críticos capazes de disputar sentidos dentro e fora do campo religioso. Assim, o Instituto assumia um papel contraditório: enquanto reforçava a hegemonia católica sobre os setores populares, também potencializava práticas contra-hegemônicas no seio da própria Igreja, tornando-se um espaço emblemático das lutas por direção cultural e por novos projetos históricos na Amazônia durante o regime militar.

A repercussão pública da atuação do IPAR atingiu um novo patamar a partir da publicação da reportagem no jornal *O Liberal*, em 10 de agosto de 1975, um domingo, sob o título “*Um estranho curso na Amazônia em desenvolvimento: Teologia*”. Essa matéria jornalística, ao expor o curso de Teologia como iniciativa crítica e inovadora, acabou por acionar os mecanismos de vigilância do Estado, sendo a causa direta da solicitação de informações realizada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), por meio de ofício enviado à UFPA em 9 de outubro de 1975, no qual requisitava dados sobre o IPAR, demonstrando a percepção de sua potencial influência política e social na Amazônia — conforme demonstra fac-símile do ofício:

Figura 11: Ofício do SNI para a UFPA solicitando informações sobre o Curso de Teologia do IPAR ofertado na UFPA.

AAE-09, P. 11/30
BR UFPA 4 DOC 084 Anexo A

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE BELÉM

AGÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA DE BELÉM

PEDIDO DE BUSCA Nº 191719/ABE/75

DATA - 09 Out 75
ASSUNTO - CURSO DE TEOLOGIA NA UFPA
ORIGEM - ACE Nº 1351/ABE/75
DIFUSÃO - ABEI/UFPA

1. DADOS CONHECIDOS

a. O jornal "O Liberal", de BELÉM/PA, publicou dia 10 Ago 75, uma reportagem, sob o título "Um estranho na Amazônia em desenvolvimento: Teologia";

b. diz, a citada reportagem que, no Curso de Teologia implantado na UFPA, as disciplinas de natureza teológicas são ministradas sob inteira responsabilidade do Instituto de Pastoral Regional, de acordo com o convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil através da Comissão Episcopal Regional-Norte II e

c. que a UFPA deverá estudar a maneira como fazer, a fim de que a CNEB tenha a garantia ou o direito de opinar nos processos de admissão de professores encarregados de ministrar disciplinas teológicas.

2. DADOS E PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS

a. Informar a esta Agência/SNI, sobre a atuação do Instituto de Pastoral Regional e da Comissão Episcopal Regional-Norte II, junto ao Curso de Teologia da UFPA;

b. informar qual o interesse da UFPA em permitir que a CNEB tenha o direito de opinar nos processos de admissão de pro

AAE-09, P. 12/30
BR UFPA 04 DOC 084 ANEXO A

Para sair da tela pressione Esc

Pedido de Busca Nº 191719/ABE/75 à ABEI/UFPA Fl. Nº 2

Professores do citado Curso;

c. remeter outros dados considerados importantes, que possam ampliar o conhecimento do assunto.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO NESTE DOCUMENTO (Art. 42 Dec. 63.47/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilados).

CONFIDENCIAL

Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN)

Esse ofício do SNI, ao solicitar informações sobre o IPAR com base na reportagem supracitada, evidencia a inserção do IPAR no campo da disputa hegemônica entre Estado e Igreja na região amazônica. A publicação da matéria em um domingo – dia de maior circulação e impacto dos jornais – sugere uma intenção de amplificar sua repercussão, ainda que não se pretenda aqui afirmar que *O Liberal* estivesse a serviço da ditadura. No entanto, é possível elucubrar que a escolha desse dia para veicular um conteúdo potencialmente sensível à vigilância estatal não tenha sido meramente fortuita. O regime militar acompanhava de perto a atuação da Igreja na Amazônia, ciente de que, enquanto alguns setores eclesiais endossavam sua lógica autoritária, outros, inspirados pela Teologia da Libertação, constituíam um polo contra-hegemônico. Esse cenário explica o olhar atento do aparato repressivo sobre o IPAR, cuja proposta de formação teológica e pastoral transcendia a esfera religiosa, articulando-se a um projeto social alternativo ao modelo de dominação imposto pelo Estado.

Na reportagem *"Um estranho curso na Amazônia em desenvolvimento: Teologia"*, publicada pelo jornal *O Liberal* em 10 de agosto de 1975, revela-se um documento crucial para compreender as tensões políticas e ideológicas em torno do curso de Teologia do IPAR e da UFPA. A partir de nossa abordagem gramsciana, podem-se identificar diversos elementos que indicam a importância do IPAR, as preocupações subjacentes em relação ao curso e aspectos implícitos na construção discursiva da matéria.

A matéria busca problematizar a presença do curso de Teologia na UFPA, sugerindo uma suposta “estranheza” de tal formação em um ambiente universitário secular e na região amazônica. A reportagem inicia destacando: “pode parecer até mesmo estranho que uma Universidade na Amazônia apresente entre os cursos oferecidos, o de Teologia” (*O Liberal*, 1975, p. 1). Contudo, ao longo do texto, a reportagem transita entre a tentativa de legitimação do curso e a exposição de seu potencial subversivo, ao destacar sua inserção crítica na realidade social e econômica da região, o que explica a preocupação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos agentes da ditadura militar com seu funcionamento.

O IPAR, enquanto instituição educacional, configura-se como um *Aparelho Privado de Hegemonia*, pois desempenha a função de organizar e difundir uma consciência religiosa e social articulada, segundo a reportagem, a partir da Teologia da Libertação. Ainda que este termo não seja citado diretamente no texto jornalístico, diversos elementos revelam sua influência. A reportagem ressalta que o curso visa à constituição de “um centro de reflexão crítica” e de “lideranças inspiradas na fé” (*O Liberal*, 1975, p. 2), o que remete à formação de agentes comprometidos com as transformações sociais.

Embora não mencione explicitamente a Teologia da Libertação, a reportagem a referencia de forma implícita ao enfatizar que o Bacharelado em Teologia “propõe-se a vincular, de forma efetiva e cabal, o conteúdo teológico com a realidade humana circunstante, a serviço da comunidade” (*O Liberal*, 1975, p. 2). Essa proposta de reelaboração “teológica-profética-crítica em linguagem amazônica” (*O Liberal*, 1975, p. 2), além da referência a uma “pastoral de libertação e desenvolvimento” (idem), expressa diretamente os fundamentos dessa abordagem teológica.

Essa vinculação do curso com o viés da Teologia da Libertação é compreendida por nós como um dos fatores que motivaram a vigilância do SNI, uma vez que essa vertente teológica se apresenta como contra-hegemônica em relação à classe dirigente do Brasil durante a ditadura militar, desafiando a estrutura de poder vigente. Conforme o documento, o curso visa formar um profissional cuja “configuração profissional responde a uma inegável necessidade mercadológica de recursos humanos [...] principalmente porque a paz interior e a adaptação às

mutações ao mundo são objetivos humanos alcançáveis e que o teólogo é um instrumento dos mais capazes para a consecução destes objetivos” (*O Liberal*, 1975, p. 3).

Outro aspecto importante mencionado na matéria é a tentativa de desfazer o preconceito de que Teologia seria um “luxo cultural” ou “ornamento acadêmico” em uma universidade amazônica. Segundo a Exposição de Motivos n.º 006/73, citada pela reportagem, “tais cursos possam figurar no catálogo de Universidades europeias ou norte-americanas, mas jamais em uma Universidade sul-americana” (*O Liberal*, 1975, p. 4). A crítica implícita a essa visão elitista e eurocêntrica reforça a legitimidade do curso como expressão de um saber enraizado nas demandas da região.

A reportagem também destaca que as disciplinas teológicas são ministradas sob responsabilidade do IPAR, conforme convênio firmado com a CNBB (Comissão Episcopal Regional Norte II), o que evidencia sua importância institucional e pedagógica no contexto universitário. Essa articulação é apontada como parte de um experimento educacional voltado ao “desenvolvimento global das populações, principalmente rurais” (*O Liberal*, 1975, p. 2), reforçando o caráter pastoral, comunitário e político do projeto formativo. Nesse sentido, é importante estabelecer o que compreendemos como contra-hegemonia:

experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opositoras que variam historicamente nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem “fora” ou em “oposição” ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas. (Dore; Souza, 2018, p. 254)

Desse modo, partimos do pressuposto de que nenhuma classe dirigente consegue abarcar integralmente a diversidade das práticas humanas e a intencionalidade histórica dos sujeitos. Assim, as práticas que emergem à margem ou em confronto com o bloco histórico dominante evidenciam a dialética entre consenso e coerção na disputa pela hegemonia. Essa dinâmica explica a atuação do Estado autoritário brasileiro na vigilância sobre uma concepção teológica-formativa progressista que pudesse estar presente no curso de Teologia do IPAR, o qual, segundo a reportagem publicada pelo jornal *O Liberal* em 1975, era inspirado nas orientações do Concílio Vaticano II, da Conferência Episcopal de Medellín (1968) e do Encontro de Santarém (1972).

A matéria ressalta que o curso oferecia um “grau de amadurecimento” ao propor uma formação teológica conectada à realidade amazônica, fundamentada na crítica social e no testemunho cristão comprometido com os pobres (*O Liberal*, 1975, p. 2). Ainda segundo a

reportagem, essa formação crítica visava “reelaborar teológica-profética-criticamente em linguagem amazônica, toda a sintomatologia de transformações que se opera [...] dentro da contextura sócio-cultural do Brasil e da América Latina” (*O Liberal*, 1975, p. 2), o que denota um claro alinhamento com a perspectiva libertadora de matriz latino-americana.

Tal concepção teológico-formativa tinha o potencial de tensionar a ordem estabelecida ao disputar espaços na sociedade civil e fomentar formas contra-hegemônicas de organização social. É importante destacar que tanto Medellín quanto Santarém foram eventos decisivos para a consolidação da Teologia da Libertação na América Latina, pois reafirmaram a opção preferencial pelos pobres e atribuíram à Igreja um papel ativo na disputa por uma nova hegemonia. Em Medellín, os bispos latino-americanos afirmaram que “a miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos céus” (CELAM, 1968, p. 14), destacando que a evangelização deveria estar intrinsecamente ligada à transformação social. Em Santarém, essa posição foi aprofundada ao reconhecer que a Igreja deveria encarnar-se na realidade amazônica, compreendendo suas especificidades e atuando diretamente junto aos marginalizados, afirmando que essa encarnação vital exige um total entrosamento com o povo e com sua cultura: “pela convivência com o povo, na simplicidade e na amizade do dia a dia” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1972, p. 14).

Dessa forma, a evangelização deveria partir da experiência concreta dos oprimidos, rejeitando modelos impostos de fora e promovendo uma Igreja verdadeiramente inserida na realidade do continente. Ambos os documentos também aprofundaram as críticas às estruturas de dominação, denunciando a opressão exercida pelas elites e pelos regimes autoritários. Medellín alertou contra a “violência institucionalizada”, sustentada por um sistema econômico que marginaliza grandes parcelas da população, afirmando que “a opressão exercida pelos grupos de poder pode dar a impressão de que a paz e a ordem estão sendo mantidas, mas na realidade, não se trata senão do germe contínuo e inevitável de rebeliões e guerras” (CELAM, 1968, p. 35). Em Santarém, essa crítica se manifesta na denúncia da exploração da Amazônia e de seus povos, apontando que o desenvolvimento econômico estava sendo realizado sem ou contra o próprio homem, resultando em uma “injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1972, p. 13).

Nesse sentido, a reportagem de *O Liberal* (1975) evidencia o caráter contra-hegemônico do curso ao informar que este buscava formar uma “liderança inspirada na fé, que assessore, oriente, esclareça e conforte, com vistas ao desenvolvimento global das populações” (*O Liberal*, 1975, p. 2). Além disso, a matéria registra que o curso pretendia formar “uma espécie de técnico

cristão em desenvolvimento integrado”, cuja atuação seria voltada às comunidades interioranas e rurais da região (*O Liberal*, 1975, p. 1).

Os dois encontros eclesiais fortaleceram, ainda, a articulação entre fé e prática política, impulsionando uma práxis transformadora que desafiava a hegemonia do bloco histórico dominante, representado pelo regime militar e pelas elites tradicionais. Medellín ressaltou que “a justiça, e consequentemente a paz, conquista-se por uma ação dinâmica de conscientização e de organização dos setores populares” (CELAM, 1968, p. 48), enquanto Santarém reforçou que a evangelização deveria ser libertadora, promovendo a conscientização dos pobres como pressuposto para sua própria libertação: “uma evangelização que possibilite, desde o início, a conscientização como pressuposto indispensável para a libertação do homem” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1972, p. 15).

Nesse contexto, a abordagem do jornal, ao sugerir uma tentativa de contenção do discurso libertador do IPAR, ainda que reconhecendo sua relevância, revela as contradições inerentes ao campo de disputa ideológica no qual o instituto estava inserido. A matéria chega a reconhecer que o curso não é meramente eclesiástico, mas sim “um campo fascinante de conhecimento e uma área de indagação intelectual posta permanentemente em desafio ao saber do homem” (*O Liberal*, 1975, p. 1), enfatizando que se trata de uma experiência educacional inovadora e crítica.

O curso de Teologia do IPAR, assim como o próprio instituto, situava-se em uma posição ambígua e delicada diante do regime militar brasileiro: ao mesmo tempo em que era um espaço de formação e resistência, estava também sujeito à vigilância e à repressão estatal. Essa ambiguidade estrutural reflete a luta pela hegemonia cultural descrita por Antonio Gramsci. De um lado, o Estado militar, como aparato coercitivo, buscava reprimir e neutralizar iniciativas que desafiassem sua hegemonia política e ideológica. De outro, a Igreja progressista, articulada em torno da Teologia da Libertação, operava no âmbito da sociedade civil, tentando edificar uma nova hegemonia baseada na formação de uma “consciência histórica e crítica” das massas populares.

Assim, o IPAR não apenas promovia a evangelização, mas também exercia um papel estratégico na constituição de um bloco histórico alternativo, capaz de contestar a dominação vigente e reconfigurar os horizontes políticos da Amazônia. Dessa forma, os trechos que mencionam o “grau de amadurecimento” proporcionado pelo curso e sua capacidade de “reelaborar teológica-profética-criticamente em linguagem amazônica” (*O Liberal*, 1975, p. 2) evidenciam que sua proposta transcendia a formação teológica tradicional. Mais do que um

espaço de ensino religioso, tratava-se de um projeto intelectual e político, articulando saber acadêmico, formação religiosa e compromisso com a transformação social.

No marco gramsciano, essa intersecção representa uma estratégia contra-hegemônica, pois configura um campo de resistência dentro da própria instituição universitária – um espaço historicamente disputado entre os interesses do Estado e das classes subalternas. Ao propor uma teologia crítica e encarnada na realidade amazônica, o curso tensionava a hegemonia vigente, desafiando a dominação cultural e criando condições para a emergência de uma nova “consciência histórica” entre os agentes pastorais e lideranças religiosas.

Embora o texto adote, à primeira vista, um tom informativo, típico de uma notícia de jornal, é possível perceber elementos que revelam uma clara tendência do veículo em se opor ao funcionamento do curso de Teologia, alinhando-se implicitamente aos interesses do Estado autoritário brasileiro. A escolha discursiva e a construção narrativa sugerem uma postura que não apenas questiona a proposta do curso, mas também reforça a lógica hegemônica do regime, que encarava com apreensão qualquer articulação entre a formação teológica e o engajamento sociopolítico. Nesse sentido, o jornal não apenas reflete, mas também reproduz a postura do aparato estatal, contribuindo para a manutenção da ordem vigente ao deslegitimar iniciativas que desafiavam o projeto ideológico do regime.

A tentativa de enquadrar o curso como uma anomalia regional está explícita na passagem: “pode parecer até mesmo estranho que uma Universidade na Amazônia apresente entre os cursos oferecidos, o de Teologia” (*O Liberal*, 1975, p. 1). Essa formulação revela a construção de uma estranheza fabricada, como estratégia discursiva de deslegitimação. Ao apresentar o curso como um “luxo cultural” ou um “ornamento acadêmico” incompatível com as prioridades da região, a reportagem ecoa a lógica do desenvolvimentismo tecnocrático que predominava na ditadura (idem, p. 4).

Outro elemento revelador dessa tentativa de restrição é o afunilamento profissional imposto pela descrição funcional do curso. A reportagem limita o campo de atuação do teólogo aos “órgãos assistenciais, igrejas, escolas e empresas públicas e privadas” (*O Liberal*, 1975, p. 3), negligenciando as possibilidades de intervenção crítica e política que emergem de uma formação ancorada nos princípios da Teologia da Libertação.

O trecho que menciona o bacharel em Teologia como “uma espécie de técnico cristão em desenvolvimento integrado” (*O Liberal*, 1975, p. 2) é particularmente emblemático. Ele oculta o potencial transformador do curso ao subordiná-lo à lógica do progresso material, vinculando-o ao modelo de desenvolvimento defendido pelo regime militar, sem considerar sua perspectiva crítica e libertadora.

Além disso, a referência ao convênio com a CNBB e à “garantia de opinião” nos processos de contratação de docentes evidencia a tentativa do Estado de preservar certo controle institucional sobre o curso: “a Universidade deverá estudar a maneira como fazer, a fim de que a CNBB tenha a garantia ou o direito de opinar nos processos de admissão de professores” (*O Liberal*, 1975, p. 3). Isso sugere o receio das autoridades em permitir que o curso de Teologia se tornasse um núcleo autônomo de resistência ideológica e pedagógica.

A reportagem do jornal *O Liberal*, em nossa análise, reflete um momento de intensificação da disputa pela hegemonia cultural durante a ditadura militar, revelando o embate entre a concepção tradicional de Igreja, alinhada ao regime, e as correntes progressistas vinculadas à Teologia da Libertação. O discurso do jornal não se limita a informar; ele se insere ativamente nesse confronto, funcionando como um instrumento de reforço da hegemonia autoritária ao questionar e deslegitimar iniciativas que buscavam articular fé e práxis libertadora.

O IPAR e seu curso de Teologia surgem como espaços de formação de lideranças críticas, ligadas à Teologia da Libertação e aos anseios populares da Amazônia. A tentativa de enquadrar o curso como algo exótico ou funcional ao Estado reflete o receio da ditadura quanto ao potencial político dessa formação teológica. De fato, a matéria reconhece que o curso “pretende oferecer às comunidades amazônicas [...] uma liderança inspirada na fé” (*O Liberal*, 1975, p. 2), o que, na prática, implica em potencial de articulação popular e crítica.

Dentro de uma lógica gramsciana, a reação do SNI e do regime é compreensível: o curso de Teologia do IPAR representava um contraponto significativo à hegemonia estatal, funcionando como um vetor de emancipação e resistência no contexto amazônico. O IPAR pode ser compreendido, portanto, como um espaço de interseção entre sociedade civil e sociedade política, no qual as diretrizes eclesiais e educacionais não apenas se ajustavam às exigências do Estado, mas também atuavam como mecanismos de resistência e reafirmação de uma visão teológica e pastoral alinhada aos princípios do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e do Encontro de Santarém.

Essa dinâmica revela que o IPAR não era apenas um espaço de reprodução de conhecimento, mas um aparelho privado de hegemonia, inserido na disputa pela formação de consciências e lideranças em um contexto autoritário. Compreender essa relação é essencial para analisar o impacto do instituto na configuração da educação teológica e na atuação da Igreja na Amazônia durante o período, destacando seu papel como um campo de luta pela construção de uma nova visão religiosa e política na região.

4.4 Concepções formativas e teológicas do curso a partir dos encontros de Santarém (1972) e Manaus (1974).

Com o golpe civil-militar de 1964 e a consequente implementação da política econômica e de ocupação, especialmente relacionada aos grandes projetos na Amazônia, emergiram sujeitos históricos no âmbito da Igreja Católica desempenhando papéis de grande relevância na região, na qual, a atuação desses sujeitos foi marcada por antagonismos e controvérsias impulsionadas pela divergência de posicionamento e interpretação do cenário político-econômico e eclesial na década de 70, entre esses sujeitos, destacam-se os padres Savino Mombelli, Luis Pinto, Bernardo Hoyo, Jean Hebette, e os bispos católicos Alberto Gaudêncio Ramos, Alano Pena e Milton Correia Pereira.

A análise da atuação político-religioso-educacional do IPAR na formação de Lideranças na Amazônia entre as décadas de 1970 e 1980 perpassa pela necessidade de contextualizá-la a partir dos elementos que moldaram o catolicismo na região amazônica. Dentro desse panorama, o Instituto se destacava como uma instituição educacional que não apenas era influenciada por esses elementos, mas também exercia influência sobre eles. Ao fornecer formação teológica e pastoral às Lideranças, podemos inferir que o Instituto não só fortaleceu a presença da Igreja na região, mas também contribuiu para a consolidação e aprimoramento dos próprios elementos que definiram o catolicismo amazônico, desse modo, compreender a atuação do IPAR requer uma análise holística que leve em consideração não apenas seu impacto educativo, mas também seu papel na interação dinâmica com os elementos fundamentais que moldaram a identidade católica na Amazônia.

Nesse sentido, a leitura do Documento de Santarém, de 1972, permite identificar um conjunto de concepções formativas e educacionais profundamente marcadas pelo espírito renovador do pós-Vaticano II e pelas opções pastorais delineadas na Conferência de Medellín (1968) que implicaram sobre o IPAR. Esse documento, produzido no contexto de reorganização da presença eclesial na Amazônia, expressa a recepção de uma proposta de Igreja comprometida com os desafios históricos, sociais e culturais da região, revelando uma compreensão pedagógica que articula fé, inserção social e formação de sujeitos coletivos. As diretrizes nele contidas evidenciam uma dupla preocupação: de um lado, com a formação de agentes de pastoral capazes de atuar de forma crítica e transformadora; de outro, com a construção de uma presença eclesial encarnada, enraizada nas realidades locais e orientada por uma perspectiva libertadora.

Dentre as concepções presentes, destacam-se cinco. A primeira é a educação como enculturação e inserção na realidade amazônica, na medida que o documento afirma o

imperativo de uma pastoral que parta da realidade concreta e se encarne nas culturas amazônicas, rejeitando modelos abstratos ou universalizantes. A educação cristã é compreendida como um processo de inserção histórica e cultural, não como simples transmissão de conteúdos dogmáticos. Como afirma o texto: “A pastoral da Amazônia deve basear-se numa presença encarnada dos missionários e agentes de pastoral junto ao povo” (Documento de Santarém, 1972, p. 2).

Essa concepção revela uma pedagogia de inspiração libertadora, que compreende o processo educativo como mediação crítica entre fé e vida, cultura e Evangelho, orientada pela práxis transformadora e pelo reconhecimento da alteridade cultural. Trata-se, portanto, de uma pedagogia da inserção, cuja finalidade é formar sujeitos eclesiais e sociais profundamente enraizados nas contradições e potencialidades do território.

A segunda concepção é a formação de agentes multiplicadores e comprometidos, pois o Documento de Santarém destaca a centralidade da formação de leigos e lideranças religiosas como estratégia pastoral e política. A constituição de centros de formação é apontada como prioridade “A formação de agentes de pastoral deve ser prioridade. Ela se fará nos centros de formação a serem organizados segundo as possibilidades de cada Prelazia ou Diocese” (Documento de Santarém, 1972, p. 3).

Essa proposta pedagógica rompe com a lógica hierárquico-clerical e valoriza o protagonismo dos sujeitos populares, reconhecendo neles uma capacidade de leitura crítica da realidade e de atuação transformadora. Os agentes de pastoral são concebidos como intelectuais orgânicos das comunidades, isto é, sujeitos enraizados em seu meio social, capazes de elaborar e difundir uma nova visão de mundo a partir de sua prática concreta.

A terceira é a educação como processo de libertação, pois Inspirado pela Teologia da Libertação e pelas opções preferenciais pelos pobres expressas em Medellín, o documento concebe a evangelização como ação libertadora “A evangelização deverá ser libertadora e promover uma pastoral de conjunto” (Documento de Santarém, 1972, p. 3).

Essa concepção está em consonância com uma pedagogia crítica que articula fé e política, espiritualidade e compromisso social. A formação, nesse horizonte, visa à emancipação integral do ser humano, promovendo a consciência crítica e a organização coletiva como caminhos para a superação das estruturas de dominação e exclusão.

A quarta concepção é educação contextualizada e planejada em comunhão, A ideia de uma “pastoral de conjunto”, isto é, planejada de forma orgânica, interdisciplinar e com escuta das comunidades, expressa o entendimento de que a ação evangelizadora deve ser fruto de um processo coletivo e territorialmente situado “A Pastoral de Conjunto, entendida como a ação

planejada, orgânica e coordenada das diversas forças da Igreja, deve ter prioridade no processo de evangelização” (Documento de Santarém, 1972, p. 4).

Trata-se de uma concepção que valoriza o planejamento pedagógico como instrumento de construção de uma práxis eclesial unitária, articulada com os processos sociais e sensível à diversidade cultural da região.

E a quinta concepção é A dimensão missionária como eixo formativo, A missão, longe de ser compreendida apenas como envio, é assumida como processo formativo contínuo, que exige sensibilidade cultural, compromisso social e abertura ao diálogo intercultural “O missionário deve ser formado para a Amazônia, com sensibilidade para os valores e as dificuldades da região” (Documento de Santarém, 1972, p. 2).

Essa concepção amplia o horizonte educativo da missão, inserindo-a numa lógica de formação permanente, onde o agente é, ao mesmo tempo, sujeito do anúncio e aprendiz das experiências e saberes locais. A prática, nesse contexto, torna-se dimensão constitutiva da aprendizagem e da construção da consciência histórica.

Ao analisarmos o Documento do Encontro de Manaus (1974), torna-se evidente que ele não apenas retoma, mas também aprofunda várias das diretrizes formativas delineadas dois anos antes em Santarém. Ainda que reafirme elementos centrais — como a prioridade na formação de lideranças religiosas e a valorização do planejamento pastoral em comunhão com as comunidades —, o texto de Manaus revela novas inflexões, ajustadas aos desafios emergentes de um processo mais complexo de reorganização eclesial na Amazônia. A comparação entre os dois documentos permite identificar uma continuidade dinâmica, em que a educação pastoral deixa de ser mera reprodução de modelos e se afirma como instrumento estratégico de construção de uma nova hegemonia no campo religioso e social da região.

Essa continuidade manifesta-se, sobretudo, na reafirmação de uma Igreja comprometida com os pobres e encarnada na realidade amazônica. O Encontro de Manaus mantém e fortalece esse horizonte, ao insistir que a formação de lideranças deve partir da realidade concreta dos povos da Amazônia, em um processo educativo inspirado pela Teologia da Libertação. A afirmação de que “a evangelização não poderá ser feita a partir de fórmulas importadas de fora da realidade amazônica, mas deve nascer do contato vivo com o povo, de sua cultura, de seus anseios e de sua luta por libertação” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 4) explicita essa concepção. Trata-se de uma reinterpretação e aprofundamento do princípio da “encarnação na realidade” já formulado em Santarém, onde a evangelização era compreendida como inculturação da fé. Essa inculturação, por sua vez, exigia práticas pedagógicas centradas no diálogo, na escuta ativa e na ação transformadora.

Do ponto de vista da educação popular, o documento reitera uma perspectiva crítica e libertadora, concebendo a formação pastoral como processo de tomada de consciência e de organização popular. Nesse sentido, afirma-se que “é necessário que a formação dos agentes pastorais esteja baseada na realidade do povo, com uma pedagogia libertadora, que suscite o compromisso com a transformação da sociedade” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 6). Essa pedagogia, inspirada em Paulo Freire, entende a educação como prática da liberdade, e não como instrumento de adaptação à ordem vigente.

Apesar das reafirmações, o texto de Manaus introduz avanços significativos no campo da educação e da formação de lideranças. Uma das principais inovações está na concepção da formação como processo comunitário, contínuo e enraizado na vida das comunidades. A formação não deve ocorrer de modo episódico ou centrada em cursos pontuais, mas ser permanente e articulada à missão, envolvendo reflexão teológica, espiritualidade e ação concreta: “A formação deve estar integrada à vida da comunidade, sendo permanente e feita em vista da missão” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 6). Essa perspectiva desloca o foco da formação para uma “pedagogia da presença”, em que o cotidiano da comunidade se torna espaço privilegiado de aprendizagem e transformação.

Outro elemento inovador é a ênfase na articulação entre formação humana, espiritual e política. O documento explicita a necessidade de integrar dimensões teológica, sociopolítica e cultural da formação, propondo um modelo de liderança pastoral capaz de interpretar criticamente a realidade. “O agente pastoral deve ser preparado para discernir os sinais dos tempos, compreender as causas da pobreza e assumir compromissos concretos na transformação da sociedade” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 7). Trata-se de uma superação do modelo catequético tradicional, em favor de uma formação que habilite os sujeitos à leitura crítica das estruturas de dominação e à atuação transformadora.

Por fim, a pedagogia da libertação aparece no documento com maior nitidez conceitual, sendo assumida como horizonte metodológico da ação formativa. O vocabulário freiriano é adotado explicitamente, como se vê na afirmação: “Não queremos formadores que depositem conteúdos, mas que ajudem o povo a descobrir sua própria sabedoria e força de ação” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 8). O deslocamento do modelo bancário de educação para uma pedagogia dialógica e participativa marca um avanço decisivo em relação às formulações anteriores. Em vez de formar líderes que reproduzam doutrinas, propõe-se formar sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade à luz da fé e de engajar-se na construção de uma sociedade justa.

Em síntese, o Documento do Encontro de Manaus consolida os princípios formulados em Santarém, avançando na sistematização das concepções formativas e aprofundando sua inspiração na Teologia da Libertação e na pedagogia freiriana. A formação de lideranças na Amazônia é, assim, pensada como processo de construção contra-hegemônica, que articula fé, política e cultura a partir da realidade concreta dos povos amazônidas.

A partir da análise dos Documentos de Santarém (1972) e de Manaus (1974), é possível identificar um conjunto coerente de diretrizes e concepções formativas que, embora não se refiram exclusivamente à formação de seminaristas, oferecem fundamentos teológicos, pastorais e pedagógicos de grande relevância para a formação presbiteral na Amazônia. Esses documentos, elaborados em um momento de redefinição eclesial sob a influência do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, delineiam um projeto pastoral profundamente comprometido com a realidade amazônica, o que implica uma necessária reconfiguração da formação teológica tradicional.

Ambos os textos insistem na urgência de uma formação enraizada na realidade regional, defendendo uma presença pastoral encarnada, em estreita conexão com o cotidiano dos povos da Amazônia. Em Santarém, afirma-se que “a pastoral da Amazônia deve basear-se numa presença encarnada dos missionários e agentes de pastoral junto ao povo” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1972, p. 2), o que traduz uma exigência não apenas de imersão geográfica, mas sobretudo de inserção existencial e cultural. Essa perspectiva exige que a formação dos futuros padres seja profundamente contextualizada, ancorada na história, nas culturas, nos conflitos e nos sofrimentos da região. Para isso, os currículos dos seminários devem ser repensados, incorporando disciplinas como história regional, ecologia, antropologia cultural, sociologia e políticas públicas, além de uma teologia pastoral que dialogue com as questões da justiça social e da libertação.

O Documento de Manaus, por sua vez, aprofunda essa perspectiva ao articular a dimensão espiritual com a missão encarnada, indicando que o futuro presbítero deve ser mais do que um executor de ritos: deve ser um agente pastoral inserido na vida do povo, com sensibilidade social, espiritualidade viva e compromisso libertador. A formação, afirma-se, “deve estar integrada à vida da comunidade, sendo permanente e feita em vista da missão” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 6). Essa concepção rompe com modelos formativos clericalizantes e propõe uma espiritualidade pastoral que não se refugia no sagrado, mas se enraíza na mística da encarnação e do serviço, exigindo que o seminarista aprenda a viver com o povo e como o povo, em atitude de escuta e partilha.

Ambos os documentos convergem ainda na compreensão de que a evangelização na Amazônia deve assumir um caráter libertador, comprometido com a transformação das estruturas sociais injustas. O agente pastoral é chamado a “discernir os sinais dos tempos, compreender as causas da pobreza e assumir compromissos concretos na transformação da sociedade” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 7). Trata-se de uma concepção de formação política que não se reduz à militância, mas que compreende o presbítero como um intelectual orgânico, nos termos gramscianos, capaz de atuar criticamente no campo das disputas ideológicas e sociais. A formação teológica, nesse sentido, deve incluir educação política, ética social cristã, economia solidária e análise de conjuntura, formando sujeitos aptos a ler a realidade à luz da fé e da justiça.

O Encontro de Manaus também explicita uma crítica ao modelo bancário de educação teológica, defendendo uma metodologia participativa e dialógica inspirada na pedagogia de Paulo Freire. “Não queremos formadores que depositem conteúdos, mas que ajudem o povo a descobrir sua própria sabedoria e força de ação” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1974, p. 8). A superação desse modelo requer que a formação presbiteral adote práticas pedagógicas centradas na práxis, como círculos bíblicos, estudos de caso, oficinas comunitárias e experiências missionárias, promovendo uma aprendizagem viva, crítica e transformadora.

Por fim, tanto Santarém quanto Manaus ressaltam a prioridade na formação de lideranças religiosas, o que implica pensar a formação dos seminaristas em diálogo com os processos formativos do laicato. A proposta de formação compartilhada, desenvolvida em centros regionais e comunitários, rompe com a separação entre clero e povo e contribui para a construção de uma Igreja mais sinodal e menos clerical. Ao afirmar que “a formação de agentes de pastoral deve ser prioridade. Ela se fará nos centros de formação” (Documento de Santarém, 1972, p. 3), aponta-se para a necessidade de que o seminarista conviva e aprenda com as lideranças religiosas, especialmente as mais pobres, reconhecendo nelas sujeitos eclesiais e pedagógicos.

A experiência do IPAR, entre 1973 e 1977, expressa de modo emblemático as contradições presentes na articulação entre Estado, Igreja e universidade no contexto da ditadura militar. Como produto de uma mediação tensa entre o arcabouço jurídico da Reforma Universitária de 1968 — voltada ao controle técnico-ideológico da educação superior — e as inovações formativas oriundas do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e dos encontros de Santarém e Manaus, o IPAR assumiu um papel estratégico na conformação do curso de Teologia da UFPA. Sua existência não decorreu de um equilíbrio harmonioso, mas da disputa entre projetos de sociedade antagônicos: de um lado, a racionalidade autoritária do

Estado, com sua normatização centralizadora; de outro, a proposta eclesial renovadora, comprometida com a encarnação na realidade amazônica e a formação de lideranças críticas e engajadas. Assim, o IPAR revela como as políticas públicas educacionais, mesmo sob coerção, podem ser tensionadas por práticas contra-hegemônicas oriundas da sociedade civil e do campo religioso, evidenciando que a gestão da educação é também espaço de disputa por sentidos, valores e hegemonias no interior do Estado ampliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consciente das limitações deste estudo e enfatizando que ele reflete a subjetividade e a cosmovisão do autor a partir de suas perspectivas ontológicas, chegamos, com satisfação, às considerações finais desta tese, intitulada “Estado, Igreja e Educação em Tempos de Ditadura: O Instituto de Pastoral Regional na Formação de Lideranças na Amazônia (1971–1977)”.

Um dos principais desafios enfrentados ao longo desta pesquisa foi a localização e o acesso às fontes documentais, dada a dispersão dos acervos relacionados ao Instituto de Pastoral Regional (IPAR). Com o passar do tempo, o arquivo original do IPAR fragmentou-se em diferentes instituições, exigindo um trabalho extensivo de rastreamento e verificação. Parte dos documentos está atualmente na sede da CNBB Regional Norte 2, outra permanece no IPAR e uma terceira foi incorporada à Faculdade Católica de Belém. Complementarmente, a pesquisa exigiu consulta aos acervos do Arquivo Nacional, do Arquivo Central da UFPA, do Centro de Documentação e Informação da CNBB Nacional, do arquivo da CNBB Norte 2, da Biblioteca do Mosteiro dos Monges Cistercienses de São José do Rio Pardo (SP) e da Biblioteca Pública Arthur Vianna. Essa dispersão exigiu esforço metodológico contínuo para reunir, validar e cruzar informações de diferentes origens, evidenciando não apenas a complexidade do objeto estudado, mas também a importância da preservação e sistematização da memória institucional para futuras investigações históricas.

Dada essa dificuldade com as fontes documentais, o presente estudo investigou a atuação político-educacional do Instituto de Pastoral Regional (IPAR) na Amazônia entre 1971 e 1977, período no qual se consolidou sua proposta formativa por meio dos convênios firmados com a UFPA e sob a influência das diretrizes eclesiais provenientes do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e dos encontros de Santarém e Manaus. À luz da teoria gramsciana, a pesquisa revelou que o IPAR constituía um aparelho privado de hegemonia da Igreja Católica na região, inserido em um contexto histórico contraditório marcado pela intensificação do autoritarismo estatal decorrente da ditadura militar brasileira e pelos processos de renovação interna da Igreja, que tensionavam o campo eclesial em direção a uma práxis pastoral libertadora.

A análise da atuação político-educacional do IPAR revela sua posição como um enclave político-educacional, jurídico e teológico, situado entre a legislação educacional autoritária da Reforma Universitária de 1968 e as inovações pastorais da Igreja latino-americana. O estudo dos convênios e dos dispositivos legais — como a Lei nº 5.540/1968 e os Decretos-Lei nº 464 e nº 477/1969 — oferece uma compreensão aprofundada do papel do Estado na gestão e regulação do ensino superior durante a ditadura militar, demonstrando como essas normas

restringiram a autonomia das universidades e por conseguinte do IPAR, mesmo quando negociadas com a atuação eclesiástica.

Essa investigação destaca as contradições e estratégias de inserção e resistência no campo da educação na Amazônia, apresentando-o como um verdadeiro lócus de disputa onde práticas administrativas e políticas públicas de educação se confrontam. O resultado foi a construção de uma proposta formativa híbrida, que se situa na tensão entre os imperativos formais do Estado e os projetos de formação de lideranças comprometidas com os pobres e com a realidade regional. Por meio da estratégia dos convênios com a universidade pública, a Igreja assumiu o risco político de inserir sua ação pastoral num espaço institucional disputado, tensionando os limites impostos pelo regime ao mesmo tempo em que negociava novos espaços de atuação.

Nessa perspectiva, o IPAR assumiu as funções de um espaço formativo contra-hegemônico dentro do Estado ampliado, no qual a sociedade civil atua como terreno de luta cultural e ideológica. Formando lideranças eclesiais e sociais que se engajaram em projetos comunitários, movimentos populares e iniciativas de justiça social, o IPAR mobilizou práticas educativas que visavam à formação de intelectuais orgânicos oriundos dos setores populares, aptos a expressar e organizar as aspirações coletivas de transformação da realidade amazônica. A sua proposta formativa dialogava diretamente com o projeto de uma Igreja encarnada, comprometida com os pobres e com a leitura crítica da realidade, conforme impulsionado por Medellín, Santarém e Manaus.

A institucionalização do curso de Teologia do IPAR em uma universidade federal demonstrou o uso tático da legalidade vigente para garantir sua inserção no campo educacional. Produto das negociações entre o Estado e os projetos eclesiais, o IPAR reflete as contradições internas do sistema educacional sob a ditadura militar e levanta questões relevantes sobre disciplina administrativa, formulação de políticas públicas e gestão do ensino na Amazônia.

Apesar das limitações impostas pelo regime autoritário, o estudo evidencia a criatividade dos atores envolvidos na construção de espaços formativos que contestam e reformulam as determinações oficiais. Nesse contexto, a Igreja atuou como força da sociedade civil, buscando produzir consensos em torno de um projeto educativo-pastoral próprio. Assim, o IPAR representou um esforço estratégico na construção de hegemonia dentro do campo educacional, articulando formação intelectual e intervenção prática.

O estudo demonstrou, ainda, que a atuação do IPAR não se deu de forma homogênea ou linear. Ao contrário, foi atravessada por disputas internas, contradições entre diferentes correntes teológicas, conflitos com o aparato estatal e tensões no seio da própria Igreja. Essas

disputas revelam o caráter histórico e contraditório das instituições educacionais compreendidas como aparelhos privados de hegemonia, em que diferentes projetos de sociedade se enfrentam. Mesmo sob vigilância e restrições, o IPAR conseguiu abrir brechas para a constituição de práticas educativas críticas e transformadoras, o que evidencia a força das mediações culturais e políticas na constituição das instituições educativas.

Desse modo, reafirma-se nesta tese que, entre 1971 e 1977, o IPAR configurou-se como um produto histórico da mediação entre o autoritarismo educacional do Estado e as inovações teológico-pastorais da Igreja Católica. Seu papel na formação de lideranças — sacerdotais e leigas — expressa a disputa por hegemonia no campo da educação eclesial e regional, bem como a construção de uma pedagogia engajada com as transformações sociais. A trajetória do IPAR revela a potência das instituições educativas como espaços de formação política e cultural, e a importância da história da educação em lançar luz sobre experiências que articulam fé, crítica social e compromisso com a justiça.

Nossa expectativa é que esta tese contribua para ampliar o campo da História das Instituições Educacionais na Amazônia ao oferecer subsídios teóricos e empíricos que esclarecem as complexas articulações entre Igreja, Estado e sociedade na formulação de propostas formativas em contextos de autoritarismo e resistência. Ao alinhar-se ao foco do PGEDA, promove-se uma análise histórica multifacetada que integra os âmbitos político, educacional e eclesial na região, revelando como as relações entre Estado, políticas públicas e gestão da educação se interconectam com os desafios específicos do território amazônico.

Ao problematizar a construção do conhecimento – sobretudo o saber teológico – como instrumento de resistência e transformação social, o estudo evidencia a tensão permanente entre os interesses estatais e as práticas formativas que buscam a emancipação dos sujeitos. Essa intersecção fortalece o debate sobre as interfaces entre sociedade civil, Estado e tradição educativa e cultural amazônica, demonstrando a importância de compreender as contradições e negociações que moldam a educação na região.

Espera-se que o presente trabalho inspire novas investigações que aprofundem a análise das instituições educacionais sobretudo as instituições educacionais religiosas no Brasil e na Amazônia, valorizando a pluralidade de experiências e o protagonismo dos sujeitos que atuam na construção de uma educação comprometida com a emancipação humana. Ressalta-se, nesse sentido, a importância da teoria gramsciana como eixo interpretativo deste estudo, ao oferecer ferramentas conceituais para compreender as instituições educacionais como espaços de disputa hegemônica e formação de intelectuais orgânicos. Almeja-se, assim, que este trabalho, articulado a futuras pesquisas, contribua para a construção de uma História Gramsciana da

Educação na Amazônia — crítica, situada e atenta às contradições, resistências e possibilidades transformadoras da prática educativa na região.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Decreto-lei nº 464**, de 11 de fevereiro de 1969. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1969a.

BRASIL. **Decreto-lei nº 477**, de 26 fevereiro 1969. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1969b.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1969. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1969c.

CELAM. **Documento de Medellín II: Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. Medellín, 1968. Documento oficial. 1968.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Complementação para o Brasil das Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal**, Brasília, 1971. Documento pastoral. 1971.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documento do Encontro Inter-Regional de Manaus**, Manaus, 1974. Relatório/informativo. 1974.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documento do Encontro Inter-Regional de Santarém**, Santarém, 1972. Relatório/informativo. 1972.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis**, Roma, 1970. Documento oficial. 1970.

O LIBERAL. **Um estranho curso na Amazônia em desenvolvimento: Teologia**. Belém, Pará, 10 ago. 1975. p. 2. Jornal.

SANTA SÉ. **Decretum Optatam Totius: sobre a formação sacerdotal**. Vaticano, 1965. Decreto conciliar. 1965.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Convênio entre Universidade Federal do Pará e CNBB**, 1972. Instrumento contratual. 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Convênio entre Universidade Federal do Pará e CNBB**, 1976. Instrumento contratual. 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Processo n.º 004908: revisão do convênio entre UFPA e CNBB**, 1976. Processo administrativo. 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Processo n.º 013734: denúncia do convênio UFPA/CNBB**, 1977. Processo administrativo. 1977.

REFERÊNCIAS

- AQUINO JÚNIOR, Francisco. *Populorum Progressio*: Um guia da leitura. **Teocomunicação (Online)**, v. 52, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/teo/article/view/42322/27425>. Acesso em: mar. 2024.
- ARENZ, Karl; VASCONCELOS, George. "Encarnação e Libertação": os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 7, n. 19, p. 167-197, 25 maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/23785/13091>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: Visões Críticas do Golpe - Democracia e Reformas no Populismo**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 103-122.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 2004.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: fev. 2024.
- BENELLI, Sílvio. Efeitos em Termos de Produção de Subjetividade em Movimentos Religiosos Totalitários no Contexto Eclesial Católico. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 7, n. 1, p. 86-106, 2008.
- BOFF, Leonardo. O Papa da Volta à Grande Disciplina. **Jornal do Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://paulosuess.blogspot.com/2014/04/o-papa-da-volta-grande-disciplina.html?m=1>>. Acesso em: mar. 2024.
- BRIGHENTI, Agenor. Medellín e Teologia da Libertação: muito mais que uma relação histórica. Horizonte. **Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 50, p. 544-575, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p544/13553>. Acesso em: fev. 2024.
- CAMPOS, Nêvio. Lugar da História da Educação na formação do professor/pedagogo. **Educação Unisinos**, v. 15, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2011.152.01/395>. Acesso em: mar. 2024.
- CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **Revista Angelus Novus**, n. 11, p. 95-116, 2017.
- CASTRO, Edna. **A economia da borracha no Amapá**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Edna. **Territórios em Transformação na Amazônia**. Belém: Editora do NAEA/UFPA, 2017.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio (orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: Editora NAEA/UFPA, 2016.

CASTRO, Edna; MARIN, Rosa. **Amazônias em Tempo de Transição**. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022. DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46089>. Acesso em: jan. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601-623, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/11.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

COIMBRA, Oswaldo. **Dom Alberto Ramos mandou prender seus Padres**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2009.

COLARES, Anselmo. História da educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 43e, p. 187–202, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i43e.8639960. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639960>. Acesso em: jan. 2024.

COLARES, Anselmo. Historiografia educacional da Amazônia: uma introdução. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 13-24, 2013. DOI: 10.20396/rho.v12i48.8640005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640005>. Acesso em: jan. 2024.

COSTA, Iraneidson. Os Bispos Nordestinos e a criação da CNBB. **Interações**, v. 9, n. 15, p. 109-143, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2014v9n15p109/7090>. Acesso em: jan. 2024.

COSTA, Joaquim. **Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais** - focolares, carismáticos e neocatecumenais em Braga. Porto: Afrontamento, 2006.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMASCENO, Alberto. **Espadas, Terços e letras**: origens da educação estatal na América Portuguesa. Belém: Editora Açaí, 2012.

DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina. Colonização e educação na Amazônia portuguesa (1500-1757). **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, 2020. DOI: 10.5902/1984644437931. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/37931>. Acesso em: mar. 2024.

DUSSEL, Enrique. **História da Igreja na América Latina**: uma contribuição. São Paulo: Paulinas, 1989.

ESQUIVEL, Juan Cruz. **Igreja, Estado e Política**: Estudo Comparado No Brasil e na Argentina. São Paulo: Editora Santuário, 2013.

Fearnside, Philip. BR-163: A rodovia Santarém-Cuiabá e o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. In: Fearnside, Philip (org.) **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**. Manaus: Editora do INPA, 2022. p. 239-258.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2853>. Acesso em: fev. 2024.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2021. DOI: 10.26512/rhh.v9i17.39052. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/39052>. Acesso em: 09/02/2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRIGEIRO, Tea. **IPAR**: 25 anos de atuação na Amazônia. Belém: Grafite Editores, 1996.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. In: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene**: 1958-1964. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 29-71.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1983.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História** – Coleção perspectivas do homem – v. 12. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence (orgs.). **A invenção das tradições**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. O desafio da razão: Manifesto para a renovação da história. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (RBSE)**, v. 8, n. 23, p. 461–476, ago. 2009. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%208.23.ago09%20em%20pdf.pdf>. Acesso em: jan 2024.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MPKnBvVZMspJCSTL7xnWtKS/?lang=pt>. Acesso em: 14/02/2024.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira; VENDRAME, Maíra Ines. Subordinação, conflito e aliança: uma análise histórica da Diocese no Rio Grande do Sul (1848-1910). *In*: MARIN, Jérri Roberto (org.). **Circunscrições eclesiais católicas no Brasil**: articulações entre igreja, estado e sociedade. Campo Grande: Editora da UFMS, 2021. p. 71-110.

LACERDA, Lucelmo. Roma Locuta: causa finita? O repto da Igreja brasileira ao papado de João Paulo II. 2010. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2010.

LEÃO, Rodrigo Augusto. A Teologia da Libertação no Brasil: Das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. *In*: **II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais - Diálogos entre graduação e pós-graduação (II SPFCS)**, 2011, Goiânia. Anais do II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais - Diálogos entre graduação e pós-graduação (II SPFCS), 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em: fev. 2024.

LIMA, Janilson Rodrigues. **A liga eleitoral católica e a eleição de 1933 no Ceará**: liga suprapartidária ou partido católico. 2019. 331 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Lana. O padroado e a sustentação do clero no Brasil Colonial. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/22231>. Acesso em: jun. 2023.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação?** Religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MAGALHÃES, Justino. **A história das instituições escolares**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In*: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados; HISTERDBR, 1999.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**. História das Instituições Educativas. 1. ed. São Paulo: Editora Universitária São Francisco - EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, Renan; AGUIAR, Sylvana. Subcampo conservador e lucro tripartido: um estudo dos foculares e de sua economia de comunhão. *In*: **Anais do III Colóquio de História - Brasil: 120 anos de República** (pp. 220-232). 2009. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/3Col-p.220-232.pdf>. Acesso em: abr. 2024.

MARGERIE, Bertrand de. Visão Cristã do Trabalho e Marxismo. **Revista Síntese: Revista de Filosofia**, v. 1, p. 47-78, 1965. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3315/3425>. Acesso em: jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e226099, 2021.

MATA, Raimundo. A Igreja Católica na Amazônia. **Terceira Margem Amazônia**, v. 2, n. 6, 2017. Disponível em:
<http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/113/90>.
 Acessado em: jun. 2023.

MATA, Raimundo. A Igreja e sua missão na Amazônia. **Revista Encontros Teológicos**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016. DOI: 10.46525/ret.v22i1.356. Disponível em:
<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/356>. Acesso em: jan. 2025.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil - Período Republicano e Atualidade**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 10/03/2024.

MAUAD, Ana; CAVALCANTE, Paulo. **História e documento**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução e organização: Paolo Nosella. Recife: Editora Massangana, 2010.

MORENO, Derliz Hong Hung; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Os impactos dos planos de desenvolvimento sobre o meio ambiente no período da ditadura. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, p. 53-73, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; SILVA, Christiane Pimentel e; ALVES, João Paulo Gois. Exploração mineral na Amazônia Brasileira: o estado do Pará em questão. *In: Anais do VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2013. Disponível em:
<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/grandesprojetosdesdesenvolvimentoelutassociaisnaamazoniabrasileira.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

NEVES, F. A. F. Diocese do Pará: o governo eclesiástico em duas províncias. *In: MARIN, Jerri Roberto (org.). Circunscrições eclesiais católicas no Brasil: articulações entre igreja, estado e sociedade*. Campo Grande: ED. UFMS, 2021. p. 334-382.

NÓVOA, António. História da educação: percursos de uma disciplina. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 4, n. XIV, p. 417-434, 1996. Disponível em:
<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/25>. Acesso em: jun. 2024.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros com a civilização brasileira**, v. 11, p. 101-140, 1979.

PAPA PIO XI. *Divinis Redemptoris*. 1937. Carta Encíclica. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html . Acesso em: mai. 2024.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. 3, n. 2, 2008.

PETIT, Pere . O golpe civil-militar, a ditadura e as e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. **Revista de Estudios Brasileños** , v. 3, p. 24-37, 2016.

PETIT, Pere. O golpe militar e o partido dos militares (Arena) no estado do Pará. **Historiæ**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 179–226, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4870> . Acesso em: abr. 2025.

PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2749/2837>. Acesso em: abr. 2025.

PIO XI. *Divini Redemptoris: sobre o comunismo ateu*. Vaticano, 1937. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: abr. 2025.

PORTELLA, Rodrigo; CARVALHO, Nilmar de Sousa. O retorno à grande disciplina: o pontificado de João Paulo II e a Igreja dos pobres no Brasil. **Revista de Cultura Teológica**, n. 101, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/55312/39505>. Acesso em: fev. 2024.

RIBEIRO, Ademar. **Relevância da dimensão sociotransformadora na ação pastoral da Diocese de Santarém**. 2011. 221 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/tede/ademar.pdf>. Acessado em: abr. 2023.

RODEGHERO, Carla. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. 2002. 447. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RODEGHERO, Carla. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-487, 2002.

RODRÍGUEZ, Margarita. História e memória: contribuições dos estudos das Instituições Escolares para a História da Educação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], n. 25, 2013. DOI: 10.20435/serie-estudos.v0i25.213. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/213> . Acesso em: jan. 2024.

SANTOS, Breno. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 123–152, 2002.

SANTOS, Ivanaldo; SILVA NETO, José. A espiritualidade da comunhão no Movimento dos Focolares. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 12 n. 21, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/38714/26281> . Acesso em: abr. 2024.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. Medo, paranoia, Macarthismo e o século XXI: usando o episódio 22 de Além da Imaginação em sala de aula. **História. Questões & Debates**, Curitiba, v. 67, n.1, p. 283-307, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/59700/37323>. Acesso em: fev. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Introdução. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José; SANFELICE, José (orgs.). **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2010, p.7-17.

SCHALLENMÜLLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIQUEIRA, Gisele; BAPTISTA, Paulo; TEODORO-SILVA, Wellington. A Conferência de Medellín: contexto político-ecclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 648-676, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p648/13557> . Acesso em: abr. 2024.

SOUZA, Ney. **História da Igreja na América Latina**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.
TAVARES, Ana Clara Nunes. **Movimento sindical católico e anticomunista: a Escola de Líderes Operários (ELO)**. 2020. 61 f. Monografia (História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Disponível em: <https://www.his.puc-rio.br/wp-content/uploads/Ana-Clara-Nunes-Tavares.pdf> . Acesso em: mai. 2024.

TEIXEIRA, Mariane Beatriz Silva. Igreja Católica e Movimentos Sociais: A Influência dos Setores Progressistas nas Questões Políticas e Sociais no Período do Regime Militar. In: **XI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO 2022**, Online, 26-27 de maio de 2022. ISSN 2177-2371. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/117/approved/cb59b747f88a35e0d452377f60f7c25f.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

THOMPSON, Edward. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981.

VALDIONES, Ana et al. **A Evolução do setor madeireiro na Amazônia entre 1980 e 2020 e as oportunidades para o seu desenvolvimento inclusivo e sustentável na próxima década**. Belém: Imazon: Imaflora: ICV: IDESAM, 2022.

VASCONCELOS, José. **Fundamentos epistemológicos da História**. Curitiba: IBPEX, 2009.

VELLOSO, Mônica . A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica. **Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 3, 1978. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59839/58163>. Acesso em: jun. 2023.

VIANA, Jessica; ARAÚJO, Maria. O discurso anticomunista católico: uma análise do jornal cuiabano “A Cruz” entre os anos de 1930 e 1935. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 28, n. 56, 2022. Disponível em: [https://e-](https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/29051)

[revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/29051](https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/29051). Acesso em: fev. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/tDdpKPbzPmprhd9Pz5VMQHH/>. Acesso em: jun. 2024.